

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**

**CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO**

**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**LIDIANE DA PAZ**

**O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR**

**FRANCISCO BELTRÃO – PR**

**2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**

**CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO**

**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**LIDIANE DA PAZ**

**O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós - Graduação em Geografia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* Francisco Beltrão. Área de concentração: Produção do Espaço e Meio - Ambiente, na linha de pesquisa - Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Roselí Alves dos Santos

**FRANCISCO BELTRÃO – PR**

**2016**

Catálogo na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Paz, Lidiane da  
P348d O desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação  
Escolar no município de Francisco Beltrão - PR. / Lidiane da  
Paz. – Francisco Beltrão, 2016.  
165 f.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Roseli Alves dos Santos.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2016.

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). 2.  
Merenda escolar. 3. Agricultura familiar. I. Santos, Roseli  
Alves dos. II. Título.

CDD – 371.7160981

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

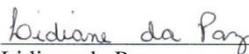
O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO - PR

**Autora:** Lidiane da Paz

**Orientadora:** Profa. Dra. Roselí Alves dos Santos

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação defendida por Lidiane da Paz e aprovada  
pela comissão julgadora.

Data: 04 / 03 / 2016



Lidiane da Paz

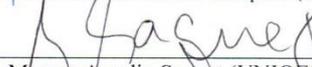
Comissão Julgadora:



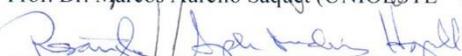
Profa. Dra. Roselí Alves dos Santos (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet (UNIOESTE – F.B)



Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol  
(UNESP/ Presidente Prudente)

Francisco Beltrão - PR  
2016

*Crescer economicamente é relativamente fácil. Difícil é desenvolver um país, tanto é que a fome e a miséria persistem no mundo, apesar de a humanidade ter todos os recursos, tecnológicos, científicos e financeiros, para exterminá-las (Josué de Castro).*

## AGRADECIMENTOS

Não importa a direção que escolhermos para caminhar, sozinhos não chegamos a lugar algum. Por isso, quero agradecer imensamente a todos que estiveram comigo e que de forma direta ou indireta contribuíram com a pesquisa. Muito obrigada!

Primeiramente, agradeço a Deus, porque todas as coisas são motivos de agradecimento a ele. À minha família, cujas palavras são insuficientes para expressar tamanha gratidão. Obrigada pela acolhida, compreensão e apoio de sempre.

Agradeço ao meu esposo, Vagner Texeira Tonetta, pelo incentivo, compreensão, por estar sempre presente, mesmo que a longas distâncias. Obrigada pelo carinho e companheirismo.

Quanto à colaboração diretamente relacionada à elaboração da pesquisa, meu agradecimento à UNIOESTE, instituição pela qual foi possível realizar praticamente toda a minha formação acadêmica. À CAPES/CNPQ, pelo auxílio financeiro que tornou possível dedicação exclusiva à pesquisa.

Agradeço, imensamente, a todos os professores do colegiado do Curso de Geografia Licenciatura e Bacharelado, bem como da Pós – Graduação. Especialmente, quero agradecer a minha orientadora Dr. Roselí Alves dos Santos, pelo incentivo desde a graduação, pela amizade, pela liberdade para eu escrever e a franqueza com que agiu comigo em todo esse tempo. Obrigada!

Quero agradecer também aos Professores Fernando Sampaio, Marcos Aurélio Saquet e Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, os quais ao compor a banca de qualificação contribuíram muito com essa pesquisa.

Sem o apoio da Cooperativa COOPAFI, não seria possível realizar a pesquisa, por isso, gostaria de agradecer em especial ao Presidente Valdecir Três e Almir Calegari, pela colaboração. Aos Cooperados, agricultores familiares, pela contribuição ao responder os questionários, por confiarem no meu trabalho e pela receptividade nas visitas as suas casas.

Aproveito a oportunidade para agradecer a Nutricionista, Joelen Raiana Favero, responsável pelo PNAE em Francisco Beltrão, por prontamente colaborar com informações sobre o Programa, contribuindo com a pesquisa. À Sueli Baldo de Araújo, da EMATER, por tornar possível minha participação nos cursos de formação para os agricultores.

A todos os colegas do Mestrado, porque tornaram esse caminho mais alegre e mais fácil. E aos amigos Luís Carlos Braga e Raquel Meira, pelo apoio e ajuda na coleta de dados.

Obrigada a todos!

## RESUMO

A agricultura familiar é predominante no Município de Francisco Beltrão, tanto em número de estabelecimentos, como em área ocupada. A produção é diversificada, seja na criação de animais: aves, suínos, gado de corte e produção de leite, seja na produção vegetal: hortaliças, tubérculos, frutas, milho, trigo, soja. O tipo de produção depende, sobretudo, da classificação econômica da agricultura familiar em que o estabelecimento está inserido. Assim, se constituem estabelecimentos pequenos, de baixa inserção no mercado e pouca infraestrutura de produção, e outros mais inseridos aos mercados cuja especialização e mecanização são maiores. A delimitação para o desenvolvimento da pesquisa foi a produção familiar para a comercialização institucional, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O PNAE é o programa social mais antigo do Brasil, passou por várias reformulações ao longo de seus 60 anos de execução. Atualmente, o PNAE absorve uma parcela significativa da produção familiar, sendo um importante instrumento de comercialização, principalmente para os agricultores menos capitalizados. Embora, a pesquisa revele que em relação aos valores monetários das comercializações, os agricultores que produzem alimentos processados, como o leite pasteurizado, queijo, ovos e carnes certificadas, são os mais beneficiados pelo programa. Outro aspecto importante do PNAE é o seu caráter emergencial, que visa garantir alimentação aos alunos em situação vulnerável. Após a descentralização do PNAE (1994), ele passou a ser executado por Estados e Municípios. A pesquisa considera essas duas esferas para compreender o desenvolvimento do programa no Município de Francisco Beltrão. Para essa finalidade, também se considera o papel da Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), porque é através dela que os agricultores que produzem alimentos não processados comercializam para o PNAE, assim, a sua atuação foi caracterizada como articuladora entre a produção familiar e a comercialização institucional. No decorrer da pesquisa, se percebe que as relações de comercialização dos produtos da agricultura familiar, são características de circuitos curtos, os quais constituem as comercializações institucionais, as feiras, as vendas a domicílio e no estabelecimento, ou seja, possuem no máximo um “atravessador” entre o produtor e o consumidor final.

Palavras Chave: Agricultura Familiar. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada.

# **THE DEVELOPMENT OF THE NATIONAL SCHOOL MEAL PROGRAM – PNAE IN FRANCISCO BELTRÃO - PR**

## **ABSTRACT**

Family farming is predominant in Francisco Beltrão city, both the number of establishments, as in occupied area. The production is diversified, either in animal husbandry: poultry, pork, cattle and milk production, whether in crop production: vegetables, tubers, fruits, corn, wheat, soybeans. The type of production depends mainly on the economic classification of the family farm where the establishment is inserted. Thus constitute small shops with low insertion on the market and low production infrastructure, and others entered the market whose expertise and mechanization are bigger. The limits for the development of the research, was the family production for institutional market, the National School Meal Program - PNAE. The PNAE is the oldest social program in Brazil, had several changes throughout yours 60 years of implementation. Currently, the PNAE absorbs a significant portion of family production and is an important commercialization tool, especially for the less capitalized farmers. Although, the research reveals that in relation to the monetary value of trade, farmers producing processed foods, like pasteurized milk, cheese, eggs and certified meats, are the most benefited from the program. Another important aspect of PNAE is your emergency nature, aimed ensuring food to students in vulnerable situations. After the PNAE's decentralization (1994), it went on to be performed by states and municipalities. The research considers these two spheres to understand the development of the program in Francisco Beltrão. For this purpose, it was also considered the role of Cooperative Agriculture Integrated Family (COOPAFI), because it is through it that farmers, who produce no-processed food, trade to the PNAE, thus characterize their performance while articulating between family production and institutional market. During the research was realized that the relationships of family farming products commercialization, are characteristic of short circuits, which is the institutional trades, fairs, sale to domicile or establishment, in another words, have only one "middleman" between the producer and the final consumer.

**Keywords:** Family Farming. National School Meal Program. Cooperative Agriculture Integrated Family.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação socioeconômica dos agricultores familiares	26
Quadro 2 - Implantação e evolução do PNAE no Brasil 1940 - 2015.	54
Quadro 3 - Denominação, responsabilidade técnica e financiamento do PNAE de 1954 a 2009.	63
Quadro 4 - Cálculo para repasse de recursos do FNDE para as Prefeituras.	64
Quadro 5 - Valor <i>Per Capita</i> repassado pelo FNDE para cada modalidade de ensino em 2014/2015	65
Quadro 6 - Produtos da agricultura familiar e preços praticados no Paraná em 2015.	78
Quadro 7 - Programação para escolha dos cardápios nas escolas Estaduais do Paraná.	80
Quadro 8 - Produtos adquiridos pela Escola Estadual Paulo Freire em 2014.	87
Quadro 9 - Roteiro de alimentação por modalidade de Ensino	92
Quadro 10 – Classificação dos agricultores familiares da COOPAFI por renda	109
Quadro 11 – Caracterização das comercializações em circuitos curtos e longos	119
Quadro 12 - Principais características das famílias visitadas que comercializam para o PNAE em Francisco Beltrão - PR	122

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Agricultura orgânica e tradicional no Município de Francisco Beltrão.	29
Tabela2 - Área colhida (ha) lavouras permanentes e temporárias no Município de Francisco Beltrão – PR	30
Tabela 3. Comercialização para o PNAE no Brasil. 1978-1979	59
Tabela 04. Aquisições de produtos alimentícios para alimentação escolar em Escolas Estaduais no Município de Francisco Beltrão.	86
Tabela 5 - Alunado por modalidade de Ensino de Francisco Beltrão em 2015.	91
Tabela 6 - Recursos do FNDE disponibilizados por modalidade de ensino para o Município de Francisco Beltrão.	96
Tabela 7 – Relação entre os recursos FNDE e o percentual de aquisições da A.F. em Francisco Beltrão entre 2010 e 2014.	97
Tabela 8– Participação da COOPAFI nas comercializações da Agricultura Familiar em Francisco Beltrão.	98

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Municípios atendidos com gêneros alimentícios da Agricultura Familiar em 2014 no Estado do Paraná.	74
Mapa 02 - Municípios atendidos com gêneros alimentícios da agricultura orgânica em 2014 no Estado do Paraná.	76
Mapa 03 - Aquisição de alimentos da agricultura familiar e industrializados por estabelecimento de ensino na cidade de Francisco Beltrão – PR.	94
Mapa 04 - Aquisição de alimentos da agricultura familiar e industrializados por estabelecimento de ensino no espaço rural de Francisco Beltrão – PR.	95
Mapa 5 - Número de famílias por comunidade rural que comercializam para o PNAE/ comunidades rurais visitadas em trabalho de campo realizado em 2015.	120

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação entre os estabelecimentos rurais familiares e não familiares em Francisco Beltrão – PR.	27
Gráfico 2 - Comparação entre a área ocupada por estabelecimentos rurais de agricultura familiar e não familiar em Francisco Beltrão – PR	27
Gráfico 3 - Uso do solo no Município de Francisco Beltrão – PR pela agricultura familiar e não familiar.	28
Gráfico 4 - Produção total de aves e participação da Agricultura familiar no Município de Francisco Beltrão.	31
Gráfico 5 - Produção total de bovinos e suínos (cabeças) e participação da Agricultura familiar – Francisco Beltrão – PR.	31
Gráfico 6 - Produção de leite em litros no Município de Francisco Beltrão – PR. Fonte: IBGE - 2006, Org. Paz, Lidiane. 2015.	32
Gráfico 7 - Número de alunos beneficiados pelo PNAE no Brasil. 2002 – 2014.	68
Gráfico 8 - Número de alunos beneficiados pelo PNAE no Estado do Paraná. 2002 – 2010.	77
Gráfico 9 - Aquisições de alimentos no mercado convencional e agricultura familiar em Francisco Beltrão.	99
Gráfico 10 - Recursos utilizados por Escola Municipal de Francisco Beltrão na aquisição de produtos alimentícios para a alimentação escolar no ano de 2014.	100
Gráfico 11 - Recursos utilizados por CMEI em Francisco Beltrão na aquisição de produtos alimentícios para a alimentação escolar no ano de 2014.	101
Gráfico 12 - Valor <i>Per Capita</i> diário nas escolas municipais de Francisco Beltrão em 2014.	102
Gráfico 13- Valor <i>Per Capita</i> diário por CMEI em Francisco Beltrão em 2015.	103
Gráfico 14 - Valores de comercialização em reais e quantidade adquiridas em kg no Município de Francisco Beltrão para o PNAE entre 2011e 2015 – Tubérculos e frutas.	104
Gráfico 15 - Valores praticados no Município de Francisco Beltrão para a aquisição de alimentos para o PNAE entre 2011e 2015 – Hortaliças.	105
Gráfico 16 - Valores das aquisições de alimentos transformados para a alimentação escolar em Francisco Beltrão entre 2011e 2015 – Transformados.	106
Gráfico 17 - Valores das aquisições de Chás no Município de Francisco Beltrão entre 2011 -2014.	107

## LISTA DE FLUXOGRAMAS

Circuitos curtos de comercialização dos produtos da agricultura familiar no Município de Francisco Beltrão – PR. Org. Paz. Lidiane, 2016. 113

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Alocação dos produtos na COOPAFI.	114
Fotografia 2 – Entrega dos produtos da COOPAFI na Escola Madre Boa Ventura.	115
Fotografia 3 - Casal que produz tubérculos para o PNAE na comunidade rural Rio 14. Francisco Beltrão.	125
Fotografia 4 – Produção de hortaliças para o PNAE - Vila Rural Galha Azul. Francisco Beltrão.	126
Fotografia 5 – Produção de hortaliças na Linha São Paulo/Plantas amareladas sem mercado de comercialização. Francisco Beltrão - PR.	128
Fotografia 6 – Pequena produção de hortaliças. Linha Nova Secção, Francisco Beltrão – PR	129
Fotografia 7 – Produção de trigo na Comunidade Rural São Pio X – KM 20 Francisco Beltrão - PR.	132
Fotografia 8 – Agroindústria de panificação Comunidade Rural São Pio X – Km -20. Francisco Beltrão - PR.	133

## LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CECANE	Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar
CNPJ	Cadastro Nacional Pessoa Jurídica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAFI	Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
COOPAFI	Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada

CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAO	Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura
FETRAF SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Região Sul
FISI	Fundo Internacional de Socorro à Infância
FNDE	Fundo Nacional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PGPAF	Programa de Garantia de Preços Mínimos
PGS	Programa Garantia de Safra
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das nações unidas para o desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PT	Partido dos Trabalhadores
SAN	Segurança Alimentar Nacional
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>CAPÍTULO I - AGRICULTURA FAMILIAR: RECONHECIMENTO, DIVERSIDADE E ORGANIZAÇÃO</b>	18
1.1 – Os movimentos sociais e a instituição da agricultura familiar no Brasil	20
1.2 Lei Nº 11.326/2006 – A Lei da agricultura familiar brasileira	23
1.3 Caracterização da área de estudo	26
1.4 Formação e colonização do Sudoeste do Paraná	33
1.5 O processo de modernização no Sudoeste do Paraná	35
1.6 A Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar – COOPAFI	36
1.7 Cooperativismo: A atuação das cooperativas solidárias	41
<b>CAPÍTULO II – AS INTERFACES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>	50
2.1 O Estado	50
2.2 Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	53
2.3 Alterações recentes na Lei Nº 11.947/2009	66
2.4 Indicadores do PNAE no Brasil: Escolares atendidos e recursos disponibilizados	68
2.5 A constituição de políticas de alimentação escolar no Estado do Paraná	70
2.6 Aquisições de produtos da agricultura familiar pelo PNAE	77
2.7 O trabalho das merendeiras no Programa de alimentação escolar	82
<b>CAPÍTULO III - O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO – PR</b>	84
3.1 O processo de desenvolvimento do PNAE nas Escolas Públicas Estaduais do Município de Francisco Beltrão	85
3.2 O processo de desenvolvimento do PNAE nas Escolas Públicas Municipais em Francisco Beltrão	90
3.2.1 Alunos beneficiados pelo PNAE nas Escolas Municipais de Francisco Beltrão	91
3.3 Recursos financeiros disponibilizados pelo FNDE para as Escolas Públicas Municipais de Francisco Beltrão	96
3.3.1 A distribuição dos recursos nas comercializações realizadas pela COOPAFI e por DAP individuais.	97
3.3.2 Consumo de produtos da agricultura familiar nos CMEIs e Escolas Municipais de Francisco Beltrão de acordo com o fornecedor (COOPAFI ou DAP individual)	100

3.4	Produtos comercializados e valores praticados pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão	103
3.5	Os circuitos curtos de comercialização em Francisco Beltrão	108
3.6	O papel da COOPAFI no desenvolvimento do PNAE em Francisco Beltrão	113
3.7	As características dos cooperados da COOPAFI	118
3.7.1	Produção de tubérculos	124
3.7.2	Produção de hortaliças	126
3.7.3	Produção de Panificados	130
3.7.4	Alguns pontos chave sobre as agroindústrias de panificação	131
3.7.5	Produção de frutas	133
3.7.6	Produção de chás	134
4.	Considerações Finais	135
5.	Referências	139
Anexos		
	Anexo 1- Questionário aplicado aos agricultores familiares cooperados da COOPAFI	142
	Anexo 2 – Carta de cessão	143
	Anexo 3 – Chamamento público	144
	Anexo 4 – Lista de produtos adquiridos pela prefeitura 2001 a 2015 (parcial)	160
	Anexo 5 - Cardápio das Escolas Públicas Municipais e CMEIs de Francisco Beltrão	163

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está centrada no conceito de Agricultura Familiar adotado pelo Estado, na política do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na organização da Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI) que é a entidade que articula os agricultores familiares no acesso à comercialização para o PNAE no Município de Francisco Beltrão. Notadamente, um processo de comercialização em circuito curto que é complementado por outras formas de comercialização que também ocorrem nesta perspectiva (circuitos curtos).

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é compreender a origem do PNAE, como se deu o processo de implementação, bem como a sua viabilidade enquanto uma política pública de desenvolvimento para a agricultura familiar.

Mais especificamente, compreender a utilização do conceito de Agricultura Familiar pelo Estado; conhecer a origem do PNAE e a forma como o mesmo tem sido implantado no Município de Francisco Beltrão; verificar a ação da COOPAFI para implantação do PNAE; identificar quais as melhorias econômicas (para a Cooperativa e para os agricultores familiares).

Inicialmente foi realizado contato com a COOPAFI, visando conhecer as atividades por ela realizadas. Nesse sentido, houve a visita às feiras locais da Cooperativa, em que tivemos os primeiros contatos com os agricultores. Houve também o acompanhamento das entregas dos produtos comercializados para o PNAE em alguns CMEIs e Escolas do Município, bem como a participação em cursos realizados pela EMATER, para ter conhecimento de qual era a formação que estava sendo transmitida aos agricultores.

Na sede da COOPAFI, tivemos acesso às cópias das declarações de aptidão ao PRONAF (DAP), que nos ajudaram a traçar um perfil dos agricultores familiares da Cooperativa. Ao perceber que apenas os dados referenciados na DAP não seriam suficientes para caracterizar os agricultores, elaboramos um questionário, sendo que este foi aplicado para um representante de cada família, num total de 35 famílias que comercializavam para o PNAE em 2014. Também realizamos uma entrevista com os diretores da COOPAFI.

A princípio o foco da pesquisa estava direcionado para a Cooperativa, sendo que no decorrer da mesma, identificamos que os protagonistas eram os agricultores familiares, então ocorreu que as bases de informações dos questionários não atendiam a esse novo direcionamento.

A partir da banca de qualificação, tivemos maior clareza quanto aos objetivos da pesquisa, definimos um roteiro de trabalho de campo, elaboramos um novo questionário (anexo 1). Nessa etapa da pesquisa foram selecionadas as famílias a serem visitadas através da indicação da direção da Cooperativa, a qual também participou desse trabalho. Foram visitadas 12 famílias, seguindo como critério a produção e os grupos de alimentos que são comercializados (hortaliças, tubérculos, panificados, chás e frutas). Foram consideradas as famílias que mais produzem, a produção intermediária e a pequena produção familiar, essa classificação foi feita pela própria direção da COOPAFI. Para as famílias selecionadas, houve a aplicação de questionários direcionados para o principal responsável pela produção. Também foi realizado levantamento fotográfico e análise empírica nesses estabelecimentos.

Para compreensão de como foi a implantação do PNAE no Município e como está sendo o seu desenvolvimento, realizamos entrevistas com a nutricionista responsável pelo Programa na esfera municipal. Já as nutricionistas responsáveis pelo PNAE no âmbito estadual, contribuíram com informações enviadas por e-mail. Todos os entrevistados, bem como os agricultores que responderam os questionários, autorizaram a divulgação das informações através da carta de cessão (anexo 2).

Para compreensão da realidade empírica, realizamos uma análise bibliográfica e de dados secundários como do IBGE (Censo agropecuário, Cidades, Perfil das cidades), IPEA, DATA, FNDE, Plataforma de Gestão de Indicadores (PGI), IBASE, Leis e decretos, dentre outros referentes à Cooperativa, à Política Pública e à própria organização da agricultura familiar.

A presente pesquisa se justifica, primeiramente, pela identificação pessoal com o tema. Partimos da hipótese de que as políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar amenizam as desigualdades e direcionam a atenção do Estado aos agricultores familiares, que são fundamentais para o abastecimento de alimentos e para a manutenção da cultura, principalmente a cultura alimentar brasileira. Ainda justifica esta pesquisa o aprimoramento acadêmico e profissional.

As disciplinas cursadas foram de fundamental importância na construção de conhecimentos, amadurecimento acadêmico, compreensão de diversos conceitos como o Materialismo Histórico Dialético, o Patriarcado, as questões de Gênero, as relações campo/cidade. O desenvolvimento da pesquisa, bem como das demais atividades vinculadas ao mestrado, oportunizaram diferentes aprendizagens, as quais foram determinantes para a construção desta dissertação.

A presente pesquisa está organizada em três capítulos, sendo que, no capítulo I o objetivo é discutir o conceito de agricultura familiar. Nesse sentido, inicialmente refletimos sobre o papel dos movimentos sociais e organizações dos sujeitos do campo no processo de reivindicação da garantia de seus direitos. Foi por meio das pressões exercidas por eles que o Estado se viu forçado a instituir a Lei da agricultura familiar, utilizando esse termo com base no relatório da FAO/INCRA intitulado “Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico” de 1996.

Na sequência, procuramos particularizar as orientações contidas na Lei, a qual dispõe de todas as especificações consideradas pelo Estado na formulação de políticas públicas para a agricultura familiar. Ainda no capítulo I, caracterizamos a área de estudo, estabelecendo conexões entre ela e a agricultura familiar desenvolvida no Município.

No capítulo II, é evidenciado o conceito de Estado e de políticas públicas, os quais são a base para as discussões seguintes. Na sequência, é realizado um resgate histórico do PNAE, que é o objeto de estudo sendo o programa social mais antigo do Brasil, o qual atualmente está estruturado de maneira a ser uma alternativa de comercialização dos produtos da agricultura familiar, e por outro lado, suprir as necessidades nutricionais dos alunos no período letivo, minimizando a evasão escolar e a desnutrição dos educandos. O programa em questão passou por várias reformulações, sendo que as principais foram: 1) O financiamento da alimentação como responsabilidade do Estado; 2) a descentralização do Programa, quando este passa a ser operacionalizado por Estados e Municípios; 3) Quando por Lei, é estabelecido que no mínimo 30% da alimentação escolar necessariamente deve ser adquirida da agricultura familiar.

Neste sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros programas, é um mecanismo para fortalecer a agricultura familiar, a partir do processo de comercialização da sua produção.

No capítulo III, caracterizamos como o PNAE se desenvolve no Município de Francisco Beltrão, considerando as esferas: estadual e municipal. Apresentamos os resultados dos trabalhos de campo, evidenciando os estabelecimentos de produção familiar e os agricultores que comercializam para o PNAE. Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, percebemos que as comercializações dos cooperados da COOPAFI ocorrem em circuitos curtos, sendo que o PNAE é uma das formas de comercialização que cabe nesse conceito, o qual é exposto no capítulo III.

## CAPÍTULO I

### AGRICULTURA FAMILIAR: RECONHECIMENTO, DIVERSIDADE E ORGANIZAÇÃO

A região Sudoeste do Paraná, onde se localiza Francisco Beltrão, é marcada pela predominância de uma agricultura familiar, sendo, portanto este um conceito fundamental neste estudo. Assim, buscamos explorar os aspectos que, de maneira geral, caracterizam essa agricultura, particularizando o contexto do Sudoeste do Paraná e especificamente de Francisco Beltrão. É importante compreender o processo de estruturação, formulação e implementação de políticas públicas para esse seguimento, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

É neste contexto que o Estado é compreendido como um importante agente na formulação e implementação de políticas públicas. Assim, é necessário entender como e porque o Estado passa a classificar os pequenos estabelecimentos rurais e seus sujeitos, como agricultores familiares, e porque lhes afere uma Lei específica. Nesse sentido, as mobilizações sociais clamavam por maior justiça social no campo e o reconhecimento dos pequenos produtores na elaboração de políticas públicas específicas para eles. Agricultura familiar foi o termo adotado pelo Estado brasileiro, na formulação dessas políticas públicas e também no meio acadêmico.

Mas o PNAE, objetivo principal deste estudo, nem sempre esteve relacionado à agricultura, pelo contrário esteve associado às indústrias e aos financiamentos internacionais, no início de sua execução. Dentre as várias reformulações e mudanças pelas quais o PNAE passou, a mais importante (para esta pesquisa) é aquela que articula o PNAE e a agricultura familiar.

Essa articulação se deu a partir dos estudos e pesquisas para elaboração do Programa Fome Zero no Brasil, que identificaram que a situação de pobreza atingia 28% da população brasileira, destes 19% encontravam-se nas áreas metropolitanas, 25% em áreas urbanas não metropolitanas e 46% em áreas rurais, sendo que destes, 50% na região nordeste do Brasil (SILVA, GROSSI, FRANÇA, 2010).

As ocorrências de pobreza no campo são provenientes da não concretização da reforma agrária, da exclusão aos programas de crédito, do processo excludente e concentrador da modernização da agricultura, falta de assistência técnica e de acesso aos mercados de comercialização (SILVA, GROSSI, FRANÇA, 2010).

A estratégia Fome Zero, é resultado de um processo de participação e mobilização da sociedade civil (...). A identificação da fome como forma

aguda de pobreza e exclusão social e econômica desencadeou, em contrapartida, um esforço em delinear políticas específicas para aliviar a pobreza extrema a partir de uma abordagem interdisciplinar para explicar e intervir no fenômeno da fome, por meio de uma estratégia multissetorial (MENEZES, SANTARELI, 2013).

Esses aspectos foram norteadores para que pudessem ser elaboradas ações inclusivas para a agricultura familiar, uma vez que, eram os mais afetados pelas situações de vulnerabilidade alimentar e pobreza. O Programa Fome Zero propõe, através de políticas que visam o aumento da produção de alimentos e a proteção do agricultor de menor renda, a priorização de alguns aspectos importantes como: a produção interna, incentivo à pesquisa pública associada à assistência técnica, política de crédito, incentivo à formação de cooperativas de produção e comercialização, incentivo à proteção da natureza. A partir dessas ações, a agricultura familiar passou a ter espaço no âmbito das políticas públicas (SILVA, 2010).

Essas políticas e programas são coordenados principalmente pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O Estado passa a considerar os aspectos mencionados, ao elaborar estratégias de desenvolvimento econômico, visando à inclusão da população socialmente vulnerável do campo, como a reestruturação do PNAE, que ainda tem por finalidade suprir déficits alimentares dos educandos, além de absorver parte da produção familiar.

A agricultura familiar assume a centralidade das discussões a seguir, uma vez que, é a partir de sua definição que as políticas públicas passam a ser desenvolvidas. Assim, podemos compreender que a adoção do termo agricultura familiar, para designar pequenos produtores rurais, não ocorreu por acaso, mas se deu através da participação da sociedade civil organizada em movimentos sindicais e demais movimentos do campo, em prol de maior reconhecimento político para esse tipo de agricultura.

### **1.1.Os movimentos sociais e a instituição da agricultura familiar no Brasil**

O contexto social de precariedade no campo, resultante da concentração de terras, da não concretização da reforma agrária, da exclusão por parte das famílias de pequenos agricultores aos processos de modernização, ocasionaram, como reação, a união dos trabalhadores rurais em sindicatos, movimentos como o MST e organizações de apoio, como a Pastoral da Terra, entre outros. Os trabalhadores organizados por melhores condições de acesso a terra, ainda que, somente o acesso não seja capaz de mudar a situação de precariedade, que vai desde a falta de condições para a produção agrícola e assistência técnica até a infraestrutura de estradas, moradias, saúde e escolas, foram fundamentais para o reconhecimento institucional da agricultura familiar pelo Estado.

Com a organização dos movimentos sociais do campo reivindicando por melhores condições de trabalho e vida, e os resultados da pesquisa realizada pela FAO “O Perfil da agricultura familiar no Brasil”, tem-se dois elementos fundamentais que resultaram na criação do PRONAF e, posteriormente, embasaram a Lei 11.326/2006 da agricultura familiar. Na sequência, podemos analisar como se deu esse processo.

A luta pela terra faz parte da vida de muitos agricultores familiares, especialmente daqueles que estiveram ou estão em acampamentos e assentamentos, reivindicando a reforma agrária ou ainda tiveram acesso a terra por meio de disputadas e conflitos, como no caso do Sudoeste do Paraná, onde o acesso a terra se deu originalmente a partir de um processo conflitivo. A luta pela terra, e pelo reconhecimento de sua importância social, está associada à luta pelo direito ao trabalho, à sobrevivência, à resistência e à exploração do trabalho. Para Sauer (2010, p. 37)

A luta pela terra, como um processo social de resistência ao modelo agropecuário e a ruralidade de espaços vazios se transforma em uma luta política, social, cultural, pela construção e realização da cidadania das populações rurais.

A terra, para os agricultores familiares, significa mais do que a obtenção de renda monetária, ela possui uma simbologia religiosa, a transmissão de valores, a garantia de sobrevivência das futuras gerações, o sustento do corpo pela “alimentação forte, que vem da terra” é ela que garante o trabalho. A terra também adquire uma conotação de liberdade e autonomia, na concepção de Sauer (2010), constituindo sujeitos e permitindo a construção de

cidadania no campo, ao criar possibilidades e capacidades para que as pessoas sejam os sujeitos de seus próprios destinos.

O valor que a terra possui, para parcela desses agricultores, se constitui como um valor imaterial, subjetivo, ao mesmo tempo em que pode ser interpretado como a materialização de uma forma de vida. Portanto, é preciso lutar pela terra, pelo direito a ela, pela representação política que implica na visibilidade aos anseios e problemas enfrentados.

Com o crescimento da expropriação e exploração da população do campo, houve reações, resistências e enfrentamentos, os quais resultaram na criação de organizações sociais nacionais. As primeiras organizações em prol da terra no Brasil datam a década de 1940, com o surgimento de organizações e ligas camponesas, de sindicatos rurais e com atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (SAUER 2010, p. 77).

A luta dos movimentos por maior justiça social no campo, incluindo a reforma agrária, generalizou-se no país e assumiu grandes proporções no início da década de 1960. Com o golpe militar de 1964, houve uma severa repressão às manifestações populares, lideranças foram perseguidas e o PCB foi declarado ilegal, fazendo com que os movimentos sociais, em especial os de luta pela terra, perdessem força, porém, não impediram que os sindicatos de trabalhadores rurais, lideranças populares e agentes pastorais continuassem reivindicando a reforma agrária (SAUER, 2010).

Como estratégia para amenizar as reivindicações foi criado o Estatuto da Terra, em 1964, o qual tinha duas características consideradas prioritárias no contexto da luta pela terra: promover a reforma agrária e favorecer o desenvolvimento da agricultura. Foram nessas características que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pautou-se para aumentar a pressão por parte dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, pela realização da reforma agrária (SAUER, 2010). Em 1966, durante o Governo de Castello Branco, houve a formulação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual não foi efetivado.

Ainda segundo Sauer (2010), a partir de 1968 a Igreja Católica passou a intervir nas negociações políticas em favor dos agricultores, a repressão militar não ocorria de forma pacífica, de modo que a Igreja recriminava as atrocidades cometidas. Em 1975, as iniciativas desta, em prol das questões agrárias, deram origem a Pastoral da Terra.

De modo geral a década de 1970 representou um direcionamento social em prol da democracia, assim havia mobilizações políticas, tensões que pressionavam para reformulação política e democratização do Brasil, várias

lideranças que haviam se exilado retornaram ao país, é nesse contexto que há a consolidação de movimentos importantes e a reformulação dos partidos políticos como o Partido dos trabalhadores (PT) e a central única dos trabalhadores (CUT). É também nesse contexto que surge o MST que associava a reforma agrária à redemocratização política (SAUER, 2010 p. 80).

Segundo Sauer (2010), com o processo de redemocratização do Brasil em 1985, e o retorno de vários sujeitos comprometidos com as questões sociais, que estavam exilados, houve a perspectiva de maior participação popular, e uma série de expectativas de justiça social no campo e da efetivação da reforma agrária, porém, as ações do novo regime político não corresponderam às expectativas.

Através da organização social em torno da constituição brasileira de 1988, houve um avanço que se constitui na função social da terra, instituindo que:

Tornou mandato constitucional a necessidade de toda propriedade, inclusive a propriedade da terra, cumprir a função social, portanto, o direito de propriedade deixou de ser absoluto. Respondendo às organizações agrárias e as lutas populares pela democratização política e pela eliminação das desigualdades sociais, o texto constitucional determinou que a propriedade especialmente, mas não exclusivamente a terra, deve cumprir a função sócia, ou seja, respeitar os direitos coletivos a vida, inclusive com o uso ecologicamente equilibrado do meio ambiente (Constituição Federal, art. 186 p. 69).

As pressões exercidas pelos movimentos e sindicatos rurais também forçaram o reconhecimento dos pequenos agricultores, que passaram a ser denominados pelo Estado e organizações de trabalhadores rurais, como agricultores familiares, quando em 1996, um documento formulado pela FAO/INCRA “O perfil da Agricultura Familiar”, utilizou pela primeira vez a definição de agricultura familiar, a partir de três características centrais:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996).

Com base nesse documento o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) através do decreto nº 1.946, de junho de

1996. O PRONAF é considerado o primeiro direcionamento do Estado voltado para a agricultura familiar (SAUER, 2010).

Ainda em relação à origem e importância da agricultura familiar, Tedesco (2001) considera que o termo agricultura familiar foi utilizado para designar o público prioritário do sindicalismo rural, tendo como marco a 1ª Plenária Nacional do DNTR/ CUT, realizada em 1993.

A partir daí, esse segmento, assim definido, passa a ocupar a centralidade dos processos de negociação e mobilização, principalmente a partir da edição dos Gritos da Terra Brasil. (...) Os sindicalistas procuravam uma definição que sinalizasse um projeto mais amplo, de caráter menos reivindicatório e mais afirmativo, pelo qual se buscavam equacionar as demandas dos demais segmentos que compõe o rural – Agricultores Familiares, sem terras, assalariados do campo e aposentados. (TEDESCO, 2001, p. 383)

Com a eleição de um representante do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que representava oposição aos governos anteriores, congregando lideranças de diversos movimentos populares e sindicatos, especialmente de base Cutista, cria-se a expectativa de realização de uma política ampla de realização da reforma agrária. Pois, como destaca Sauer (2010), havia uma aproximação política entre o PT e o MST.

Segundo Sauer (2010), o novo governo proporcionou maior diálogo entre os movimentos e as esferas federais, houve menor criminalização ao movimento, respeito pela luta de acesso a terra e a formulação de algumas medidas compensatórias. Porém, a efetividade do processo de reforma agrária de fato não ocorreu. Inserimos essa discussão ao texto, não para debater sobre a reforma agrária, mas porque ela é apontada como uma das causas da situação de pobreza no campo. Nesse sentido, a formulação da Lei 11.326, no ano de 2006, é também uma resposta do Estado às reivindicações dos movimentos de luta pela terra, se materializa na constituição de leis, através das quais o Estado reconhece a presença dos pequenos agricultores, enquanto poder produtivo. A seguir detalhamos os principais aspectos da Lei nº 11.326/2006.

## **1.2.Lei nº 11.326/ 2006 – a Lei da agricultura familiar brasileira**

Nesta pesquisa optamos por utilizar o conceito de agricultura familiar que é adotado pelo Estado nas formulações de políticas públicas. A Lei nº 11.326/julho de 2006 dispõe

sobre as características gerais da agricultura familiar no Brasil e estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo a Lei é considerado agricultor familiar:

- I Aquele que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Essas são as características que, de forma bem genérica, determinam quem são os agricultores familiares no Brasil. Esses dados são considerados principalmente em processos burocráticos como financiamentos, declaração de aptidão ao PRONAF (DAP). Outras características consideradas para essa finalidade e para a elaboração de políticas de desenvolvimento são:

São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
- IV - pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;
- V - povos indígenas;
- VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2006).

Perante a Lei nº 12.058/2009, o Conselho Monetário Nacional possui autoridade para estabelecer critérios e condições adicionais para acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, considerando as especificidades dos seus diferentes seguimentos (Brasil, 2009).

O Art. 4º da Lei Nº 11.326/ 2006 estabelece os princípios para as Políticas Nacionais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

- I - descentralização;
- II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006).

A referida Lei é abrangente e define, de modo geral, o que é a agricultura familiar e quem são seus sujeitos, porém, os sujeitos são heterogêneos e os estabelecimentos da agricultura familiar diversificados, conforme afirma Santos (2008 p. 77).

Ela é formada por agricultores que incorporam as tecnologias modernas e por aqueles que ainda produzem, utilizando instrumentos rudimentares. Entre eles existem aqueles que conseguem retornos financeiros e os que não obtêm. É uma realidade, inclusive, que varia de acordo com as características políticas, culturais e naturais de cada território.

O conceito de agricultura familiar, portanto, é utilizado para designar tanto agricultores que possuem maior capacidade produtiva e grau de modernização, como aqueles que se assemelham mais ao campesinato, devido à baixa inserção aos processos de modernização e pela produção baseada no autoconsumo.

Ainda para caracterizar os estabelecimentos de agricultura familiar, em sua singularidade, utilizamos a definição de Guanzioli, Romeiro, Buainin, Di Sabbato, Bittencourt (2001), que classificam os estabelecimentos de acordo com o grau de desenvolvimento socioeconômico, níveis de capitalização e geração de renda. O dado utilizado para classificação socioeconômica dos estabelecimentos familiares (considerando variáveis como: a inserção no mercado, a transformação e beneficiamento de produtos agrícolas e o autoconsumo) foi à diária média estadual<sup>1</sup>.

Operacionalmente, usou-se o Valor de Custo de Oportunidade (VCO) como valor da diária média estadual, acrescido de 20% e multiplicado pelo número de dias úteis no ano (260 dias). Com base nesse procedimento foram estabelecidos quatro tipos de agricultores familiares.

Os valores foram classificados a partir da média diária do Estado do Paraná para trabalhadores rurais, o qual, segundo a FETAEP (2015), é de R\$ 1.032,02 mensais. Ao considerarmos os dias úteis trabalhados, temos uma média diária de R\$ 47,63. Este número,

---

<sup>1</sup> Diária Média Estadual, diz respeito à aproximação entre a renda auferida pelo produtor nas atividades do estabelecimento, como o custo de mão - de - obra familiar, definido como valor da diária de um trabalhador rural praticada no Estado (Guanzioli, Romeiro, Buainin, Di Sabboato, Bittencourt, 2001).

aplicado à fórmula acima citada, resultou em um valor de R\$ 14.861,09/ano. O indicador mensal, o qual utilizamos no Quadro 1, foi de R\$ 1.238,424/ mês.

Quadro 1- Classificação socioeconômica dos agricultores familiares

Tipo A	Renda total superior a três vezes o valor do VCO	Superior a R\$3715,272
Tipo B	Renda total superior a uma vez o valor do VCO	Superior a R\$2476,848
Tipo C	Renda total superior a metade até uma vez o valor do VCO	Maior que R\$619,21 até R\$2476,848
Tipo D	Renda igual ou inferior a metade do VCO	Igual ou menor que R\$619, 21

Fonte: Guanziroli, Romeiro, Buainin, Di Sabbato, Bittencourt, 2001. Org. Paz, Lidiane 2015.

Através da classificação socioeconômica apresentada no quadro 1, é possível estabelecer uma aproximação maior com o tipo de agricultura familiar que é desenvolvida no Município de Francisco Beltrão, como apresentamos a seguir.

### 1.3. Caracterização da área de estudo – Francisco Beltrão

O Município de Francisco Beltrão, localizado na Mesorregião Sudoeste do Paraná, possui atualmente 86.499 habitantes (IBGE, 2015), sendo uma das principais cidades desta mesorregião em relação ao contingente populacional, produção, economia e geração de empregos. O IDH do Município é de 0,774, sendo este um dos melhores do estado do Paraná. Em relação às dinâmicas de migração campo/cidade, nota-se que houve no Município redução da população rural em relação à população urbana.

Em Francisco Beltrão, os estabelecimentos de agricultura familiar são predominantes, conforme podemos observar no gráfico 1, o qual relaciona o número de estabelecimentos familiares e não familiares, sendo que, os estabelecimentos familiares representam 88% do total. Já o gráfico 2, relaciona a área ocupada por esses estabelecimentos rurais no Município.

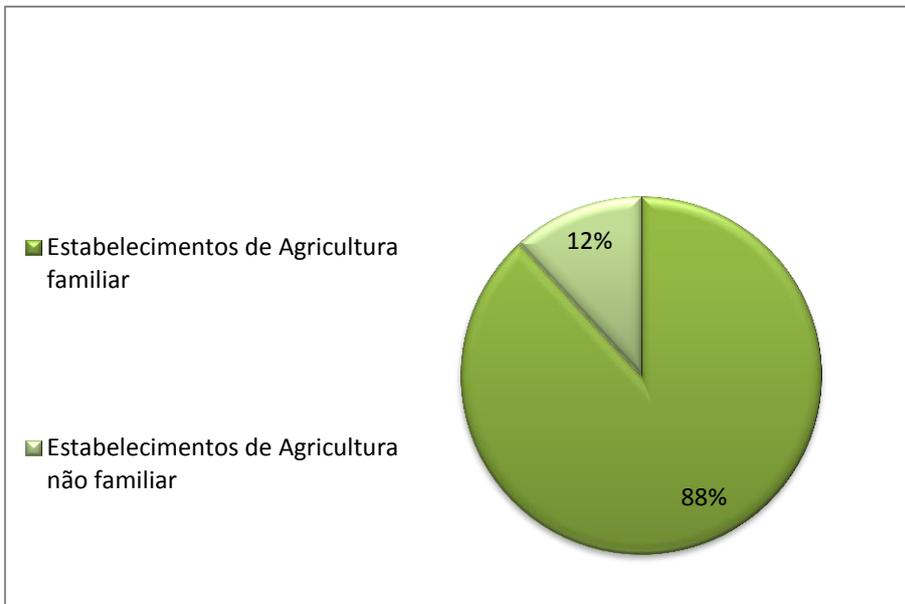


Gráfico 1 – Comparação entre os estabelecimentos rurais familiares e não familiares em Francisco Beltrão – PR. Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006 – Org. Paz, Lidiane. 2015.

Os estabelecimentos familiares ocupam 60% do total da área em hectares, como mostra o gráfico 2.

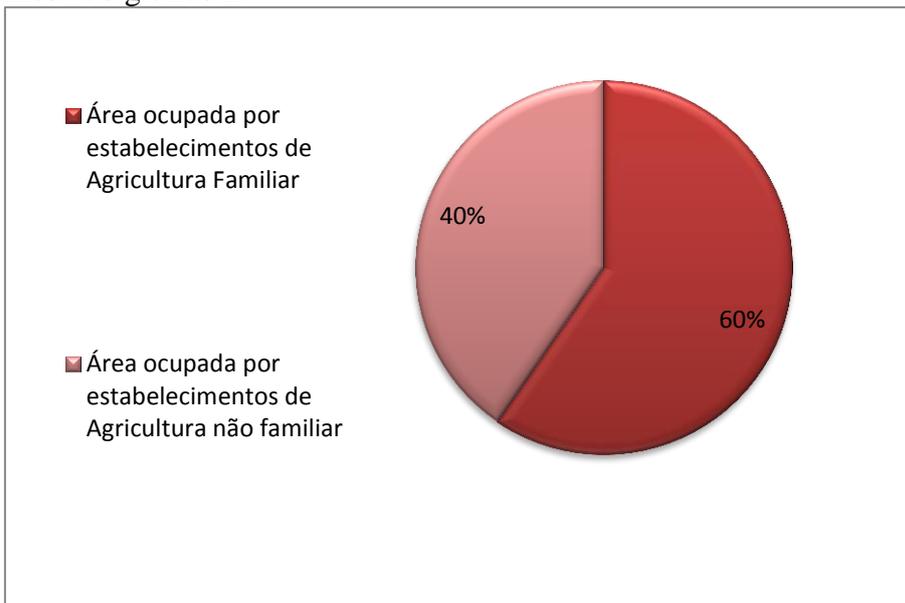


Gráfico 2 – Comparação entre a área ocupada por estabelecimentos rurais de agricultura familiar e não familiar em Francisco Beltrão – PR. Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006 – Org. Paz, Lidiane. 2015.

A agricultura não familiar é desenvolvida em 40% da área ocupada por estabelecimentos rurais no Município, no entanto esses estabelecimentos em números representam apenas 12%. Esses dados sinalizam que existe uma concentração na área ocupada pela agricultura patronal, a qual favorece um número menor de famílias em comparação com as médias registradas no Brasil, nas quais os estabelecimentos de agricultura familiar

representam 84% e ocupam uma área de 24%. Já em comparação com o Estado do Paraná, a agricultura familiar representa 82% dos estabelecimentos e ocupam 28% da área. Percebemos que em Francisco Beltrão os estabelecimentos familiares e a área ocupada por eles são acima das médias nacional e estadual.

Com a finalidade de caracterizar a agricultura no Município de Francisco Beltrão, utilizamos o Censo Agropecuário de 2006, o último Censo oficial realizado pelo IBGE, portanto, mais próximo da realidade atual. Podemos entender como está sendo a utilização do solo no Município observando o gráfico 3.

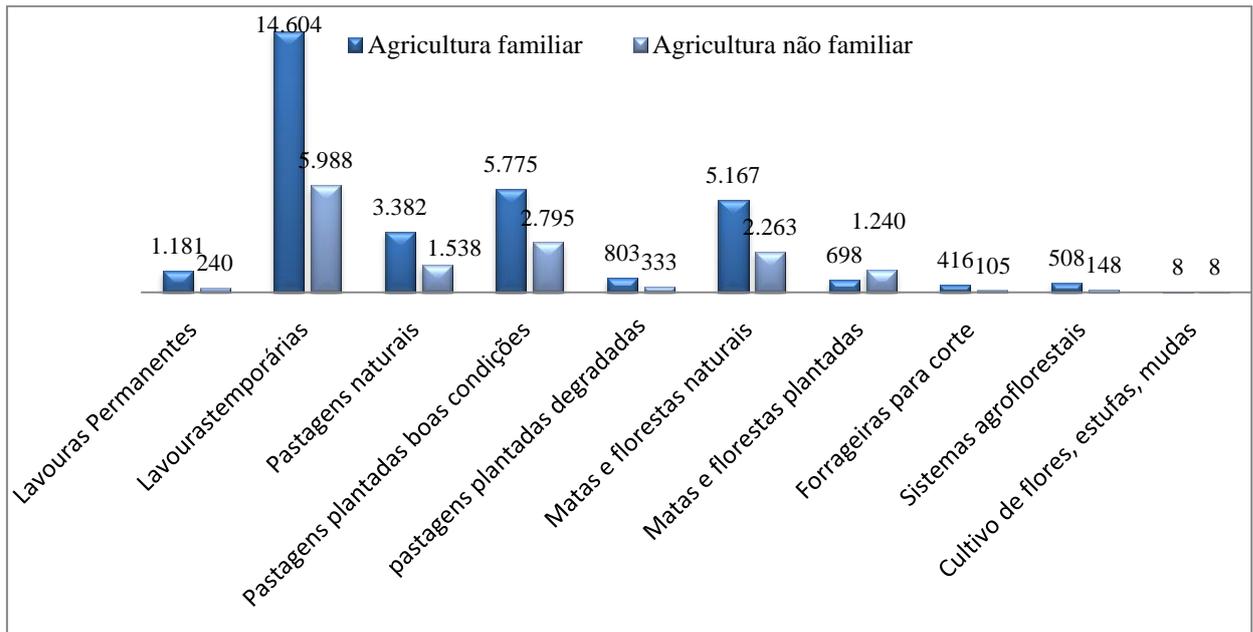


Gráfico 3 – Uso do solo no Município de Francisco Beltrão – PR pela agricultura familiar e não familiar. Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006 – Org. Paz, Lidiane. 2015.

Os dados apresentados no gráfico 3 indicam o predomínio de estabelecimentos utilizados para as lavouras temporárias. Destacam-se também as pastagens, tanto as naturais quanto as plantadas, em que as pastagens em boas condições superam as pastagens degradadas. As matas e florestas naturais superam as matas e florestas plantadas, em muitos casos isso decorre das exigências ambientais atuais, mas também, como destaca Santos (2008), do próprio processo de modernização da agricultura que acaba por deixar sem uso as áreas que não são possíveis de trabalhar de forma mecanizada, especialmente em razão da declividade.

As forrageiras são utilizadas para o descanso do solo ou para silagem, já os sistemas agroflorestais foram incentivados nos últimos anos, mas ainda possuem número de estabelecimentos reduzidos. Já as estufas são menos praticadas em área e em

estabelecimentos, sendo a única atividade em igual número de estabelecimentos entre agricultura familiar e não familiar.

Em todas as outras atividades relacionadas no gráfico 3, a agricultura familiar supera a não familiar, atribuindo ao Município uma caracterização de agricultura predominantemente familiar.

A agricultura orgânica também é desenvolvida em Francisco Beltrão. Quando existe a certificação, os produtos podem ser comercializados em programas institucionais com um valor até 30% maior (BRASIL, 2015). Esse tipo de agricultura é característico em estabelecimentos familiares, podemos observar o número de estabelecimentos que praticam a agricultura orgânica no Município a partir da tabela a seguir:

Tabela 1. Agricultura orgânica e tradicional no Município de Francisco Beltrão.

Número total de estabelecimentos	3.178
Estabelecimentos que não fazem uso de produção orgânica	3.050
Estabelecimentos com produção orgânica	128
Estabelecimentos não Certificados que praticam agricultura orgânica	110
Estabelecimentos Certificados	16

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006) Org. Paz, Lidiane 2015.

Como é observado na tabela 1, o número de estabelecimentos que possuem a certificação orgânica é pequeno (0,5%). Segundo foi relatado pelos agricultores durante a pesquisa, o processo para a certificação é burocrático, cheio de exigências, que desmotivam as famílias a procurarem certificadoras. Os estabelecimentos que praticam agricultura orgânica sem certificação representam 3% do total. Os agricultores visitados, que realizam a produção orgânica, indicam que ela apresenta custos de produção menores, por esse motivo optaram por implantar esse tipo de produção no estabelecimento, no entanto, há uso intensivo de mão de obra, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho.

Na tabela 2, selecionamos alguns produtos para caracterizar como são utilizadas as lavouras permanentes e temporárias, nela é possível acompanhar a área colhida no período entre 2007 a 2013.

Tabela 2 - Área colhida (ha) lavouras permanentes e temporárias no Município de Francisco Beltrão - PR

Produto/ Área colhida (ha)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Arroz	870	530	390	255	145	113	74
Batata - doce	346	289	329	326	287	289	285
Cana- de - açúcar	550	110	110	110	110	100	100
Cebola	126	122	131	131	104	85	88
Feijão	18.260	14.680	20.925	14.720	13.730	14.500	17.236
Laranja	605	621	356	331	331	331	331
Mandioca	5.620	5.670	4.840	4.520	3.930	3.610	3.610
Milho	147.950	152.700	128.000	96.750	84.900	90.371	92.950
Soja	128.330	116.810	121.770	149.390	144.450	133.610	141.920
Tangerina	228	227	219	221	221	224	212
Trigo	31.900	45.848	56.700	45.300	44.550	39.100	49.290

Fonte: IBGE: Produção agrícola municipal – Org. Paz, Lidiane. 2015.

Conforme indica a tabela 2, a área colhida de arroz sofreu uma redução significativa, essa produção pouco expressiva resulta das condições climáticas desfavoráveis ao cultivo, bem como, da falta de incentivo a esta produção. A área colhida de arroz passou de 870 (ha) em 2007 para 74 (ha) em 2013, uma redução de 91,5%. A batata-doce teve uma redução de 17,6% em 2013 em relação à área colhida em 2007. A cana-de-açúcar foi outro produto que sofreu redução significativa de 81,82%. A área colhida de cebola foi reduzida em 30%, já a laranja em 45,2%. A mandioca e o milho tiveram queda na área colhida de 35,7% e 37,17 % respectivamente. A soja atingiu o ápice de área colhida em 2010, reduziu em 2011 e 2012, voltando a aumentar em 2013. O feijão sofreu uma pequena redução de 5,6%. A redução na área colhida da tangerina representou 7,02%, e apenas o trigo obteve um acréscimo de 15,7% na área colhida em 2013 em relação a 2007.

Outra atividade desenvolvida no Município é a produção de aves, de forma integrada à agroindústria de abate e processamento de aves, como a BRF que está instalada em Francisco Beltrão. Essa atividade obteve um crescimento de 345,2% entre 1995 e 2006. A produção familiar nesse período foi de 4.452 cabeças, cerca de 70% do total.

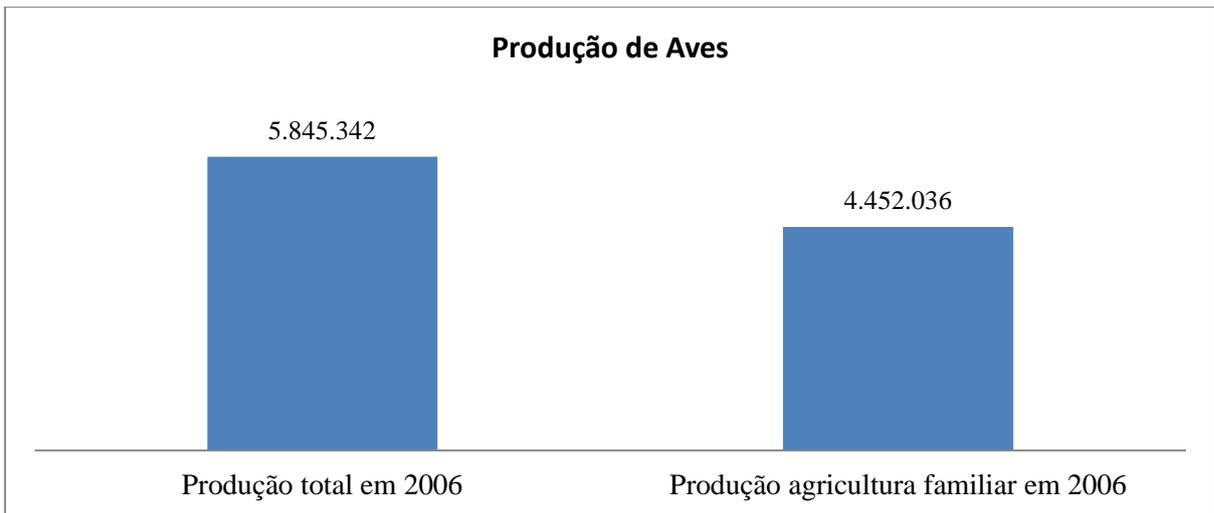


Gráfico 4 – Produção total de aves e participação da Agricultura familiar no Município de Francisco Beltrão – PR Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006.

A criação de suínos tem sido bastante praticada pela agricultura familiar, em 2006, ela foi responsável pela produção 73,39 %.

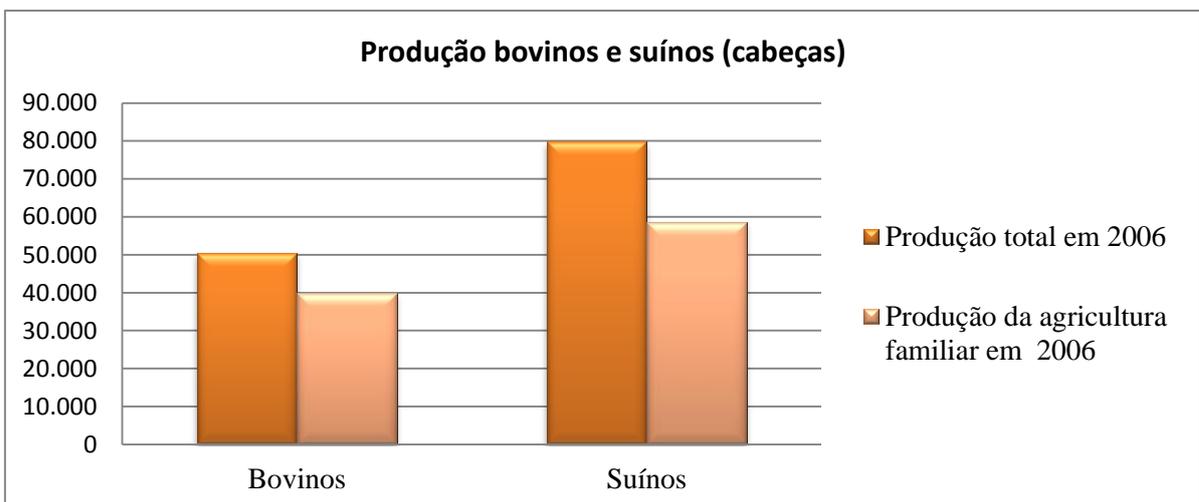


Gráfico 5 – Produção bovinos e suínos (cabeças) e participação da agricultura familiar – Francisco Beltrão – PR

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006. Org. Paz, Lidiane. 2015.

Em relação aos bovinos de corte, essa não é uma atividade muito desenvolvida no Município, em parte porque os aspectos físicos naturais não apresentam vantagens a este tipo de produção. Mesmo assim, a agricultura familiar produziu 79% dos bovinos de corte em 2006. A produção mais significativa na diversificação das propriedades familiares, diz respeito ao leite, podemos observar no gráfico 6, a participação da agricultura familiar na produção de leite no Município.

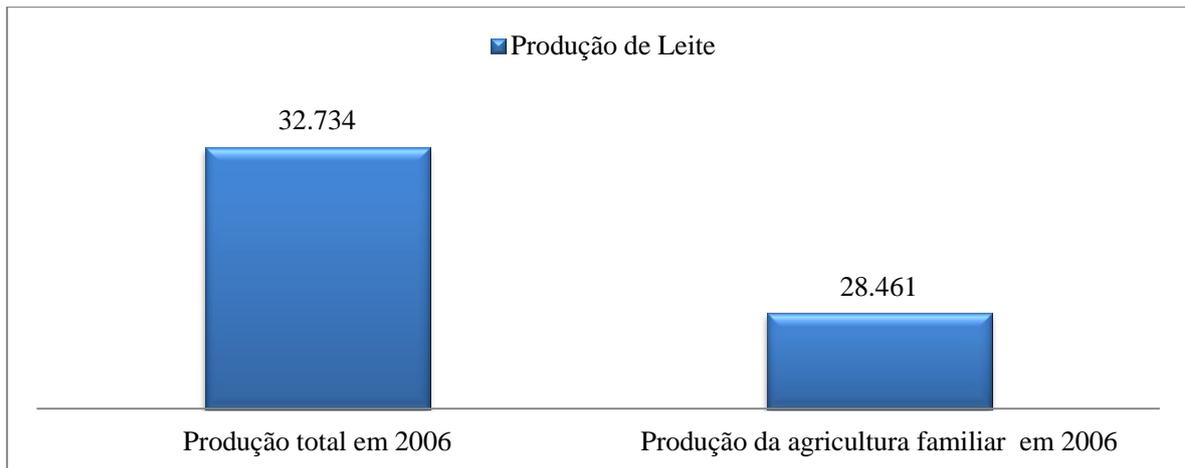


Gráfico 6 – Produção de leite em litros no Município de Francisco Beltrão – PR  
 Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006, Org. Paz, Lidiane. 2015.

A produção de leite aumentou significativamente entre 1995 e 2006, nesse último, a produção familiar foi de 28.461 litros (86%). Em 2014 a produção chegou aos 70 milhões de litros, esse número levou o Município a ser reconhecido como o maior produtor de leite no Sudoeste do Paraná, considerando que a agricultura familiar possui o maior número de estabelecimentos e também ocupa a maior área produtiva, podemos dizer que o leite é significativamente produzido pela mesma (SCHIMTZ, 2014).

Uma vez expressos os aspectos que caracterizam a produção do campo no Município de Francisco Beltrão, é importante também destacar a geração de emprego através das atividades rurais, segundo o IBGE (2006), havia no Município naquele ano 18.605 pessoas ocupadas na agricultura, sendo que, pesquisas da mesma fonte apontam que o maior número de postos de trabalho no campo estão em estabelecimentos familiares. O trabalho é um elemento fundamental nas características do Município, é através dele que se estabelecem relações sociais e econômicas, como apresentamos a seguir, destacando como se deu o processo de colonização do Sudoeste do Paraná.

#### **1.4 Formação e colonização do Sudoeste do Paraná**

Ao considerar a singularidade do processo de formação do Sudoeste do Paraná, onde o Município de Francisco Beltrão está inserido, é percebido que os aspectos produtivos, as relações de trabalho, bem como a constituição desse território, são intrínsecos aos aspectos culturais trazidos pelos imigrantes. Conforme afirma Santos (2008, p.32).

O Sudoeste do Paraná é caracterizado, em sua maioria, pelo predomínio de pequenas propriedades de produção familiar, que visam garantir a sobrevivência a partir da inserção no mercado. A produção para autoconsumo, presente no início de sua colonização, principalmente no caso dos primeiros povoadores da região denominados “caboclos”, é substituída paulatinamente pela produção de mercadorias, seguindo a lógica de desenvolvimento do capital, sob a qual o valor de uso é subjugado pelo valor de troca. Nesse contexto, a maioria da população mundial necessita recorrer ao mercado para satisfazer suas necessidades de existência.

Segundo a autora, a colonização do Sudoeste do Paraná a partir de 1940, incentivada pelo Estado, incorpora interesses políticos e econômicos que atendem aos seus objetivos por facilitar a acumulação capitalista e a ocupação de uma área de fronteira, sob a expansão da produção agrícola e da estruturação de um novo território (2008, p.37).

Os colonizadores eram, em sua maioria, descendentes de europeus, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Com o esgotamento das terras em suas regiões, eles utilizaram desse incentivo do Estado, a chamada “Marcha para o Oeste”, para territorializar o Oeste e Sudoeste do Paraná.

Os aspectos físicos e ambientais contribuíram para a fixação das famílias que se instalaram em pequenas extensões de terra, consideradas férteis, onde trabalhavam com a policultura, conforme destacado por Santos (2008, p. 47)

Além do clima, são ressaltadas as características benéficas do solo, da hidrografia, da flora e da fauna. Também é proposta a utilização do que chamam de método racional de exploração das terras, com a utilização da mecanização em substituição das atividades nômades desempenhadas pelos caboclos.

Em 1943, ocorre a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), a qual é a responsável por distribuir sementes e ferramentas, construir estradas e serrarias, e até mesmo assistência médica (Santos, 2008).

Em 14 de novembro de 1951 é oficializada a criação do Município e distrito com a denominação de Francisco Beltrão, pela Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, desmembrado da primeira zona do distrito de Pato Branco do Município de Clevelândia, sede no distrito de Francisco (ex-povoado), constituído do distrito sede, instalado em 14 de dezembro de 1952 (IBGE cidades, 2015).

Em 1957, uma série de disputas ocorreu no Sudoeste do Paraná, quando posseiros lutavam pela legitimação da posse das glebas Missões e Chopim, contra os jagunços que defendiam os interesses de grandes companhias colonizadoras. Ao mesmo tempo, havia a

disputa pela posse, entre o poder público (Estadual e Federal) e as companhias colonizadoras, com destaque para a Clevelândia Industrial e territorial Ltda. (CITLA).

A revolta dos posseiros de 1957 representa uma conquista dos Colonos sobre a CITLA que potencializa sua expropriação direta, cobrando por uma terra que já lhes pertence. Mas o desdobramento da vitória com a presença do Estado, por intermédio do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense (GETSOP), legitima uma estrutura de manutenção de uma ordem desigual, na qual se encontrará a legitimação das pequenas e grandes propriedades rurais do Sudoeste Paranaense (SANTOS 2008, p. 51).

Ainda segundo a autora, a legitimação da posse das terras se dá por meio de conflito armado, que resulta no título da terra para os posseiros, embora nesse processo não tenha havido uma divisão igualitária das terras.

Como resultado da revolta de 1957, os posseiros passam a ser os proprietários das terras, mesmo que em condições desfavoráveis aos grandes proprietários, que já se constituíram naquela época e que em parte, explicam os resultados apresentados nos gráficos 1 e 2, que demonstram o número de estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar e a área ocupada por eles (SANTOS, 2008).

Os interesses políticos ficam bastante evidentes, quando muitas lideranças da revolta de 1957 assumem a vida pública. Entre 1962 e 1973 foram concedidos cerca de 43 mil títulos de propriedade, oficializando a posse para os colonos (SANTOS, 2008).

Na sequência, tratamos sucintamente sobre o processo de modernização no Sudoeste do Paraná, uma vez que, através deste, ocorrem modificações importantes na estrutura produtiva, considerando que uma parcela significativa dos pequenos produtores não tem acesso à aquisição de implementos agrícolas, sendo inseridos ao processo de modernização principalmente através da agroindustrialização. Nela, os produtos básicos possuem um valor muito baixo em relação aos produtos transformados, constituindo assim, a principal mudança produtiva: da exploração do trabalho para a manutenção familiar, em que os estabelecimentos rurais tinham como característica a diversificação, para uma agricultura especializada, visando atender as exigências das indústrias, notadamente um processo de adaptação do campo e seus sujeitos ao ritmo (acelerado) do modo de produção capitalista.

### **1.5 O processo de modernização no Sudoeste do Paraná**

Como vimos, a colonização do Sudoeste do Paraná esteve pautada em três aspectos principais: político, econômico e cultural. As características peculiares do Sudoeste do Paraná estão relacionadas aos hábitos culturais das descendências alemã, italiana e polonesa que são

expressas em pequenas propriedades de policultura, onde essas particularidades se territorializam, principalmente no trabalho agrícola, na alimentação, nas formas de trabalho em comunidade, na religiosidade (SANTOS 2008).

A princípio os estabelecimentos agropecuários eram destinados à produção para o autoconsumo, sendo comercializado o excedente. A partir de 1950, ocorreram mudanças nas bases técnicas, provocadas pelo processo de modernização, que alteraram o processo produtivo e as relações sociais.

Essas modificações tornaram a agricultura mais dependente de modelos externos às unidades de produção. Para Tedesco (2001), a forma em que se organizam os estabelecimentos familiares é uma maneira de suprir as necessidades da família, quer seja pela produção de consumo, ou via mercado.

Com o processo de modernização da agricultura e o acentuado desenvolvimento do modo capitalista de produção, criam-se cada vez mais produtos e serviços que não podem ser supridos dentro das propriedades familiares e resultam em uma dependência maior do campo em relação à cidade. Há um processo de especialização da produção agrícola, a partir de monoculturas, principalmente de *commodities*.

O Estado foi, no Brasil, um importante agente da modernização, priorizando as indústrias a jusante e a montante e o comércio exterior. Para que o processo modernizante pudesse ocorrer era necessário que os agricultores estivessem receptivos à nova lógica, para isso foram criadas várias estratégias, desde o acesso ao crédito, até os técnicos extensionistas da ACARPA, hoje EMATER, que atuavam no sentido de convencer os agricultores a contratar os empréstimos e modernizar a propriedade. Estes se aproximavam dos agricultores, através das igrejas e atividades em comunidade, criavam laços de “amizade e confiança” para influenciá-los, também divulgavam reuniões em rádios locais, que eram o principal meio de comunicação, e assim atingiam as famílias agricultoras (SANTOS, 2008).

Como exposto, dentro da categoria de agricultores familiares existem diferentes níveis de integração ao capital, à modernização e ao mercado. Assim, alguns estabelecimentos familiares permanecem com um modelo de subsistência, baseado nas formas de produção tradicionais. No entanto, o que predomina é a tentativa de inserção à produção, visando mercados de comercialização.

A nível nacional, a agricultura familiar tem se destacado principalmente na produção de alimentos para o abastecimento interno. Em 2014, segundo a FAO, 70% dos alimentos foram produzidos em estabelecimentos familiares, sendo que, no Município de Francisco

Beltrão, conforme foi apresentado, essa agricultura é importante porque favorece tanto os postos de trabalho no campo, como a diversificação e a produção de alimentos.

O Município de Francisco Beltrão, como vimos, possui, desde o seu processo de colonização, um histórico de mobilizações em prol de objetivos comuns, como a luta pela legitimação da posse das terras em 1957, as organizações em prol de meios de acesso às linhas de crédito para os agricultores familiares, pelo qual houve o surgimento do sistema CRESOL.

Outros movimentos visam à assistência técnica e à orientação educacional como a ASSESOAR, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e comundo ele o Coletivo de mulheres agricultoras de Francisco Beltrão, os quais constantemente reivindicam que os direitos trabalhistas (previdência, licença maternidade, etc) sejam preservados também no campo, atuando ainda através de cursos de formação e informação, reuniões e debates políticos.

Dentre as instituições vinculadas à agricultura familiar em Francisco Beltrão, destacamos a COOPAFI, porque ela comercializa uma parte significativa dos produtos de origem vegetal e panificados da agricultura familiar, sendo essencial no desenvolvimento do PNAE no Município, conforme apresentamos a seguir.

## **1.6 Cooperativa de comercialização da agricultura familiar integrada – COOPAFI**

A Cooperativa de comercialização da agricultura familiar integrada COOPAFI, é atualmente a Cooperativa que comercializa a maior diversidade de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar no Município de Francisco Beltrão. A Cooperativa teve sua origem em meados dos anos 1990, quando um grupo de mulheres se reuniu para confeccionar e comercializar produtos artesanais. Esse grupo era composto por 21 mulheres, e a organização coletiva denominava-se Cooperativa de Produção Artesanal da Agricultura Familiar (COPAAFI).

Nesta mesma época, teve início um processo de criação de várias associações e cooperativas de comercialização de produtos da agricultura familiar na região Sudoeste do Paraná, muitas delas incentivadas pelas instituições citadas anteriormente.

Nesse processo de divulgação e incentivo ao cooperativismo na região, a COPAAFI passou a ser uma cooperativa de comercialização, denominada COOPAFI, fundada em 11 de fevereiro de 2000, sendo uma cooperativa de comercialização solidária, portanto, sem fins lucrativos (COOPAFI, 2012).

A COOPAFI de Francisco Beltrão define-se como uma sociedade entre pessoas que desenvolvem atividades econômicas, técnicas e sociais de interesse comum entre todos. A Cooperativa é a entidade que representa os agricultores nas atividades relacionadas à prestação de serviços de natureza agropecuária (COOPAFI, 2012).

A sede da COOPAFI de Francisco Beltrão está localizada em um espaço físico cedido pela Prefeitura Municipal, na Avenida General Ozório Nº 214, Bairro Cango.

Em 1º de maio de 2008, foi inaugurado o mercado do produtor, o qual funcionou até o final de 2013, quando foi fechado por ter se tornado inviável, pois segundo os diretores, havia poucos produtos para a comercialização direta aos consumidores (COOPAFI, 2012).

No período de 2009 a 2013, a Cooperativa comercializou para o Programa Institucional de Aquisição de Alimentos (PAA), após esse período houve a suspensão das comercializações para o Programa. Atualmente a Cooperativa tem como principal atividade a venda institucional para o Programa PNAE, e atende a demanda das escolas públicas Estaduais e Municipais de Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Salgado Filho e Enéas Marques (COOPAFI, 2012).

Os objetivos sociais da COOPAFI seguem os fundamentos da economia solidária, que são: a ajuda mútua, solidariedade e a cooperação. Seguindo esses princípios, a COOPAFI, visa à integração dos trabalhadores na Agricultura Familiar, como forma filosófica de desenvolvimento, sendo assim, a COOPAFI se propõe as seguintes atividades:

Desenvolver a agricultura agroecológica, orgânica e biodinâmica; elaborar projetos técnicos para obtenção de recursos creditícios para os cooperados; receber, beneficiar e armazenar a produção em unidade própria, arrendada, alugada, em comodato ou cooperação com outras entidades; Padronizar e embalar a produção; promover a rotulação pela adoção da marca COOPAFI e outras que poderão ser adquiridas, criadas ou conveniadas; organizar a comercialização da produção agropecuária em mercado local, nacional ou internacional; adquirir e fornecer insumos agropecuários; adquirir e fornecer materiais de construção, máquinas, equipamentos e acessórios destinados a cooperados e agroindústrias; adquirir e fornecer bens de consumo e de uso doméstico, bem como, organizar e manter loja de abastecimento; prestar assistência técnica; prestar serviços de transporte, preparação do solo e manejo da produção (COOPAFI, 2012, p. 01)

Além destes, mais direcionados aos aspectos de produção e comercialização, a Cooperativa também objetiva promover a capacitação dos cooperados e

Instituir programas de melhoria genética nas lavouras, e criações, através de viveiros, mudas, sementes, alevinos, postos de monta natural, inseminação artificial, incubadora de ovos etc. Promover a troca de experiências entre os

cooperados sobre problemas de gestão técnica, administrativa, financeira e econômica (COOPAFI, 2012, p. 01).

Podem associar-se à Cooperativa, pessoas físicas que se dediquem às atividades agrícolas e pecuárias, em imóvel próprio, arrendado ou em parceria, que explore área igual ou inferior a quatro módulos fiscais e que estejam de acordo com o estatuto, sendo que não pratique atividades que possam prejudicar, colidir ou concorrer com os interesses e objetivos da entidade. Podem associar-se pessoas jurídicas e entidades locais, cujos quadros sociais são compostos de associados que se dedicam à coordenação, orientação e assistência aos associados (COOPAFI, 2012).

O número mínimo de associados é de 20 pessoas físicas, o máximo é ilimitado. Em caso de sócios jurídicos, estes possuem direito a um voto. Para formalização da associação é realizada uma ficha cadastral e uma visita técnica que atesta que a propriedade ou estabelecimento rural se encontra em condições técnicas de produzir, dentro das normas de qualidade exigidas. Para a manutenção permanente de capital a Cooperativa pode definir um limite a ser retido, no caso da COOPAFI, 18% calculado sobre o valor da produção comercializada (COOPAFI, 2012).

Os sócios respondem subsidiariamente pelos compromissos assumidos pela Cooperativa, até o valor do seu capital social subscrito, depois de judicialmente exigido da Cooperativa. Todos têm direito de votar e ser votado; tomar parte nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas são tratados; apresentar, por escrito, à Diretoria ou à Assembleia Geral, propostas ou medidas de interesse da Cooperativa; demitir-se da Cooperativa quando lhe convier; realizar com a Cooperativa todas as operações que constituem seu objeto social e econômico (COOPAFI, 2012).

Os deveres dizem respeito a zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa; cumprir as disposições da lei, do estatuto, do regimento interno e ainda, as deliberações da Assembleia Geral e da diretoria. Prestar esclarecimentos relacionados com as atividades que os facultaram associar-se quando for solicitado; pagar suas partes nas perdas eventualmente apuradas em balanço, se o fundo de reserva legal não for suficiente para cobri-las; acatar as decisões das Assembleias Gerais (COOPAFI, 2012).

A saída do associado ocorre unicamente a seu pedido; a eliminação é aplicada em virtude de infração ao estatuto, do regimento interno e normas gerais da Cooperativa. A exclusão é feita por dissolução da pessoa jurídica, por incapacidade civil não suprida, por morte da pessoa física.

Ainda segundo a COOPAFI (2012), em qualquer caso de saída, eliminação ou exclusão, o associado tem direito a restituição de seu capital social integralizado e demais créditos vinculados às suas operações com a Cooperativa. Os deveres dos associados perduram para os demitidos, eliminados e excluídos, até que sejam aprovadas, pela assembleia geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento. O balanço geral é levantado no dia 31 de dezembro de cada ano. As despesas, custos operacionais diretos e indiretos e custos administrativos serão cobertos pelas contribuições dos associados, mediante rateio na proporção direta da fruição dos serviços.

As sobras serão destinadas para a Assembleia geral, podendo ser capitalizadas, destinadas à formação de outros fundos, ou rateadas no todo ou em parte entre os associados, adotando-se obrigatoriamente o critério da proporcionalidade nas operações realizadas junto a Cooperativa. As perdas de cada exercício, apuradas em balanço, serão cobertas primeiramente com recursos provenientes dos fundos de reserva e outros criados pela assembleia e, se insuficientes, mediante rateio entre os cooperados, na proporção direta das operações realizadas por eles. Os fundos de reserva são destinados a reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, sendo formado pelos créditos não reclamados pelos associados em dois anos, auxílios e doações sem destinação específica (COOPAFI, 2012).

O capital social da Cooperativa é subdividido em quotas partes, não tem limite quanto ao máximo, é variável conforme o número de quotas partes subscritas, não podendo ser inferior a R\$1.000,00. O valor da quota parte é de R\$1,00. Ao ingressar na sociedade, o associado deverá integralizar seu capital subscrito, 50% do valor à vista e os 50% que corresponde ao saldo, em até um ano após a primeira integralização.

A devolução do capital integralizado para o associado demitido, eliminado ou excluído, somente poderá ser feita após a realização da assembleia geral que aprovou as contas do exercício em que se deu o desligamento, e será feito de forma parcelada, em prazo a ser estabelecido pela diretoria, ou resolução normativa a ser baixada.

A Assembleia geral dos associados que pode ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, com poderes, dentro dos limites da Lei e do Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes, omissos ou discordantes (COOPAFI, 2012).

Para instalação da assembleia geral, o quórum é de 2/3 do número de associados em condições de votar, em primeira convocação; metade mais um (50% + 1) dos associados, em

condição de votar, em segunda convocação e no mínimo dez associados em condição de votar, em terceira convocação.

A assembleia geral ordinária que se realiza obrigatoriedade uma vez por ano e delibera sobre a prestação de contas da diretoria, acompanhada de parecer do conselho fiscal, o qual compreende relatório de gestão, balanço geral, parecer do conselho fiscal, demonstrativo das sobras apuradas ou perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa, destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, plano de atividade da Cooperativa para o exercício seguinte, com respectivo orçamento de receita e despesas, eleição dos componentes da Diretoria do Conselho Fiscal, pró-labore e células de presença para o presidente, vice-presidente, diretor secretário, diretores vogais e conselheiros fiscais (COOPAFI, 2012).

A Assembleia extraordinária pode ser realizada sempre que se julgar necessário e pode deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Cooperativa, podendo deliberar sobre a reforma do estatuto, fusão, incorporação e desmembramento, alteração dos objetivos sociais da Cooperativa, dissolução voluntária da Sociedade e nomeação de liquidantes e contas de liquidante.

A Cooperativa é administrada por uma diretoria composta por sete membros, todos associados, eleitos pela assembleia geral, para exercerem um mandato de três anos, e cargos de um presidente e um vice-presidente, um diretor secretário e quatro diretores vogais. A atual vice-presidente da COOPAFI, Edilene Dohbner, é uma das 21 mulheres que compunha a fase inicial da Cooperativa.

A diretoria reúne-se ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do presidente, ou ainda, pelo Conselho Fiscal. Delibera validamente as decisões tomadas por maioria simples de coto dos presentes, sendo o presidente o voto de desempate. As deliberações são consignadas em atas lavradas no livro próprio, lidas aprovadas e assinadas no final dos trabalhos, pelos membros presentes (COOPAFI, 2012).

A diretoria executiva é formada pelo presidente, vice-presidente e secretário, sendo executora das decisões tomadas por ela, cumprindo com as seguintes atribuições: Supervisionar as atividades da Cooperativa, através de verificações e contatos assíduos com os funcionários executivos contratados ou com diretores vogais convocados para atribuições específicas; acompanhar a situação econômica e financeira da Cooperativa, através de controles operacionais, financeiros e contábeis; responsabilizar-se pelo acompanhamento, das

questões administrativas, técnicas, comerciais, financeiras de qualidade da produção, supervisionando o trabalho dos funcionários que atuam nas áreas. São responsáveis pelo planejamento, organização das atividades; apresentar sugestões que visem à otimização dos resultados; distribuir coordenar e controlar o trabalho a cargo dos responsáveis pelas diferentes áreas da Cooperativa. A atual direção encerra o seu mandato em 2016 (COOPAFI, 2012).

A COOPAFI faz parte de uma rede de instituições formada principalmente por agricultores familiares, que buscam maior capacidade de produção, comercialização, acesso ao crédito, assistência técnica e trabalho, sendo que a COOPAFI unidade de Francisco Beltrão faz parte de um sistema maior, o SISCOOPAFI, um sistema integrado de Cooperativas que atuam no Sudoeste e Centro – Sul do Paraná, constituindo esse sistema um total de 25 COOPAFIs. Cada unidade tem autonomia no que se refere à gestão. A COOPAFI de Francisco Beltrão, segundo Três (2015) não tem nenhuma interferência das outras COOPAFIs, apenas algumas reuniões em conjunto.

### **1.7 Cooperativismo: a atuação das cooperativas solidárias**

As origens do cooperativismo datam o século XIX, embora algumas civilizações da antiguidade já precedessem com experiências que visavam o trabalho coletivo para a sobrevivência dos grupos.

Em uma análise mais moderna, vamos considerar os primórdios da revolução industrial, os problemas sociais como o empobrecimento da população, as extensas jornadas de trabalho, o trabalho infantil, os locais de trabalho insalubres, eram fatores que resultavam na precariedade de vida dos trabalhadores, muitos dos quais adoeciam. Além disso, tanto a primeira como a segunda revolução industrial, aprofundaram a divisão social do trabalho (HUGON,1980).

Em busca de constituir uma sociedade mais justa e igualitária, pautada na valorização do trabalho em vez do capital, proporcionando melhores condições de vida para a população e menor exploração do trabalho, surgiram as primeiras ideias cooperativistas. Esse movimento foi denominado “socialismo utópico”, por ter elaborado um projeto transformador da sociedade burguesa, sem o reconhecimento da necessidade de fazer essa transição, através da luta de classes. Representam esse movimento Robert Owen, François Fourier, Philippe Buchez, Louis Blanc, P.J. Proudhon, dentre outros (HUGON, 1980).

Com base no cooperativismo utópico, surgem diversas formas de cooperativismo, todas constituídas a partir do princípio da ajuda mútua, mas alguns com uma inserção mercadológica e maior ênfase nas questões estritamente da produção e da economia e outras experiências tidas como solidárias.

São os princípios citados como características dos utópicos que encontramos na COOPAFI, que é uma Cooperativa de pequeno porte, em que foram identificadas algumas dificuldades em relação a sua atuação. Distante das ideologias cooperativistas que marcaram o início do século XIX, principalmente pautadas em orientações socialistas defendidas pelos autores mencionados, distante também das questões religiosas que marcaram o início do cooperativismo no Brasil, o que é percebido é uma orientação não fundamentada ideologicamente, que visa à inserção da produção nos mercados de comercialização a partir da cooperação entre pessoas que possuem esse mesmo objetivo.

Para tratar o cooperativismo sob a perspectiva solidária, torna-se necessário conceituá-la, bem como pontuar como seria a sua atuação no formato de cooperativas que para Paul Singer (2002), a principal forma de representação. A opção por entender a economia solidária a partir da concepção do referido autor, é justificada por sua atuação junto aos movimentos sociais, principalmente os sindicais, com destaque ainda para a participação em Partidos como o PCB e na fundação de partidos como o PT, cuja importância foi retratada no item 1.1 deste capítulo. Paul Singer, atualmente é o secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, que surgiu a partir de uma demanda social dos movimentos sociais.

Neste sentido, a economia solidária fundamenta-se na propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual (SINGER, 2002). A perspectiva solidária ganhou mais espaço político sob a governança do PT, a partir de 2003. Segundo Silva, Grossi, França (2010), essa perspectiva visa, sobretudo, o distanciamento das concepções conservadoras e alternativas econômicas que possibilitem a ascensão das populações mais pobres. A proposta da economia solidária é por vezes criticada, considerada utópica.

Mesmo estando sujeita, decididamente, às mesmas condições da economia de mercado, a precariedade e instabilidade de seus empreendimentos, do número reduzido e disperso dessas iniciativas, da luta num terreno extremamente desfavorável e, sobre tudo, dependente da apelação a “filantropia dos corações e bolsas burgueses”, a economia solidária se apresenta como portadora do “novo”, de elementos éticos e solidários que os tornam nos interstícios do capitalismo, uma força capaz de forjar um “novo modo de produção” (SILVA, 2015 p.43).

Nesta pesquisa, porém, consideramos que as experiências solidárias podem ser aproveitadas em vez de serem desprezadas, desde que, seja possível realizar algumas adequações ao sistema vigente, uma vez que a solidariedade não é uma proposta de superação ao capitalismo, ao menos não nesse momento, mas uma alternativa para a sobrevivência das classes menos favorecidas, até que, de acordo com os princípios de Owen, Marx e Engels, exista outro sistema superior ao capitalismo, o socialismo.

O próprio autor (Singer), embora cite exemplos de sucesso da economia solidária em vários países do mundo, como é o caso de Mondragón<sup>2</sup>, admite que atualmente o cooperativismo seja realizado em sua essência em alguns casos isolados. Para Singer (2002) existem três problemas principais que impedem o desenvolvimento pleno da economia solidária: o acesso aos bancos, à comercialização e ao conhecimento.

Para Singer (2002), uma das bases em que se fundamenta a economia solidária é a cooperação em vez da competição. Em uma sociedade capitalista, em que prevalece a livre concorrência e a individualidade, percebe-se que a economia solidária não é interessante à maioria das pessoas, mas é vista como uma alternativa à pobreza extrema e ao desemprego. Mas, não como uma alternativa ao modo de produção predominante.

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária, em vez de competitiva, ou seja, os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir (SINGER 2002, p.09).

Segundo Singer (2002) na economia solidária as funções são divididas em razão do trabalho, porque a essência é o indivíduo e não o capital, sendo assim, não se tem uma hierarquia nas relações de trabalho.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais (SINGER 2002, p. 09).

As decisões na Cooperativa solidária são tomadas em conjunto, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, portanto, o mesmo direito de voto. A direção da Cooperativa é eleita pelos sócios, com a finalidade de representá-los. Se a Cooperativa progredir, acumular

---

<sup>2</sup>Mondragón é uma pequena cidade do Norte da Espanha, que obteve sucesso no cooperativismo solidário, a partir das iniciativas do Padre Arizmendi em 1956. Trata-se do maior complexo cooperativo do mundo, combinando cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas de investigação tecnológica (SINGER, 2002, p. 98).

capital, todos ganham por igual, se ela for mal, todos participam por igual dos prejuízos e nos esforços para saldar débitos assumidos (SINGER, 2002).

Na Cooperativa pesquisada, não foi identificada a autogestão. O que parece ocorrer é a gestão pela atual diretoria, que foi escolhida por voto dos cooperados. Não porque a diretoria não permite a participação dos demais cooperados, mas sim porque, pela falta de um processo formativo, cada família se ocupa da parte produtiva e a gestão fica fundamentalmente a cargo dos representantes.

É importante que exista um processo de formação contínuo, para que os ideais de cooperação se fortaleçam, já que estes são contrários ao sistema predominante. Este aspecto tem sido um dos problemas da COOPAFI, pois como há somente um mercado de comercialização, o PNAE, e este tem uma demanda regular, ou seja, não há o aumento da demanda por produtos, mas, por vezes há o aumento de produtores, essa inserção de novos cooperados, do ponto de vista capitalista, não é interessante, já que o lucro será dividido por um número maior de produtores, e esse é um sentimento constante na Cooperativa, o desejo de que o número de cooperados não seja aumentado para não haver a divisão dos lucros, ou ainda, aquele que comercializa hortaliças não vê problemas na inserção de cooperados que trabalhem com panificados e vice versa.

Essa é uma dificuldade relacionada aos três pontos mencionados no princípio da discussão, quando Singer (2002) aponta como principais desafios a serem superados: o acesso ao crédito, à comercialização e ao conhecimento. A primeira relação faz menção ao acesso ao crédito, nesse caso, o problema dos cooperados da COOPAFI é a falta de investimentos para aumentar a capacidade produtiva (embora exista acesso ao crédito por parte dos cooperados, alguns não se sentem motivados a fazer uso do recurso). Em parte, isso se justifica pela falta de abertura de novos mercados, além do institucional, pela Cooperativa, uma vez que, uma produção maior pressupõe mercados para comercializar tal produção. Já a falta de formação cooperativista interfere na relação entre os cooperados. A acomodação gerada pelo mercado institucional é um fato que tem prejudicado uma possível ascensão da Cooperativa e dos cooperados.

Para Singer, mesmo em se tratando de uma economia solidária, em que não há competição, exploração do trabalho ou hierarquia nas funções desenvolvidas no trabalho, existem diferentes resultados em relação ao crescimento, capacidade produtiva, comercialização entre cooperativas ou empresas de economia solidária. Mesmo que todas agissem da mesma forma, por vezes teriam resultados diferentes (SINGER, 2002). Isso ocorre

mesmo dentro do SISCOOPAFI, os resultados, a competitividade o número de sócios são diferentes em cada unidade. Um exemplo é a utilização de uniforme em algumas unidades e não em outras, maior semelhança a empresas tradicionais no que diz respeito à gestão, a comercialização de produtos diferentes para públicos diferentes, maior ou menor inserção junto a comercialização institucional, apenas exemplificando, pois nosso foco não é comparar as unidades da COOPAFI. Segundo Singer (2002), na economia solidária a propriedade do capital é coletiva, sendo que o direito a liberdade individual é respeitado, formando uma única classe de trabalhadores

O resultado é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. Mesmo que toda a atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários sempre haveria necessidade de um poder público capaz de redistribuir receitas acima do considerado socialmente necessário para os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (SINGER, 2002 p. 10).

Essa visão de Singer (2002), embora seja fascinante por idealizar uma sociedade com princípios diferentes àqueles intrínsecos ao capitalismo, é cada vez mais distante da realidade das cooperativas intituladas solidárias. A administração em cooperativas de economia solidária é feita através da autogestão. Isso significa que a gestão é tarefa de todos. Diferente das cooperativas capitalistas em que, um encarregado de produção, por exemplo, tem uma remuneração maior para estimular sua equipe a cumprir metas. Nas cooperativas solidárias, todos recebem a mesma remuneração, precisam se organizar para juntos atingirem metas de produção, prazos de entrega, melhorar a qualidade dos produtos, etc (SINGER. 2002). O fato é que, deste modo a cooperativa perde em estratégia e em organização, tornando-se menos competitiva no mercado que é capitalista. O objetivo final das cooperativas solidárias seria diferente do objetivo final das cooperativas capitalistas? Embora, teoricamente as cooperativas solidárias não almejem lucro, sem ele tão pouco, sobrevivem.

A participação dos cooperados da COOPAFI nos processos decisórios e gestores é relativa, segundo o secretário da Cooperativa, eles poderiam ser separados em três grupos: Aqueles que estão sempre dispostos a ajudar, se precisar trabalhar de graça, trabalham, pagam a taxa administrativa (18%) sem problemas e participam das reuniões e decisões. Um segundo grupo seria daqueles que comercializam e deixam a taxa administrativa: *“Para eles vendendo o deles é a conta”*. E aqueles que entregam o produto para a comercialização reclamam da porcentagem administrativa e são pouco participativos (CALEGARI, 2015).

Uma das propostas da Cooperativa para o ano de 2015 era o acompanhamento técnico, o qual seria praticamente custeado pela COOPAFI em parceria com a Prefeitura Municipal. O

custo para cada família seria de R\$ 20,00 mensais. Segundo a direção, os cooperados não aceitaram a proposta da assistência técnica pelo custo que teriam.

As cooperativas agrícolas, como é o caso da COOPAFI, geralmente são instituídas visando maior poder de aquisição de insumos agrícolas, além do objetivo da comercialização de produtos de forma coletiva. “Essas são associações de pequenos e médios produtores que procuram ganhos de escala, mediante a unificação de suas compras e ou de suas vendas” (SINGER, 2002). Se não se organizam dessa forma, os agricultores familiares são “esmagados” pelos dois oligopólios da cadeia produtiva: as empresas de insumos e as indústrias de processamento dos produtos.

As cooperativas agrícolas impediram o domínio completo do setor pelo grande capital. Se hoje ainda predomina na maioria dos países a agricultura familiar praticada em pequenas e médias propriedades, sobretudo pelos próprios proprietários e seus familiares, isso se deve aos efeitos do cooperativismo, que dão a agricultura familiar competitividade e possibilidade de resistir e se reproduzir (SINGER, 2002, p. 87).

Um ponto importante para essa discussão é a aquisição de capital fixo pelas cooperativas, pois do ponto de vista mercadológico é inviável que cada estabelecimento rural possua uma agroindústria, pois assim, há a descaracterização da economia solidária, a partir do momento em que os cooperados (cada um em uma agroindústria) concorrem entre si. Exemplificando: Se em vez de cinco agroindústrias de panificação, em cinco estabelecimentos diferentes, a Cooperativa tivesse uma única e maior agroindústria de panificação, logo, essa agroindústria seria de propriedade de todos os seus membros e teria capacidade de produção e padronização para concorrer com uma grande panificadora, de modo, a absorver a produção de matéria prima dos cooperados, tornando-se mais competitiva.

No caso dos produtos agrícolas, a comercialização através da Cooperativa, é um atrativo, porque a partir da coletividade aliam-se dois aspectos fundamentais para atender aos mercados de comercialização que são a escala e regularidade de produção.

Geralmente, os compradores de produtos agrícolas são grandes firmas atacadistas ou indústrias processadoras, que frequentemente adiantam dinheiro ao produtor, em troca do compromisso de venda de sua colheita. Essas são transações altamente assimétricas, em que numerosos pequenos produtores se defrontam com grandes adquirentes. Estes últimos alcançam grandes margens de lucros de intermediação, porque sua superioridade econômica lhes permite pagar o mínimo aos produtores e cobrar o máximo dos varejistas, que tendem a ser pequenos e numerosos também (SINGER 2002, p. 84).

Em Francisco Beltrão, as agroindústrias de panificação, por orientação da nutricionista responsável, utilizam nas receitas de bolachas e cucas, o leite pasteurizado, ovos

certificados e margarina. Nesse caso, a COOPAFI não possui nenhum desses produtos processados, ela os teria *in natura*/ leite cru/caseiro, ovos caseiros e banha. Deste modo, os cooperados da COOPAFI compram os produtos exigidos pela nutricionista no mercado convencional, o que diminui consideravelmente a sua margem de lucro e ainda descaracteriza um tanto o produto “caseiro” ou “advindo da agricultura familiar”, pois nenhum produto utilizado na produção é da agricultura familiar e sim industrializado.

No entanto, não é de nosso intuito apontar como certo ou como errado a utilização dos produtos, afinal uma profissional responsabiliza-se pela alimentação de mais de 8 mil alunos, sendo necessário que todo o processo de produção esteja dentro das normas sanitárias vigentes.

De acordo com o princípio da concepção, segundo Singer (2002), a Cooperativa poderia instituir uma indústria de processamento do leite, dos ovos, isso certamente, aumentaria consideravelmente a receita da Cooperativa, ou ainda que negociasse esse beneficiamento, entregando o produto *in natura* nas indústrias, pagando apenas pelo beneficiamento do produto, o que aumentaria a capacidade competitiva e a lucratividade da Cooperativa e de seus cooperados.

Outro problema, constatado por Singer (2002) e que foi identificado nos trabalhos de campo, é que as cooperativas são solidárias somente no relacionamento dos sócios entre si, ou seja, os membros das cooperativas praticam a democracia no governo das mesmas, mas organizam suas atividades de modo capitalista. Sendo estas, chamadas pelo autor de híbridas, por serem metade solidárias, metade capitalistas, pois até mesmo o trabalho dentro da cooperativa é assalariado. A COOPAFI pode ser considerada híbrida, pois tem duas pessoas que desenvolvem o trabalho.

Em relação à COOPAFI, a sua atuação se restringe a comercialização institucional, nessa esfera ela procura atuar de modo democrático, valorizando os produtos dos associados e os comercializando de forma igualitária (ou quase, uma vez que, às vezes a demanda é pequena para dividir entre todos) no PNAE. Porém, como a sua atuação limita-se ao institucional, as relações tornam-se mais capitalistas do que solidárias, fora desse mercado, os seus cooperados são concorrentes um do outro e da Cooperativa. No entanto, se todos produzissem e comercializassem a produção através da Cooperativa, esta teria mais competitividade no mercado, pois haveria maior disponibilidade e regularidade de produtos, alcançando resultados mais satisfatórios. Mas, do contrário, como cada um comercializa em um ou mais estabelecimentos de forma individual, terminam por concorrer com a própria

Cooperativa, ainda por vezes, são atravessadores, um do outro, conforme constatamos em campo.

Alguns agricultores, principalmente os mais jovens, possuem uma relação mais próxima com os mercados de comercialização, deste modo, quando existe a procura de um determinado produto que eles não produzem, compram de vizinhos e revendem.

Na COOPAFI, chama a atenção o fato de que alguns cooperados, não se identificam como sócios da Cooperativa, e por esse motivo deixam de comercializar através dela porque um ou outro mercado oferece um valor de comercialização maior. Exemplificando: A Cooperativa tem um contrato de 100 kg de alface, comercializado a R\$ 1,00. Um dos cooperados que estava comprometido a comercializar 20 kg, recebe uma oferta a R\$ 1,50 do mercado X. Como o valor da comercialização é mais vantajoso, ele decide vender para o mercado X, ou seja, retira do seu próprio “mercado”, que seria a cooperativa, e vende para aquele que seria seu concorrente.

A cooperativa por sua vez, não tem os 100 kg de alface para cumprir com o fornecimento estabelecido em contrato, e esse é um dos elementos pelo qual, por vezes, as cooperativas caem em descrédito, são multadas, etc. Nesse aspecto, a cooperativa solidária é prejudicada justamente por ser solidária, ela não pode instituir um contrato que garanta que a produção combinada será entregue. Sendo que estas situações foram relatadas pelos diretores da Cooperativa.

Por vezes, o caráter solidário da economia, é confundido por aqueles que ela visa beneficiar. Quando os cooperados se negam a contribuir com um valor simbólico para melhorar a sua produção, esperando que a assistência venha sem custos, há uma espécie de acomodação. Em qualquer setor econômico existe a demanda por algum investimento, na falta dele, esse mercado promissor, o institucional, pode ser arrebatado por aqueles que não se importam em investir milhões para comercializar, assim, deixar de investir, pode significar deixar de comercializar, sob a justificativa de que a produção não está adaptada às normas vigentes (especificadas nas chamadas públicas, anexo 3).

Em relação à COOPAFI, essa atuação competitiva não parece ser um sentimento comum entre a direção e os cooperados. Por um lado, a direção está satisfeita com as comercializações institucionais e, segundo ela, não é possível absorver uma produção maior. Por outro lado, os cooperados embora também demonstrem satisfação com o PNAE, gostariam de comercializar mais produtos. Sendo esta uma contradição que encontramos. Nas palavras de Singer:

Daí segue o principal argumento contra o consumo solidário: ao proteger pequenas unidades solidárias de produção, o consumo solidário lhes poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando (SINGER, 2002, p.119).

Na tentativa de retratar as situações adversas, as quais constatamos no trabalho de campo, descrevemos o seguinte: no chamamento público são informadas as principais características dos produtos, as quantidades que serão adquiridas e os valores que serão pagos. Porém, se um determinado produto não é muito consumido nas escolas, a quantidade que foi estabelecida no chamamento público pode ser reduzida. Assim, se foi solicitado 100 kg de fruta, mas constatou-se que o consumo médio pelas escolas será de 70 kg, é suspensa a aquisição do restante, e quem arca com o prejuízo é a Cooperativa e os cooperados, que programaram a produção, contando com a venda, ou ainda, deixaram de comercializar em outros mercados para atender a demanda do PNAE. Sendo a comercialização prejudicada pelo próprio poder público municipal. Por outro lado, a aquisição de produtos que não são consumidos integralmente, caracteriza desperdício de recurso público.

Ainda, segundo Singer (2002), as cooperativas atuam em interstícios da economia, em que existe uma grande centralização do capital, contudo, elas evitaram a eliminação da agricultura familiar, da pequena produção, sem se constituir em uma forma alternativa ao capitalismo, mas como uma organização que a partir da união pode adquirir uma situação de mercado mais favorável.

Segundo a direção, em entrevista realizada na COOPAFI, eles procuram inserir os produtos em outros mercados, fortalecer a feira local, promover debates com a Prefeitura e demais entidades para estabelecer acordos que possam beneficiar a Cooperativa e agricultura familiar. Mas existem muitas dificuldades, como a produção em grande escala, regularidade da entrega, qualidade dos produtos, que levam a uma condição de pouca competitividade e assim, limita-se a comercialização institucional.

Segundo Singer (2002), a forma mais provável de crescimento da economia solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países. Já em relação à COOPAFI, percebemos uma necessidade em rever certos aspectos ligados a gestão e atuação da mesma, uma vez que seu principal mercado de comercialização, o institucional, pode estar ameaçado. Esse aspecto, porém, será retomado posteriormente. No capítulo II, destacamos o PNAE, Programa que absorve grande parte da produção dos cooperados da COOPAFI.

## CAPÍTULO II

### AS INTERFACES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Neste capítulo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o objeto principal de nossa discussão sobre as políticas públicas, portanto, evidenciamos sua função enquanto um programa de viabilidade econômica para a agricultura familiar, mas também a sua proposta social, vinculada a superação da desnutrição alimentar dos educandos através da qualidade dos alimentos e orientação alimentar.

Resumidamente, podemos subdividir o PNAE considerando suas fases mais relevantes. Em sua fase inicial (1867) possuía um caráter emergencial, pois a alimentação era preparada e distribuída pela comunidade escolar (pais, professores, funcionários) a qual dispunha de recursos provenientes de doações também da comunidade. Na segunda fase, a partir de 1940, ele passou a ser financiado por outros países, que tinham a intenção de abrir mercado para os seus produtos. A terceira fase do PNAE (1976) tem como principal característica o financiamento da alimentação escolar pelo Estado brasileiro, um marco importante para o seu desenvolvimento. A quarta fase (1994) pressupõe novas diretrizes para o Programa, a sua descentralização, pela qual Estados e Municípios passam a ser os responsáveis pela execução do PNAE. Mais recentemente (2009), em sua quinta fase, houve a definição de uma nova resolução, a qual institui que no mínimo 30% dos alimentos para a alimentação escolar sejam provenientes da agricultura familiar, vinculando ao Programa um caráter estruturante e não apenas emergencial.

O Estado é o fomentador dessas políticas públicas, portanto faz-se essencial entender a concepção de Estado que norteia a pesquisa.

#### 2.1 - O Estado

O Estado é uma instituição fundamental na estruturação de políticas macroeconômicas, que refletem diretamente na sociedade e obviamente nos mais diversos setores econômicos. O lugar do Estado em relação a economia nada mais é que a modalidade de uma presença constitutiva no seio das relações de produção e de sua reprodução (POULANTZAS 1980).

Segundo Poulantzas (1980), as ligações do Estado com as relações de produção constituem a primeira relação com as classes sociais e as lutas de classes, uma vez que,

inevitavelmente, o Estado se coloca mais favorável à algumas classes (notadamente as dominantes) em relação as outras.

Nesse processo há a separação entre o intelectual, o político e a força de trabalho, logo, os capitalistas, proprietários dos meios de produção, terão acesso e poderão intervir nas ações do Estado em prol de seus interesses (esses muitas vezes em comum), enquanto que a classe trabalhadora (a força de trabalho) será a “massa de manobra” tendo o seu “lugar” definido pela classe dominante e pelo Estado (POULANTZAS, 1980).

Ainda, segundo o mesmo autor, no modo de produção capitalista, o Estado atua como um regulador, mas também impõe ideologias a partir de alguns “aparelhos” como: as escolas, Igrejas, emissoras de rádios e televisão entre outros. A ideologia também é transmitida pelos meios repressores como a polícia, o exército etc. Neste sentido, conforme afirma Poulantzas, as ideologias são propositivas (1980 p. 33)

Só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante. Desse modo a ideologia dominante invade os aparelhos do Estado, os quais igualmente tem por função elaborar, apregoar e reproduzir essa ideologia, fato que é importante na reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classes.

O discurso que é transmitido pelo Estado, muitas vezes oculta as suas reais intenções, principalmente em relação às classes mais dominadas e exploradas. Como é o caso dos agricultores familiares. A estes, restam às ações compensatórias, a formulação de leis parcialmente postas em prática sem muita efetividade como, por exemplo, a Lei 4.504 de 1964<sup>3</sup>.

O Estado desempenha uma função crucial para as classes dominantes:

É ele quem representa, organiza, as classes dominantes, em suma é ele quem organiza o interesse político, a longo prazo, do bloco no poder, composto de várias frações de classes burguesas da qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista (POULANTZAS, 1974, p. 42).

O Estado se organiza a partir de diferentes formas de governo, sendo que as sociedades democráticas são notadamente marcadas por grandes contradições, sociais, ideológicas, que resultam em conflitos, resistências.

---

<sup>3</sup>Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, institui o uso social da terra (BRASIL, 1964).

A democracia é um sistema político que não apenas permite, mas pressupõe a existência do conflito social, pois existem interesses diferentes e classes sociais diferentes. Como sujeitos políticos coletivos, os movimentos sociais lutam contra a exclusão política e por direitos que são constantemente negados, explicitando conflitos presentes na sociedade (SAUER 2010, p. 76).

O Estado é um aliado das classes dominantes em prol de interesses comuns, representando o poder que estabelece certas ideologias, as quais disseminam socialmente e estabelecem o “lugar” de cada qual na sociedade. Os conflitos existentes entre a ideologia propagada e a não aceitação por parte de alguns segmentos da sociedade, originam as mobilizações sociais. Para manter a ordem e fugir do “caos” social o Estado formula ações que diminuem as tensões entre as classes, são as políticas públicas, programas sociais, Leis. No entanto, tais políticas podem surgir fomentadas por esse processo organizativo da sociedade em relação as resistências, seja pela ausência/negligência do Estado ou por resistência e organização dos grupos dominados, mas no geral a formulação de Leis se dá a partir do conflito.

Como vimos, a década de 1990 caracterizou-se pela falta de regulação do Estado, principalmente em relação às políticas públicas com direcionamento voltado a minimização das desigualdades sociais, esses direcionamentos são intensificados nos anos 2000, constituindo-se como uma resposta do Estado às mobilizações da sociedade, sendo uma forma de minimizar os conflitos entre as classes sociais e dentro das próprias classes.

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002 p. 02).

As orientações das políticas públicas representam oportunidades, as quais um determinado grupo da sociedade terá acesso, no caso dos agricultores, como apresentamos no capítulo I, foram historicamente negados e excluídos dos planejamentos de parte das políticas que envolviam diretamente as condições para produção e ou permanência na terra.

Dentre as políticas públicas e programas desenvolvidos para a agricultura familiar, centramos as análises da pesquisa no PNAE, isso porque as políticas na perspectiva do

Programa Fome Zero são definidas sobre duas facetas: as estruturantes e as emergenciais. As estruturantes referem-se ao acesso a escolarização e o aumento da população com ensino superior, reforma agrária, acesso ao crédito, aumento do emprego e renda, profissionalização. As emergenciais referem-se à distribuição de alimentos à população em situação de vulnerabilidade alimentar, através de bancos de alimentos, alimentação escolar, cozinhas comunitárias e restaurantes populares (SILVA, GROSSI, FRANÇA, 2010).

Neste aspecto o PNAE é um programa de intervenção em ambas as faces, porque ao mesmo tempo em que contribui na comercialização dos produtos da agricultura familiar, favorecendo o aumento do emprego/trabalho e renda dos agricultores, também contribui no processo de escolarização e alimentação, principalmente daqueles em situação vulnerável. Assim, o PNAE é tanto uma política pública estrutural como emergencial. O programa também propõe que os educandos tenham orientação alimentar, proporcionando a criação de hábitos mais saudáveis de alimentação (FNDE, 2015).

Segundo Arruda, Almeida (2005), o PNAE é o programa social mais antigo do Brasil, um dos maiores do mundo, ao completar 60 anos de sua oficialização em 2015, passou por várias reformulações, como apresentamos a seguir em um resgate histórico do PNAE no Brasil e sua evolução nos últimos anos.

## **2.2. Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**

Os primeiros registros sobre a alimentação escolar no Brasil datam o final do século XIX, quando em 1867 foram instituídas as Caixas Escolares, as quais eram mantidas e operacionalizadas por uma espécie de “Associação de pais e mestres”. Para alimentar os alunos que chegavam à escola, muitas vezes sem ter realizado nenhuma refeição, eram preparadas sopas, nas residências das famílias e transportadas até a escola (TURPIN, 2008).

Em 1939, o médico nutrólogo Dante Costa publicou 25 tipos de merenda adequados às diversas regiões do país, nas quais pela primeira vez se indicava o emprego de alimentos regionais, em uma base técnica. Na época, propôs a composição de merendas com açaí, ovo de tartaruga, caju e rapaduras, beijos de farinha e também algumas refeições específicas para cidades litorâneas (TURPIN, 2008, p.7)

Quadro 2 – Implantação e evolução do PNAE no Brasil 1940 - 2015.

Período	Medidas Implantadas
1940	Primeiras tentativas do Instituto de Nutrição do Brasil para que a alimentação escolar fosse uma responsabilidade do Estado.
1950	Formulado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, o qual pela primeira vez trata o problema da deficiência alimentar no Brasil sob a incumbência do Estado.
1955	O decreto nº 37.106 institui a Campanha de Merenda Escolar, financiada por instituições internacionais. Criação do FISII - Fundo Internacional de Socorro à Infância, atualmente (UNICEF).
1956	O Programa passa a ser denominado “Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME)”. O objetivo era atender a demanda Nacional.
1965	O decreto nº 56.886 modifica o nome do Programa, passa a ser: “Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE)”
1970	Criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)
1979	Modifica-se novamente o nome do Programa, para “Programa Nacional de Alimentação Escolar”, o qual permanece atualmente.
1983	Criação da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), responsável pela formulação, financiamento e gerenciamento da alimentação escolar. A FAE centralizava a aquisição dos alimentos que eram adquiridos através de licitações públicas e distribuídos para todas as regiões do Brasil.
1986/1988	Tem início o projeto “piloto” de descentralização do PNAE nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro.
1988	O PNAE passa a ser desenvolvido em esferas, Federais, Estaduais e Municipais. A alimentação escolar torna-se direito de todos os alunos matriculados no ensino fundamental.
1993	Criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).
1994	É concluído e oficializado o processo de descentralização do PNAE, todos os Estados e Municípios e o Distrito Federal passaram a ser as Entidades Executoras do PNAE.
1998	Criação do Fundo Nacional de Educação (FNDE) e extinção do FAE.
2001	Medida Provisória Nº 2.178-36 de 2001, estabelece que 70% dos recursos transferidos da União para os municípios e estados sejam destinados à compra de produtos básicos.
2003	O FNDE define uma lista com 72 produtos básicos. São criados os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em cada município.
2006	Criação dos CECANES e obrigatoriedade da contratação de nutricionistas para elaboração de cardápios nas Prefeituras de todo país.
2009	Lei nº 11.947, assentou novas definições para o PNAE, atendendo a todas as modalidades de ensino. Instituiu também que no mínimo 30% das aquisições de produtos para a alimentação escolar seja da agricultura familiar.

Fonte: Fundo Nacional de Educação (FNDE), 2014. Elaborado pela Autora, 2015.

O Quadro 2 apresenta uma síntese dos aspectos mais relevantes do PNAE, porém devido a importância dessas informações, detalhamos a seguir o processo de evolução do PNAE no Brasil.

Em 1940 o Instituto de Nutrição do Brasil exigia que a alimentação escolar fosse uma responsabilidade do Estado. Porém por falta de recursos, os projetos de alimentação escolar não se concretizavam efetivamente (ÁVILA, CALDAS, ÁVILA, 2013) Contudo, segundo Arruda, Almeida (2005) havia a distribuição de leite em pó para crianças e mães na região Nordeste do Brasil. Esse leite era doado por instituições internacionais.

Como podemos observar, no início de 1950 foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, pela primeira vez a deficiência alimentar dos brasileiros foi tratada como um problema de Estado, sendo responsabilidade dele a execução desse programa. De modo geral não houve a concretização desse programa (FNDE, 2014).

O atendimento ao educando foi concretizado, oficialmente, em caráter experimental, em agosto de 1954, durante o 2º governo de Getúlio Vargas, sob o título de Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), apenas em algumas regiões mais “carentes”, principalmente no Nordeste (ARRUDA, ALMEIDA, 2005).

Em março de 1955 através do decreto Nº 37.106/1955, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME).

O fornecimento de leite em pó era feito pelo Governo Norte-Americano, por meio de um convênio firmado entre o MEC e o FISI, visando doação dos excedentes da produção norte-americana para nações “carentes” (...) os objetivos dessas doações eram claros: reforçar a sua influência política, escoar o excedente e principalmente expandir seus próprios mercados comerciais (ARRUDA, ALMEIDA, 2005, p. 97).

Entre 1954 e 1960 o PNAE continuou sendo mantido através do convênio entre MEC e FISI. No entanto, esse convênio não atendia a demanda nacional e para essa finalidade outro acordo foi realizado, dessa vez com o Commodity Credit Corporation (CCC) o qual,

Era uma autarquia do Ministério da Agricultura Americano, o convênio tinha o objetivo de ampliar a distribuição do leite em pó e de outros produtos formulados para merenda escolar. A CCC não fazia doações, mas, prometia vender o leite a um preço tão barato que pareceria quase doado (ARRUDA, ALMEIDA p. 97, 2005).

É possível analisar que, o Estado brasileiro, mesmo em condições de comprar os alimentos *in natura*, favorecendo a agricultura brasileira, opta por adquirir os produtos (como leite) transformados, notadamente favorecendo a indústria norte-americana.

Em 1956, o nome do programa é novamente alterado e passou a ser denominado: Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional (FNDE, 2014).

As informações<sup>4</sup>, contidas em fontes do Estado, trazem de forma bastante resumida, quase que despercebida a função e a participação do financiamento internacional na merenda escolar. No entanto, é importante destacar esse financiamento, não enquanto um gesto “caridoso” como se faz parecer no discurso do Estado, mas enquanto um provento das agências internacionais ao comercializar e introduzir seus produtos aos hábitos alimentares brasileiros (e de outros países periféricos que também utilizaram esse financiamento), principalmente através do consumo pelas crianças.

Em agosto de 1961 houve uma reunião em Punta del Leste com alguns representantes de países americanos onde estabeleceu-se, nessa ocasião, que o programa de emergência “Alimentos para a Paz” ajudaria a estabelecer reservas de alimentos em áreas de secas recorrentes, ajudaria a fornecer alimentação escolar às crianças e ofereceria grãos forrageiros para utilização no desenvolvimento rural. Esse programa foi implementado, em 1960, pela Agency for International Development (AID) que compõe o Banco Mundial, também conhecida no Brasil como USAID. Essa agência trabalharia em conjunto com o Departamento da Agricultura Norte-Americano, onde estava inserida a CCC. A USAID passou, então, a ser “a principal responsável pelo fornecimento de gêneros para a política de alimentação escolar no Brasil” (ARRUDA, ALMEIDA p. 98, 2005)

A USAID atuava como um banco de importação, exportação e distribuição de excedentes agrícolas para o Programa “Alimentos para a Paz” do Departamento de Agricultura. Como mencionamos o principal objetivo era “a criação de novos mercados para a comercialização de seus produtos” o qual foi atingido nos anos em que permaneceram esses acordos (ARRUDA, ALMEIDA, 2005).

Ainda em 1961 o governo norte-americano instituiu que o fornecimento de alimentos seria realizado através de transações financeiras, pagas em dólares, justificando:

Como parte do plano para aumentar a produção, porque, na “grande cruzada contra a fome” preconizada a todos os países do mundo pelo presidente americano, “já que toda nação compartilhará essa vitória, todo país deveria partilhar conosco o seu custo”. Seriam abertas novas linhas de crédito aos países que quisessem adquirir máquinas, fertilizantes e outros insumos, pois

---

<sup>4</sup> As informações contidas em alguns sites como: [www.fnde.com.br](http://www.fnde.com.br) ou na cartilha PAA -10 anos disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/livroPAA10Anos.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/livroPAA10Anos.pdf).

daqui para frente a ajuda norte-americana seria somente “às nações que estivessem dispostas a ajudarem-se a si mesmas” (ARRUDA, ALMEIDA, 2005, p. 99).

A situação exposta representa a perspectiva dos países capitalistas desenvolvidos, na expectativa de um Estado que atendesse aos interesses da classe dominante, representada pelo Estado norte-americano e apoiado por países pobres como o Brasil na época, de induzir a um modelo de desenvolvimento. Tratava-se de uma organização que visava à expansão de uma agricultura moderna, do ponto de vista tecnológico, que atendia aos interesses praticamente exclusivos do capital internacional, sem considerar as singularidades nacionais.

Neste contexto, por meio da alimentação escolar criou-se um mercado próspero para as indústrias estadunidenses, e com a adoção de novos hábitos alimentares ocorre uma abertura para um novo mercado que fomentou para a balança de pagamentos uma média anual de poupança de 1,5 bilhão de dólares, desde que o programa começou, sendo este crescimento atribuído a familiaridade com os produtos, através de programas de vendas especiais e donativos (ARRUDA, ALMEIDA, 2005).

As crianças das escolas japonesas que aprenderam a gostar do leite americano e do pão fornecidos pelos programas de merenda escolar patrocinados pelos Estados Unidos, contribuíram para fazer do Japão o nosso melhor comprador, em dólar, de produtos agrícolas (ARRUDA, ALMEIDA, 2005, p. 99).

Ao citar as crianças japonesas, entende-se que outros países participaram do processo dominado por instituições americanas. No caso, a cultura japonesa é ainda mais distante da americana do que a cultura alimentar brasileira, portanto, ainda mais impactante, nota-se que as doações realizadas, eram de excedentes, já o retorno financeiro das compras dos produtos agrícolas eram em dólar.

Em 1965, o decreto Nº 56.886 altera novamente o nome do programa, este passa a ser denominado Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). De acordo com Arruda, Almeida (2005), os países que recebiam as doações passaram a comprar os artigos alimentícios e a arcar com todas as despesas e os custos da importação desses produtos, os quais foram, gradativamente, sendo reduzidos. A partir de então, as aquisições para a alimentação escolar passaram a favorecer as indústrias localizadas em território nacional.

O programa de alimentação escolar, educando as crianças a comer certos produtos torna-as, portanto compradores potenciais. O programa de alimentação escolar é no momento, um mercado de possibilidades ilimitadas para produtos alimentícios e equipamentos. A alimentação escolar desenvolve e expande sua técnica, servindo maior variedade de alimentos (ARRUDA, ALMEIDA, 2005, p. 101).

Desse modo, a aceitação de muitos produtos era testada na merenda escolar. Em 1970, criou-se o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), o objetivo era atender gestantes, nutrizes e crianças de até sete anos na população de baixa renda e os escolares de sete a quatorze anos, ou seja, o programa excluía a alimentação escolar para a educação infantil e o ensino médio, o antigo 2º grau (FNDE, 2014).

Foram necessários trinta e seis anos, desde a primeira tentativa de implantação do Programa de Alimentação Escolar, até que o Estado brasileiro conseguisse financiar a alimentação escolar com recursos públicos. Isso ocorre a partir de 1976, sob a mediação do Ministério da Educação (MEC). Em 1979 o nome do programa é novamente modificado, passando a chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar o qual permanece até os dias atuais (ÁVILA, CALDAS, ÁVILA, 2013).

Neste processo em 1983, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Esse órgão ficou responsável pela formulação, financiamento e gerenciamento da alimentação escolar, a FAE também estava vinculada ao MEC. A aquisição dos alimentos para a alimentação escolar ocorria de forma centralizada na FAE, estes alimentos eram adquiridos através de licitações públicas e posteriormente distribuídos para todo Brasil (ÁVILA, CALDAS, ÁVILA, 2013).

Ainda, segundo os mesmos autores, a centralização da aquisição dos alimentos ocasionou uma série de problemas, dentre eles podemos citar os relacionados à logística, a armazenagem dos produtos que por vezes estragavam, e a cultura alimentar de cada região, a qual não era considerada no momento da aquisição dos alimentos.

De 1986 a 1988, a FAE, passou a incentivar a descentralização do Programa, através da municipalização da gestão do PNAE, por meio de convênios firmados com os municípios, assim eles passavam a ser os responsáveis pelo gerenciamento e operacionalização do Programa, principalmente pela aquisição dos produtos *in natura* (ÁVILA, CALDAS, ÁVILA, 2013, p. 102).

Assim, foi formulado um plano piloto para orientar o processo de descentralização, que iniciou pelos Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo posteriormente expandido para outros 81 municípios do Brasil (FNDE, 2014). Porém, havia algumas dificuldades para a efetivação do processo de descentralização:

A experiência da descentralização foi muito positiva em alguns aspectos, mas continuava apresentando problemas operacionais, como o lento repasse dos recursos, dificuldades na prestação de contas por parte dos municípios. Além desses problemas, existiam empresas que pressionavam o Governo Federal para que continuassem participando das licitações. Apenas três empresas, Nutrimental, Nutrícia e Liotécnica eram responsáveis por cerca de 48% do fornecimento de alimentos para o PNAE em todo o território nacional (ÁVILA, CALDAS, ÁVILA, 2013, p. 102).

A tabela a seguir apresenta as principais empresas que comercializavam para o PNAE nos anos de 1978 e 1979.

Tabela 3. Comercialização para o PNAE no Brasil. 1978-1979

	Comercialização para o PNAE 1978 (%)	Comercialização para o PNAE 1979 (%)
Nutrimental	18,42	34,32
Nutrícia	12,78	15,72
Toddy	12,57	3,39
Pratika	11,87	16,95
S.L Alves	9,96	4,03
Bhering	9	2,52
Liotecnica	6,48	8,16
Cipa	5,49	4,52
James	5,23	5,47
Aymoré	4,12	3,81
Progasa	4,08	0
Coca- Cola	0	1,11

Fonte: ARRUDA, ALMEIDA, 2005. Org. Paz, Lidiane. 2015.

A empresa Liotécnica e a Nutrimental continuam realizando a comercialização institucional, algumas das demais empresas fundiram-se a outras, como a Toddy à marca Pepsico. Para conhecimento, vejamos os produtos ofertados aos mercados institucionais pela empresa Liotécnica, observando o conteúdo da sua homepage.

A Liotécnica possui também uma linha de produtos destinados a programas sociais e órgãos públicos. São alimentos de alto valor nutricional, de alto rendimento e de fácil e rápido preparo, como sopas, risotos, bebidas lácteas, vitaminas, minerais e doces, entre outros. Os produtos são desenvolvidos por Engenheiros de Alimentos e Nutricionistas, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a partir de pesquisas com administradores públicos, profissionais de educação, merendeiras e especialmente com o público infante-juvenil. Tudo isso resulta na elaboração de produtos saudáveis, nutritivos e, sobretudo saborosos, respeitando o paladar típico de cada região (LIOTÉCNICA, 2015).

Como podemos perceber, um dos aspectos destacado pela Liotécnica é a preparação rápida dos produtos. Este aspecto foi ressaltado como uma das dificuldades encontradas no processo de descentralização do Programa, uma vez que as “merendeiras” davam preferência aos produtos instantâneos de fácil preparo, em relação aos produtos *in natura* que demandam maior tempo e atenção em seu preparo (ÁVILA, CALDAS, ÁVILA, 2013).

Segundo Ávila, Caldas, Ávila (2013), em 1988 a partir da nova Constituição Federal, a alimentação escolar passou a ser um direito de todos os alunos matriculados no ensino fundamental, mas não houve a efetivação do atendimento a todos como previsto na Constituição.

Em 1993, existia um movimento muito ativo no Brasil, titulado “Movimento da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, o qual conseguiu mobilizar a sociedade civil para pressionar o então Presidente Itamar Franco a instituir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O objetivo da criação deste Conselho era fortalecer o processo de convênios entre os municípios e a FAE, formalizar os processos normativos e institucionalizar a descentralização da execução do Programa (ÁVILA, CALDAS, ÁVILA, 2013).

A partir da Lei Nº 8.913 de julho de 1994 foi oficializado o processo de descentralização do PNAE. Segundo a lei, os municípios deveriam criar os conselhos de alimentação escolar (CAE) para que os recursos federais pudessem ser transferidos. A esses conselhos municipais ficava a incumbência de fiscalizar o poder executivo, controlar e aplicar os recursos financeiros e a elaboração de cardápios (FNDE, 2014). Assim, os municípios ficaram responsáveis pela alimentação escolar nos estabelecimentos de ensino municipais e os estados nos estabelecimentos de ensino estaduais.

Em 1998, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o qual permanece atualmente e o FAE foi extinto. O FNDE passou por várias reformulações, através de medidas provisórias, dentre elas a Nº 2.178-36 de 2001, estabelece que 70% dos recursos transferidos da União para os municípios e estados sejam destinados à compra de produtos básicos (ÁVILA, CALDAS, ÁVILA 2013, p. 103).

Em 2003, o FNDE definiu uma lista com 72 produtos básicos, considerando pela primeira vez, os hábitos alimentares regionais, como o açaí, queijo coalho, castanha do Pará dentre outros, e ainda produtos de consumo comum em todas as regiões como o arroz e o feijão (ÁVILA, CALDAS, ÁVILA, 2013). Também foi instituído em cada município

brasileiro, o CAE como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa, permitindo a participação de representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo. Caso exista qualquer irregularidade no CAE, os recursos são imediatamente suspensos até que a situação seja regularizada (FNDE, 2014).

Em 2006, passa a ser obrigatório que as prefeituras e os estados contratem nutricionistas para elaboração de cardápios, além disso, foram fixados convênios com as universidades criando os Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES), que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, estão as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa (FNDE, 2014).

O PNAE foi estabelecido no dia 07 de agosto de 2008, através de publicação no Diário Oficial da União, e institui a modalidade “Aquisição de alimentos para atendimento da alimentação escolar”.

Em 2009, a Lei nº 11.947, assentou novas definições para o PNAE, que passou a atender todos os alunos e modalidades de ensino, educação infantil, Ensino fundamental e médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Um dos principais mecanismos de fortalecimento da agricultura familiar, porque amplia os mercados de comercialização, encontra-se no artigo 14 da referida Lei, que determina que no mínimo 30% dos produtos adquiridos com os recursos do FNDE sejam da agricultura familiar. A partir dessa Lei, tem-se a articulação entre os Programas PAA e PNAE. Desde 2013, o PNAE passou a atender também os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), Educação de Jovens e Adultos semipresencial e os alunos que estudam em escolas de tempo integral (FNDE, 2014).

Segundo a Lei nº 11. 947/ 2009, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo (BRASIL, 2009). Os principais objetivos do PNAE, segundo a Lei, são:

Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Para alcançar tais objetivos, são fixadas algumas diretrizes que consideram as questões culturais alimentares, as especificidades de saúde e faixa etária dos alunos e a importância da valorização da produção local, principalmente a produção da agricultura familiar. São diretrizes para a alimentação escolar no Brasil:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009).

Percorrendo o histórico do PNAE no Brasil, percebemos que além de mudanças em sua denominação e na forma de execução, também houve modificações na gestão, fiscalização e distribuição dos recursos financeiros, conforme apresentamos no quadro 3.

Quadro 3. Evolução do PNAE de 1954 a 2009. Denominação, responsável técnico e financiamento.

Ano	Denominação	Responsável	Financiamento	Forma de aquisição do Alimento	
				Doado	Comprado
1954	PNME* <sup>5</sup>	Comissão Nacional de Alimentação	Estados, Municípios e Superintendências	FISI*	
1955	CME*	MEC*	Estados, Municípios e Superintendências	FISI	
1956/1960	CME	MEC	Estados, Municípios e Superintendências	FISI	CCC*
1961	CME	MEC	Estados, Municípios e Superintendências	Programa alimentos para a Paz – USAID	
1962/1972	CME	MEC	Estados, Municípios e Superintendências	USAID – PMA – ONU	
1973/1978	CNAE*	PRONAN	Estados, Municípios e Superintendências	USAID – PMA – ONU	Indústrias de alimentos localizadas no Brasil.
1979/1982	PNAE	PRONAN	Estados, Municípios e Superintendências	USAID – PMA – ONU	Indústrias de alimentos localizadas no Brasil.
1983/1993	PNAE	FAE	FAE	–	Indústrias de alimentos localizadas no Brasil.
1994/2009	PNAE	FNDE	FNDE	–	Compra descentralizada de indústrias de alimentos, e mercados locais.
A partir de 2009	PNAE	FNDE– CAE	FNDE	–	Compras descentralizadas, no mínimo 30% dos alimentos adquiridos da agricultura familiar.

Fonte: ARRUDA, ALMEIDA, 2005. Org. Paz, Lidiane, 2015.

<sup>5</sup>\*PNME - Programa Nacional de Merenda Escolar

\* CME - Campanha de Merenda Escolar

\*CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar

\* PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

\*FISI – Fundo Internacional de Socorro a Infância

\*CCC – Commodity Credit Corporation

No quadro 3, podemos analisar que entre 1954 e 1956 os poucos produtos destinados a alimentação escolar eram doados por instituições estrangeiras, entre 1956 e 1960, eram em parte doados e em parte comprados da Commodity Credit Corporation. De 1961 até 1972 os alimentos eram doados por instituições como Alimentos para a Paz, ONU, USAID, a partir de 1973 até 1978 ainda eram recebidas doações, mas algumas indústrias instaladas no Brasil passaram a ser beneficiadas com a aquisição para a alimentação escolar (FNDE, 2014).

Em 1983 cessaram as doações, de 1994 a 2009 ocorreu o processo de descentralização, o qual valoriza os mercados locais, a partir de 2009 com a instituição da Lei ocorre o favorecimento da agricultura familiar com a obrigatoriedade de no mínimo 30% dos recursos destinado a compra de seus produtos (FNDE, 2014).

Atualmente a execução do PNAE ocorre de forma descentralizada, contando com a sociedade civil para a fiscalização. Deste modo, os recursos financeiros chegam aos estados e municípios através do FNDE. Esses recursos são provenientes do Tesouro Nacional, sendo assegurados no orçamento da União. Os Estados, Distrito Federal e Municípios são as entidades executoras, responsáveis por gerir os recursos financeiros e garantir a oferta de alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica da rede pública (FNDE, 2014)

Segundo o FNDE (2014) a transferência dos recursos é feita em dez parcelas mensais, sempre a partir do mês de fevereiro, com o intuito de cobrir os 200 dias letivos. Cada parcela corresponde a vinte dias de aula. O valor do repasse é calculado da seguinte forma, como mostra o quadro 4.

Quadro 4. Cálculo para repasse de recursos do FNDE para as Prefeituras.

$\text{Total de recursos (TR)} = (\text{N}^\circ \text{ de alunos}) \times (\text{N}^\circ \text{ de dias letivos}) \times (\text{Valor Per Capita})$
---

Fonte: FNDE, 2014. Org. Paz, Lidiane, 2015.

Para esse repasse o FNDE define um valor *per capita* considerando a modalidade de ensino, o valor é variável de acordo com cada modalidade conforme observamos no quadro 4. O levantamento quanto ao número de alunos é feito com base no Censo escolar do ano anterior.

Quadro 5. Valor *Per Capita* repassado pelo FNDE para cada modalidade de ensino

Modalidade	Valor <i>Per Capita</i>
CMEIs	R\$ 1,00
Pré – Escola	R\$ 0,50
Escolas Indígenas e Quilombolas	R\$ 0,60
Ensino Fundamental e Médio e Educação de jovens e adultos	R\$ 0,30
Ensino Integral	R\$ 1,00
Alunos do Programa mais Educação	R\$ 0,90
Alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado em período contra turno.	R\$ 0,50

Fonte: FNDE, 2014 Org. Paz, Lidiane, 2015.

A movimentação dos recursos pode ser acompanhada pela sociedade através dos Conselhos de Alimentação Escolar<sup>6</sup> (CAE).

Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei; II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar; III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos; IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa (BRASIL, 2009).

Como apresentamos o CAE tem a função de fiscalizar as entidades executoras do PNAE, essa fiscalização refere-se à aplicação dos recursos financeiros, qualidade dos produtos, discussões sobre o andamento, sugestões para melhoria. O CAE vigente em Francisco Beltrão foi constituído no dia 19/11/2014, é composto por sete titulares e sete suplentes sendo estes divididos em: 4 membros representantes da sociedade civil, 4 membros pais de alunos, 4 docentes e 2 membros que representam o executivo (FNDE, 2014).

O conselho se reúne na última quinta-feira de cada mês, quando são colocados em pauta os problemas que foram identificados naquele mês, as sugestões e possíveis reclamações. São apresentadas as contas, que passam por aprovação a cada cumprimento de contrato. O conselho também realiza visitas nas escolas, promove algumas atividades como a

<sup>6</sup>Os CAES são formados por: um representante do poder executivo, um do legislativo, dois professores, dois pais de alunos e um representante da sociedade civil.

feira do dia da (o) Merendeira (o), concurso de receitas<sup>7</sup> para incentivar o consumo de alimentos da agricultura familiar em pratos variados.

No caso de irregularidades no CAE, os recursos do FNDE são interrompidos, sendo que o Município de Francisco Beltrão sempre esteve em dia com o CAE e demais orientações do FNDE. Para melhorar a execução do programa constantemente, é necessário que algumas resoluções sejam implementadas, as mais recentes apresentamos a seguir (Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão).

### **2.3. Alterações recentes na Lei 11.947/2009**

As alterações mais recentes ocorreram através da resolução nº 4 em 02 de abril de 2015, definindo aspectos importantes para o PNAE. Quando as prefeituras disponibilizam as chamadas públicas, as cooperativas, associações ou agricultores individuais elaboram um projeto de venda para atender as especificações contidas na chamada. No que diz respeito a esses projetos de venda, houve a divisão por grupos: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado e grupo de propostas do país. Destes grupos, a preferência é pelos projetos de fornecedores locais. Ainda assim, outros critérios de prioridade na ordem de seleção são considerados, como consta no parágrafo 2 dessa resolução:

- I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
- II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
- III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física) (BRASIL, 2015)

Obedecendo a essa ordem de seleção, é exigida a apresentação de documentos, os quais habilitam o projeto de venda. Para fornecedores com DAP Física Individual ou DAP Física organizados em grupo, é exigida a seguinte documentação:

---

<sup>7</sup>Em outubro de 2015 aconteceu o primeiro concurso de receitas em que foram escolhidas as três melhores para participar do concurso Estadual e Nacional. O prato vencedor do concurso foi a lasanha com massa de panqueca colorida, seguido de bolinho de peixe e bolo de banana com açúcar mascavo (Prefeitura municipal de Francisco Beltrão, 2015).

- I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante (Anexo IV);
- IV - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e
- V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda (BRASIL, 2015).

Para a habilitação de projetos de venda de grupos formais com DAP jurídica, a documentação exigida é:

- I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;
- VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados; e
- VII - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e
- VIII - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso (BRASIL, 2015).

Ainda fica estabelecida na referida resolução, a definição dos valores dos produtos da tomada de preços em ao menos três mercados locais. No caso de produtos agroecológicos, se não houver outros mercados de referência, serão acrescidos 30% aos valores dos produtos tradicionais. O valor publicado na chamada pública será o valor pago aos agricultores familiares ou suas organizações, de modo que, após o processo de seleção do projeto de venda é firmado um contrato com a Entidade Executora (EEx), em que são estabelecidas as obrigações, direitos e responsabilidades de ambas as partes (FNDELEGIS, 2015).

Outra definição importante diz respeito ao valor máximo de comercialização, o qual é de 20 mil reais por DAP familiar/Ano/EEx para os grupos informais e individuais (DAP Física familiar). Em relação ao valor máximo por comercializações através de DAP jurídica

será aplicada a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00. Considerando a COOPAFI, que tem entre os cooperados 35 DAPs familiares ativas, a aplicação da fórmula seria VMC= 35x 20.000,00. Sendo assim, o valor máximo possível de comercialização em um ano seria de 700.000,00. Os responsáveis por controlar esse valor em relação a DAP jurídica é das cooperativas ou associações. Já o limite individual ou informal é controlado pela EEx (FNDELEGIS, 2015).

## 2.4 Indicadores do PNAE no Brasil: escolares atendidos e recursos disponibilizados

A função social exercida pelo PNAE tem auxiliado as prefeituras no combate a situações de miséria extrema, através da disponibilização de recursos para a finalidade de alimentação Escolar. Conforme foi identificado pela FAO (2014) a ampliação de alimentos nas escolas permite que os educandos tenham ao menos uma refeição diária, esse aspecto tem sido associado inclusive, a menores índices de evasão escolar.

O PNAE em seu aspecto fundamental de prover minimamente uma refeição adequada aos alunos é um dos programas responsáveis por retirar o Brasil do mapa da Fome no ano de 2014 e por diminuir significativamente o número de crianças desnutridas no país (FAO, 2014).

No referido ano, foram beneficiados no Brasil 42.200 milhões de alunos abrangendo todas as modalidades de ensino, sendo fornecidas mais de 52 milhões de refeições diárias em 161 mil escolas da rede pública brasileira (FNDE, 2015). Podemos observar no gráfico 7, como o número de alunos atendidos pelo PNAE tem sido ampliado.

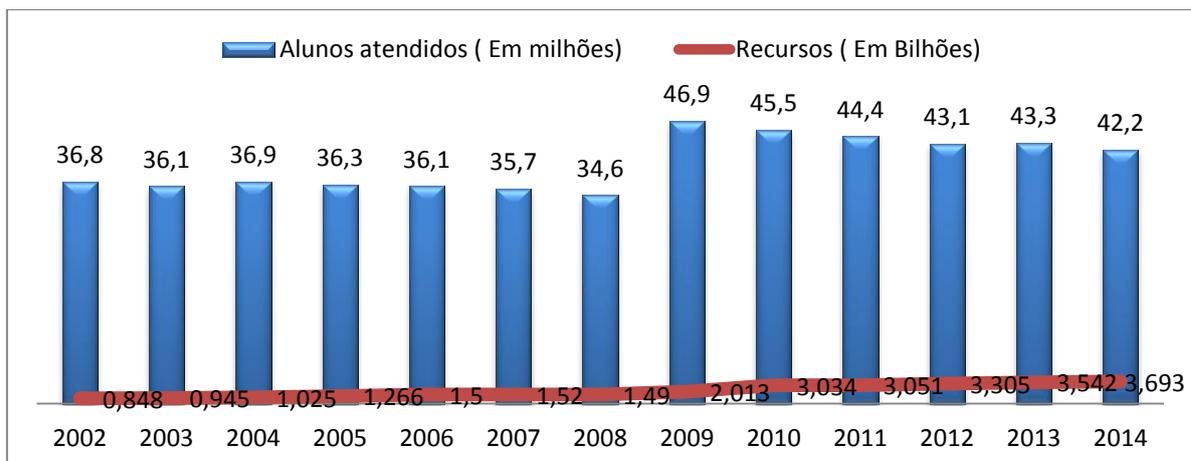


Gráfico 7 – Número de alunos beneficiados pelo PNAE no Brasil. 2002 – 2014.

Fonte: INEP – Censo escolar 2015. Org. Paz, Lidiane. 2015.

Como é possível perceber o número de alunos beneficiados com o PNAE apresenta uma pequena queda em 2003 em relação a 2002. Em 2004, o número de alunos volta a aumentar. No ano seguinte, novamente há a redução dos alunos atendidos, sendo que entre os anos de 2002 e 2008 há uma redução de 4,6%. Nos anos de 2007 e 2008 há uma redução significativa dos alunos atendidos pelo PNAE. Em 2009 e 2010 o número de alunos atendidos é superior a todos os outros registros, sendo que em 2009 é instituída a Lei Nº 11.947, a qual exige que no mínimo 30% dos recursos do PNDE para produtos alimentícios sejam da agricultura familiar, ampliando a oferta de alimentos. Também é nesse ano que a alimentação escolar passa a ser um direito de todos os alunos em todas as modalidades de ensino. Entre 2009 e 2014 há novamente uma redução do número de alunos beneficiados de 3,87%. De modo geral, entre 2002 e 2014 houve um aumento no número de alunos beneficiados de 35,55%.

Em relação aos recursos destinados a alimentação escolar no Brasil, analisando o gráfico 5, percebemos que entre 2002 e 2007 o aumento dos recursos é progressivo, embora em alguns anos o número de alunos beneficiados seja menor, os valores continuam aumentando. Em 2008, ocorre a diminuição tanto do número de alunos atendidos quanto dos recursos. A partir de 2009, os recursos aumentam significativamente, acima de um bilhão de reais, embora o número de alunos tenha diminuído.

Esses investimentos proporcionaram, de um lado, maior capacidade de atendimento aos alunos, por outro lado, a ampliação da comercialização de produtos da agricultura familiar e até mesmo maior diversificação desses produtos.

O PNAE é o Programa social mais antigo do Brasil, foi sendo ampliado, reformulado, passando de emergencial para estrutural, na medida em que tem contribuído para as comercializações dos produtos da agricultura familiar é um Programa que tem despertado interesse de vários países do mundo, que buscam conhecer para implantar, como é o caso da África.

Como foi apresentado, uma das modificações mais importantes no PNAE, foi a sua descentralização, que permitiu maior autonomia de Estados e Municípios em relação às aquisições de produtos para alimentação escolar, ao mesmo tempo em que aumentou a responsabilidade das entidades executoras e dos Estados e Municípios. A seguir, será discutido o processo de implantação e desenvolvimento da alimentação escolar no Estado do Paraná.

## 2.5 A constituição de Políticas de alimentação escolar no Estado do Paraná

No Estado do Paraná, as políticas de alimentação escolar estão associadas ao Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE), este foi instituído no Estado pelo Decreto nº 6.037/1983. O gerenciamento do PEAE coube à Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, criada pela Lei nº 4.599/1962. Segundo Stolarski (2014), desde a criação do PEAE em 1983, o atendimento contemplou o ensino pré-escolar, fundamental. No entanto, no âmbito federal a extensão do atendimento aos alunos do Ensino Médio só foi viabilizada em 2009, pela Resolução CD/ FNDE nº 38/2009 (STOLARSKI, 2014 p. 21).

Segundo Stolarski (2014), até 1993 a FUNDEPAR foi responsável pelo atendimento da alimentação escolar da totalidade das escolas estaduais, municipais e filantrópicas do Paraná. Em 1994 com a descentralização do Programa, Estados e Municípios passaram a dividir as responsabilidades de maneira gradativa, sendo finalizado esse processo em 1998. Até 1996 a FAE mantinha uma lista de produtos que podiam ser adquiridos pelos Estados e Municípios para a alimentação escolar, só era permitido à FUNDEPAR e demais entidades executoras, incluir em suas programações alimentos previamente cadastrados na FAE, havendo até esta data, pouca inovação quanto à variedade dos gêneros adquiridos nas diferentes unidades da federação (STOLARSKI, 2014).

Ao final de 1996, teve início um processo que garantia aos Estados e Municípios maior autonomia na escolha de gêneros alimentícios. A partir desta abertura, em 1996/1997, a FUNDEPAR realizou pesquisa de hábitos e preferências alimentares junto aos municípios e escolas atendidas. Esse estudo buscava subsidiar ajustes na pauta alimentar de forma que se aproximasse dos hábitos alimentares regionais e resultasse em maior aceitabilidade da alimentação escolar. O diagnóstico apontou, por exemplo, importante diferenciação em relação ao consumo do feijão carioca e preto, nas diferentes regiões do Estado (STOLARSKI, 2014, p. 22)

A partir do diagnóstico realizado pela FUNDEPAR, foram elaborados cardápios que contemplavam hábitos alimentares e culturais específicos. Atualmente são consideradas nove programações de cardápio, as quais podem ser escolhidas pelas escolas de acordo com a realidade local e as especificidades de cada escola (STOLARSKI, 2014).

No período de 1983 a 1996, houve a criação de uma rede de laboratórios credenciados pela FAE, responsável pelas análises laboratoriais dos gêneros alimentícios em todo o país, era uma maneira de manter a qualidade dos produtos sob vigilância. Pela Portaria nº 291/1996, a FAE extinguiu a obrigatoriedade das análises laboratoriais dos alimentos

adquiridos por estados e municípios, porém, no Estado do Paraná foi decidido permanecer com as análises, que passaram a ser custeadas pelo tesouro Estadual. Elas foram realizadas no Centro de Pesquisa e Processamento de Alimentos – CEPPA da UFPR (1983 – 2011), e de 2012 até o presente, pelo instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR (STOLARSKI, 2014).

Em 1998, a medida provisória nº 1.784 definiu o processo de municipalização, que vinha sendo instituído desde 1994. A partir de então, a FUNDEPAR, passou a gerenciar e suprir apenas as escolas estaduais, e os municípios passaram a assumir o atendimento às redes municipal e filantrópica de ensino (STOLARSKI, 2014).

O PEAE permaneceu sob o gerenciamento da FUNDEPAR até 2007, ano de sua extinção. A partir desta data todas as competências relacionadas à alimentação escolar passaram a ser de responsabilidade da SEED, através da Superintendência de Desenvolvimento Educacional – SUDE, a qual permanece atualmente (STOLARSKI, 2014).

A Secretaria de Estado da Educação (SEED), por meio da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE), na Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar (CANE), foi a primeira Secretaria Estadual de Educação ou entidade Executora (Ex) estadual do Brasil a lançar uma chamada pública para compra de gêneros da agricultura familiar, em junho de 2010 (CP) nº 001-2010 (MARTINS, 2015).

No início foram atendidos os critérios de classificação das propostas determinadas na Lei nº 11947/2009 do MEC/FNDE, voltados à realidade dos municípios, os quais apresentaram vários desafios à nutricionista Responsável Técnica, até então a única nutricionista da SEED, a qual era responsável por 1.100.000 refeições/dia, nos 399 municípios paranaenses (STOLARSKI, 2014).

Para realizar a chamada pública foi licitado um sistema eletrônico capaz de viabilizá-lo, esse sistema foi executado pela CELEPAR (Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná). Houve várias reuniões para elaboração, correção e teste do sistema, consultas ao FNDE, reuniões com os técnicos educacionais dos 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE) do estado e com o CAE. Anualmente o sistema eletrônico passa por várias adaptações para atender as demandas dos agricultores e da SEED (MARTINS, 2015).

Representantes dos Núcleos Regionais de Educação foram treinados em Curitiba, para receber e analisar toda a documentação e ajudar os agricultores. *“Mas vieram muitos e muitos erros, era um processo totalmente novo, o jurídico da SEED tinha receio por a chamada Pública “fugir” da Lei nº 8666, que é a lei das licitações, o próprio FNDE tinha dificuldade*

*em responder questões relativas ao âmbito estadual, a SEAB não contribuiu muito, só as Emater, enfim, havia dúvidas de todo tipo” (MARTINS, 2015).*

Os desafios eram as dificuldades dos agricultores em atender os requisitos da legislação e conseguir os documentos. Existiam problemas em relação ao sistema eletrônico, que ainda não funcionava direito, a desinformação por parte das escolas. Houve então a necessidade de aumentar a equipe de nutricionistas, que passou para três, e utilizar como apoio as cooperativas e associações. Assim, 42 cooperativas e associações de agricultores familiares começaram a comercializar para o PNAE no Estado do Paraná (MARTINS, 2015).

*“A SEED disponibilizou uma sala e uma equipe, para conduzir o processo, e fizemos um verdadeiro call center da agricultura familiar, que ficou 3 anos orientando por e-mail e telefone os NREs, cooperativas, agricultores, escolas, prefeituras, etc, e inclusive, por meio das nossas demandas, o FNDE acabou definindo na Resolução nº26/2013 alguns pontos que não foram previstos na 38/2009 (MARTINS, 2015).”*

O contato com os CAES e com as prefeituras ocorreu nessas ocasiões, quando estes solicitavam a SEED para tirar dúvidas, segundo Martins (2015), o pioneirismo do Paraná se deve ao idealismo da equipe e à dedicação dos agricultores. Nesse sentido, o processo de implantação buscou ajustar as compras à realidade dos agricultores e não o inverso, considerando a dinâmica da agricultura familiar, tendo certa flexibilidade (MARTINS, 2015)..

No começo as quantidades eram mínimas, para testar o sistema, a oferta/demanda, a capacidade física de armazenamento, preparo, distribuição a aceitação das merendeiras das escolas e a receptividade dos alunos.

O estado do Paraná utiliza um modelo de gestão misto, ou seja, realiza aquisições centralizadas, repassa recursos diretamente às escolas e adquire produtos da agricultura familiar, por chamada pública eletrônica. Neste sistema, a administração obtém o máximo de vantagens de cada modelo, ou seja, ao realizar compras centralizadas em grande quantidade, reduz o preço dos gêneros pela economia de escala. Por outro lado, ao realizar compras descentralizadas diretamente pela escola, permite a complementação dos cardápios e aquece a economia local, proporciona maior diversificação dos cardápios, respeito aos hábitos alimentares e suprimento adequado e ininterrupto (STOLARSKI, 2014, p. 24).

Anualmente as quantidades foram aumentadas, até que o Paraná conseguiu atender o preconizado pelo FNDE, ou seja, adquirir no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar. As compras de industrializados foram reduzidas apenas em 2014, mas até o momento (ao menos nas Escolas Estaduais de Francisco Beltrão) os produtos agrícolas ficam como

complemento. No cardápio, que é feito pela nutricionista em Curitiba, foi inserida uma observação: salada (de acordo com a oferta regional da agricultura familiar). Segundo a nutricionista, cada região tem uma vocação agrícola e algumas escolas recebem todo tipo de produto (os 11 grupos de alimentos da AF) e outras só fruta, só leite, só pão, etc (MARTINS, 2015).

*Em 2013 o estado do Paraná atingiu a meta de 30% dos recursos utilizados para aquisições da agricultura familiar, as cooperativas já estavam familiarizadas com o processo, já entregavam para as prefeituras, tornando o processo mais uniforme* (MARTINS, 2015).

O controle é feito pelas escolas, enviado aos NREs mensalmente, que confere todos os romaneios com as notas fiscais e envia para pagamento na SEED. As escolas possuem uma senha para dar entrada e saída dos gêneros, ou seja, reduz-se a possibilidade de desvios, porque o pagamento é efetuado quando o diretor confirma o recebimento dos alimentos (STORLASKI, 2014).

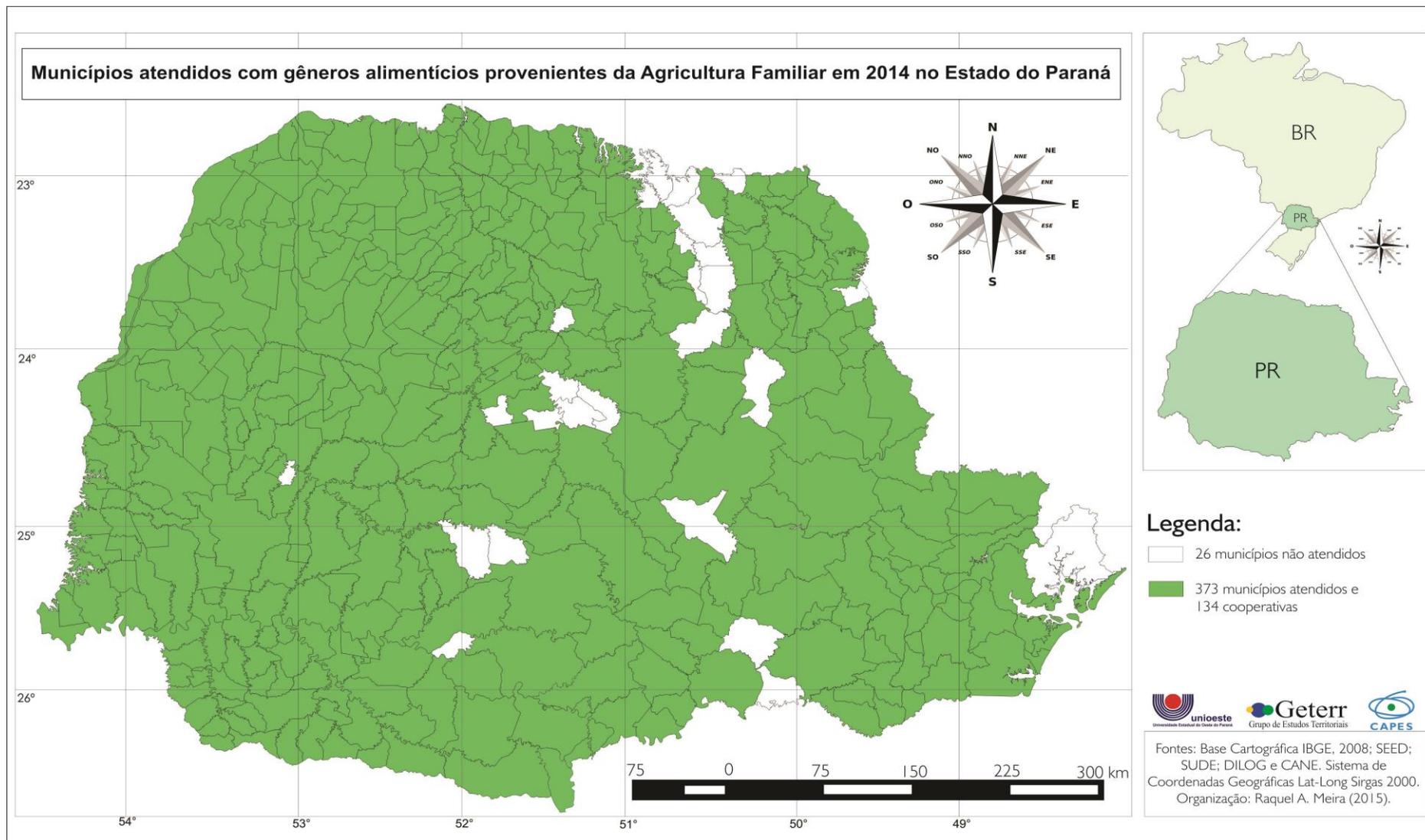
Existe uma normativa interna para as escolas sobre a Agricultura Familiar, também foram realizadas algumas web conferências, audiências públicas com agricultores para tirar dúvidas, discutir melhorias. Em 2012 aconteceu o I Seminário da Agricultura Familiar no PNAE, em Curitiba, no qual houve o contato entre a equipe coordenadora do Programa na SEED e os presidentes das cooperativas, com patrocínio do MDA.

Para o atendimento de 2014, foram contratadas 134 associações e cooperativas que forneceram 15.487 toneladas de 81 itens, totalizando um investimento de 46 milhões, ou seja, 57% do recurso repassado anualmente pelo governo federal. Este processo está beneficiando em uma ponta da cadeia 2.254 estabelecimentos de ensino (87% do total de escolas com estrutura), e na outra, 21.814 agricultores familiares (STORLASKI, 2014).

No Estado do Paraná atualmente são oferecidas 1.300.000 refeições por dia em escolas estaduais e alguns pontos alternativos, como instituições filantrópicas. O PNAE é desenvolvido em todos os 399 municípios do Estado. 373 municípios são atendidos por produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, como mostra o mapa 1. Ao todo são atendidas 2.700 escolas, das quais 1.807 recebem produtos da agricultura familiar, (87% das escolas) em todo o Paraná, são 19 colégios agrícolas e 29 escolas integrais, também são atendidas 37 escolas indígenas e 704 escolas com o programa mais educação<sup>8</sup> (STORLASKI,2014).

---

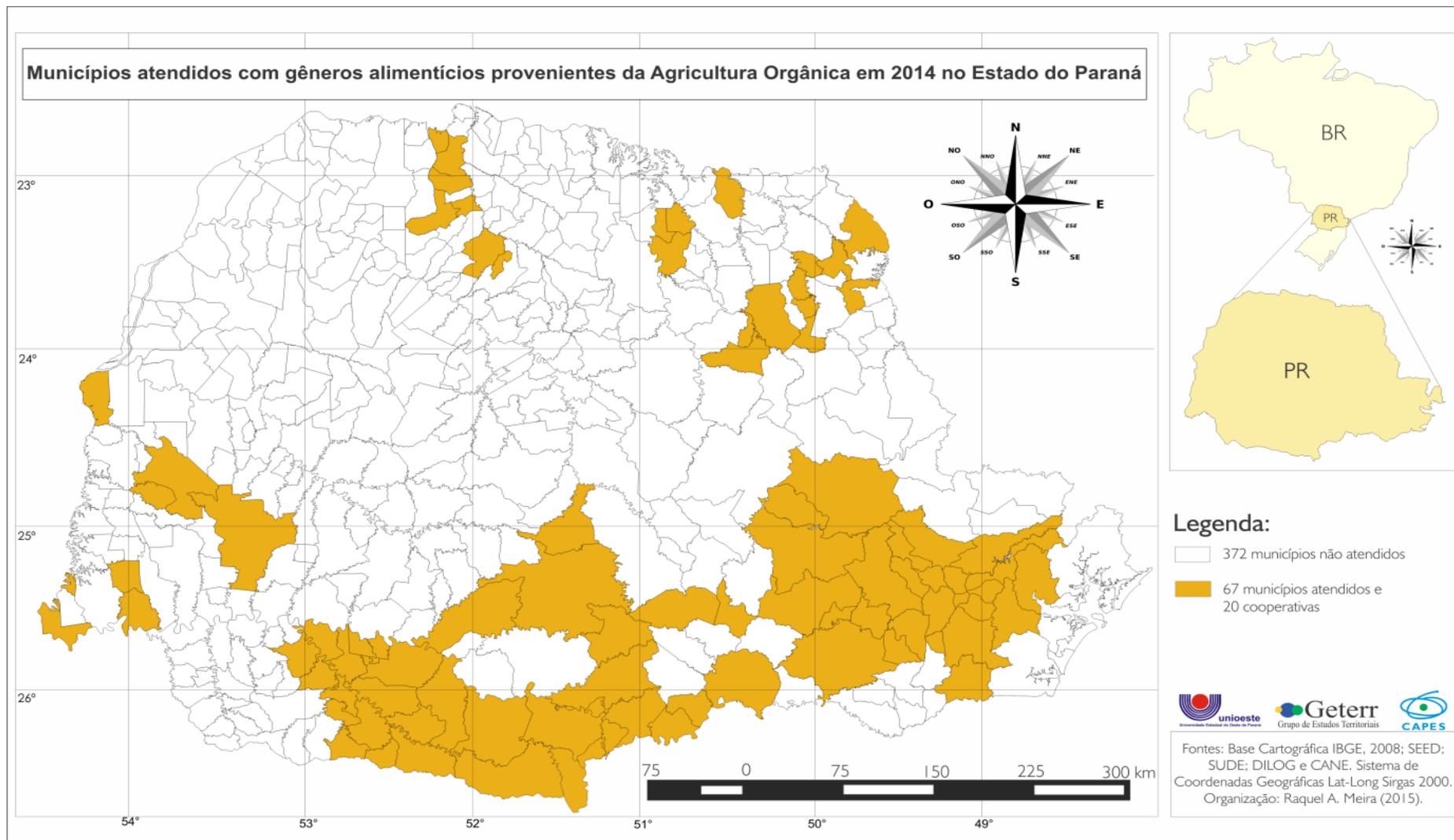
<sup>8</sup>Constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.



Mapa1: Municípios atendidos com gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar em 2014 no Paraná.

Nos municípios onde há a aquisição de alimentos por meio da agricultura familiar, esse processo é realizado através de 134 cooperativas. Os produtos adquiridos da agricultura familiar são comercializados pelas cooperativas, através de DAP jurídica. Os incentivos à agricultura orgânica, através da agricultura familiar, tem sido registrados nos produtos comercializados para o PNAE. Em 2012 foram atendidos 68 municípios, através de 10 cooperativas. Em 2013 foram 91 municípios através de 22 cooperativas e em 2014 foram 87 municípios por meio de 20 cooperativas, como podemos observar no mapa 2.

Nota-se que a agricultura orgânica certificada, que abastece o PNAE no Paraná é mais praticada nas regiões Leste, Sul e Sudoeste do Estado. Também há o registro (em menor proporção) no Oeste, Norte e Nordeste do Estado, sendo que a região central e o Noroeste não possuem produtos orgânicos na alimentação escolar.



Mapa 2 : Municípios atendidos com gêneros alimentícios provenientes da agricultura orgânica em 2014 no Paraná.

O gráfico 8, mostra a evolução no número de alunos atendidos pelo PNAE no estado do Paraná:

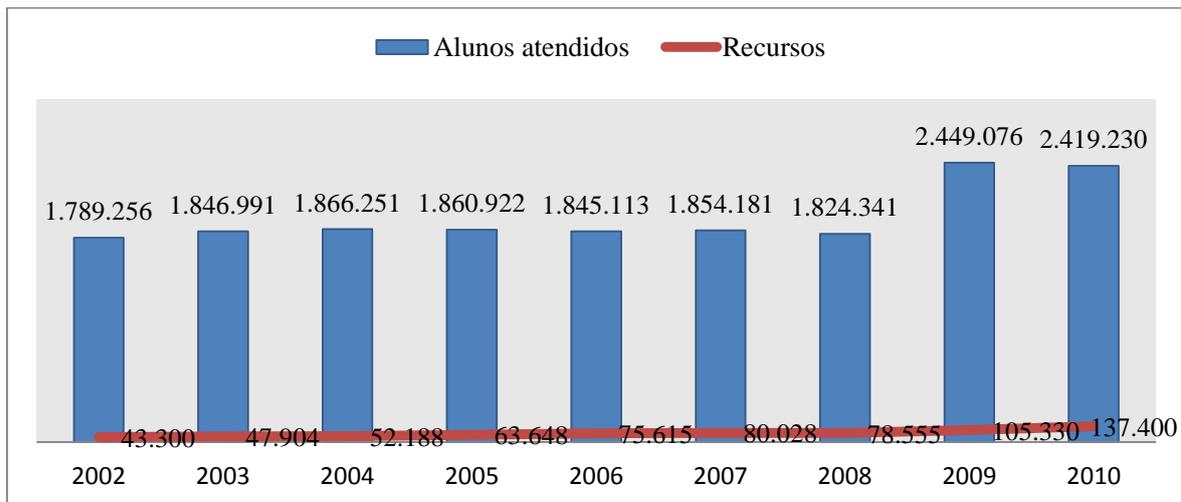


Gráfico 8– Número de alunos beneficiados pelo PNAE no estado do Paraná. 2002 – 2010.  
Fonte: INEP – Censo escolar 2015. Org. Paz, Lidiane. 2015.

Assim, como observado no gráfico 7, que refere-se ao número de alunos beneficiados no Brasil, o gráfico 8 apresenta os dados referentes ao número de alunos atendidos e os recursos movimentados no PNAE, no Estado do Paraná. A partir do exposto, percebemos que os números de alunos, bem como, os recursos aumentam entre 2002 e 2008. Em 2009, assim como a nível nacional, é registrado o maior volume de recursos e também o maior número de alunos. Já em 2010 diminuem os alunos atendidos, mas o volume de recursos aumenta.

## 2.6 Aquisições de produtos da agricultura familiar pelo PNAE

No Estado do Paraná foram listados os produtos da agricultura familiar que podem ser adquiridos pelas escolas. No controle da SEED, os produtos aparecem como números de itens. Os produtos são divididos de acordo com os grupos alimentares. Portanto, no Grupo 1 - frutas, Grupo 2 - hortaliças, temperos e sementes, Grupo 3 - Legumes e tubérculos, Grupo 4 - Leite, Grupo 5 – Iogurte e bebidas lácteas, Grupo 6 – carnes, ovos e peixes, Grupo 7 – Panificados, Grupo 8 – Cereais, Grupo 9 – feijões, Grupo 10 – sucos, Grupo 11 – complementos. O quadro a seguir, mostra a lista de produtos disponíveis para a escolha das escolas e os preços que são praticados:

Quadro 6 – Produtos da agricultura familiar e preços praticados no Paraná em 2015.

Produtos	Unidade	Convencional	Orgânico
Abacate	kg	R\$ 1,74	R\$ 2,19
Abacaxi	kg	R\$ 1,71	R\$ 2,15
Abóbora	kg	R\$ 3,71	R\$ 4,61
Abobrinha	kg	R\$ 1,66	R\$ 2,09
Acelga	kg	R\$ 1,32	R\$ 1,67
Agrião	kg	R\$ 4,19	R\$ 5,19
Alface	kg	R\$ 2,38	R\$ 2,77
Alho	kg	R\$ 8,59	R\$ 10,56
Almeirão	kg	R\$ 3,20	R\$ 3,98
Ameixa vermelha	kg	R\$ 4,40	R\$ 5,46
Arroz branco tipo 1	kg	R\$ 1,92	R\$ 2,40
Arroz parboilizado tipo 1	kg	R\$ 1,94	R\$ 2,43
Banana caturra/maçã/prata	kg	R\$ 1,20	R\$ 1,46
Batata doce	kg	R\$ 1,53	R\$ 1,93
Batata Inglesa	kg	R\$ 1,78	R\$ 2,24
Batata Salsa	kg	R\$ 2,86	R\$ 3,57
Berinjela	kg	R\$ 1,31	R\$ 1,66
Beterraba	kg	R\$ 1,27	R\$ 1,62
Bisteca suína congelada	kg	R\$ 6,56	—
Bolacha caseira	kg	R\$ 9,24	R\$ 12,07
Brócolis	kg	R\$ 3,61	R\$ 4,48
Caqui chocolate/café	kg	R\$ 2,55	R\$ 3,18
Cará	kg	R\$ 1,75	R\$ 2,21
Cebola	kg	R\$ 1,59	R\$ 2,01
Cebolinha verde	kg	R\$ 5,35	R\$ 6,61
Cenoura	kg	R\$ 1,78	R\$ 2,24
Chuchu	kg	R\$ 1,32	R\$ 1,67
Couve	kg	R\$ 2,65	R\$ 3,31
Couve flor	kg	R\$ 3,61	R\$ 4,51
Cuca/bolo simples	Unidade	R\$ 7,73	R\$ 9,54
Doce de frutas Pastoso	kg	R\$ 8,66	R\$ 10,67
Espinafre	kg	R\$ 2,76	R\$ 3,44
Farinha de mandioca branca, torrada ou biju	kg	R\$ 1,90	R\$ 2,37
Farinha de milho amarela	kg	R\$ 2,04	R\$ 2,55
Feijão cores tipo 1	kg	R\$ 3,56	R\$ 4,46
Feijão preto tipo 1	kg	R\$ 2,48	R\$ 3,10
Filé de bagre ou pescada congelado	kg	R\$ 13,84	—
Filé de peixe tilápia congelado	kg	R\$ 17,77	—
Fubá	kg	R\$ 1,24	R\$ 1,55

Goiaba	kg	R\$ 2,01	R\$ 2,52
Inhame	kg	R\$ 1,75	R\$ 2,87
Jabuticaba	kg	R\$ 2,55	R\$ 3,18
Kiwi	kg	R\$ 3,72	R\$ 4,62
Laranja pera/laranja lima	kg	R\$ 1,02	R\$ 1,31
Limão rosa	kg	R\$ 1,27	R\$ 1,62
Maçã	kg	R\$ 3,18	R\$ 3,96
Macarrão	kg	R\$ 3,60	R\$ 4,50
Mamão	kg	R\$ 1,78	R\$ 2,24
Mandioca	kg	R\$ 1,78	R\$ 2,66
Manga	kg	R\$ 2,33	R\$ 2,92
Maracujá	kg	R\$ 3,98	R\$ 4,94
Mel	kg	R\$ 10,19	R\$ 12,73
Melancia	kg	R\$ 0,82	R\$ 1,06
Melão caipira	kg	R\$ 2,55	R\$ 3,18
Milho Verde	kg	R\$ 3,02	R\$ 3,77
Molho de tomate	kg	R\$ 4,77	R\$ 5,91
Morango	kg	R\$ 8,91	R\$ 10,98
Ovo caipira/branco/vermelho	Dúzia	R\$ 2,40	–
Pão caseiro fatiado ou individual de 50 g	Unidade	R\$ 7,20	R\$ 8,37
Pepino Tomate	kg	R\$ 1,45	R\$ 1,84
Pera	kg	R\$ 2,07	R\$ 2,60
Pêssego	kg	R\$ 3,15	R\$ 3,92
Pimentão	kg	R\$ 1,80	R\$ 2,27
Pinhão	kg	R\$ 3,60	R\$ 4,50
ponkan/murgote/mexe-mexe	kg	R\$ 2,93	R\$ 3,65
Quiabo	kg	3,56	4,43
Quirera	kg	R\$ 1,52	R\$ 1,90
Rabanete	kg	R\$ 1,97	R\$ 2,48
Repolho	kg	R\$ 0,74	R\$ 0,97
Rúcula	kg	R\$ 4,05	R\$ 5,02
Salsinha	kg	R\$ 6,68	R\$ 8,25
Tangerina/	kg	R\$ 1,08	R\$ 1,39
Tomate	kg	R\$ 2,16	R\$ 2,71
Vagem	kg	R\$ 2,36	R\$ 2,95

Fonte: Secretaria de Educação do estado do Paraná – SEED/SUDE, 2015.

Tendo como base esta lista de produtos e considerando a oferta dos produtos da agricultura familiar, que são diferentes em cada região do Estado, são estabelecidos cardápios. Esses cardápios são gerados em um sistema eletrônico, considerando a seguinte programação.

Quadro7. Programação para escolha dos cardápios nas escolas Estaduais do Paraná.

Programação	Característica	Número de Escolas
Pauta 1	80% de cardápio salgado (feijão carioca) 20% cardápio doce.	1.123
Pauta 2	60% de cardápio salgado (feijão carioca) 40% cardápio doce.	270
Pauta 3	40% de cardápio salgado (feijão carioca) 60% cardápio doce.	7
Pauta 4	Cardápios para unidades onde não há infraestrutura para o preparo	338
Pauta 5	80% de cardápio salgado (feijão preto) 20% cardápio doce.	610
Pauta 6	60% de cardápio salgado (feijão preto) 40% cardápio doce.	182
Pauta 7	40% de cardápio salgado (feijão preto) 60% cardápio doce.	14
Pauta 8	Colégio agrícola interno e semi-interno	19
Pauta 9	Alimentação para grupos especiais com dificuldades de deglutição	370

Fonte: Secretaria de Educação do estado do Paraná – SEED. Org. Paz, Lidiane, 2015.

Os administradores da alimentação escolar podem escolher conforme a pauta, o cardápio que atende melhor as necessidades da escola. De acordo com a secretaria de educação, a maioria dos estabelecimentos de ensino do Paraná optam por cardápios com 80% de salgado, feijão carioca e 20% de doce. No sistema eletrônico, estão descritos os produtos, as quantidades, as datas de entrega (quinzenal ou semanal).

Quando os produtos da agricultura familiar chegam às escolas, os administradores da alimentação escolar são responsáveis por orientar os demais profissionais a seguir os seguintes procedimentos:

Verificar a qualidade dos gêneros entregues, seguindo o padrão de qualidade mínimo para o recebimento e armazenamento de gêneros perecíveis da agricultura Familiar. Negando-se a receber os produtos que não estejam de acordo com o padrão de qualidade. Zelar pela boa conservação e utilização dos produtos frescos. Se a quantidade de gêneros alimentícios for excedente, solicitar com antecedência o cancelamento das entregas, através da Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar - CANE, e, caso necessário, efetuar o remanejamento para outro estabelecimento de ensino, antes que ocorram desperdícios. Manter bom relacionamento com as cooperativas/associações de agricultores familiares que serão suas fornecedoras durante todo o ano, relatando eventuais problemas, auxiliando na solução ou apresentando alternativas, promovendo a interação de toda a comunidade escolar com estas entidades. Promover a Educação Nutricional com os escolares, incentivando e priorizando o consumo dos alimentos ofertados pela Agricultura Familiar, utilizando - os em cardápios variados (SEED, 2013, p.3).

Já em relação às obrigações das cooperativas ou associações, elas precisam se atentar quanto ao horário de funcionamento dos estabelecimentos de ensino para realizar as entregas, e no ato da entrega deverá ser emitida 3 (três) vias do comprovante de entrega numerado (romaneio), com todos os campos preenchidos (SEED, 2013).

Para que o pagamento seja efetivado para as associações e cooperativas, são realizados os seguintes procedimentos:

Ao fim do mês, é emitida a nota fiscal mensal por município, totalizando todas as entregas referentes ao mês. A nota fiscal deverá indicar o mês de referência, o tipo de produto, se convencional ou orgânico, a quantidade, o valor unitário, o valor total de cada produto e os números dos respectivos comprovantes de entrega - romaneio de cada estabelecimento de ensino. As notas fiscais, comprovantes de entrega romaneios e certidões não devem conter falhas de impressão ou rasuras; Com base na Lei Estadual nº 15.608 de 16/08/07, todas as notas fiscais de vendas institucionais deverão vir acompanhadas das seguintes certidões negativas de débitos vigentes, juntamente com a nota fiscal e comprovantes de entrega romaneios. Cabe às cooperativas/associações anexar tais certidões às notas; O pagamento só será efetuado se o valor da nota fiscal coincidir com os preços contratados e com a soma dos comprovantes de entrega romaneios. O CNPJ constante da nota fiscal deverá, obrigatoriamente, ser o mesmo indicado no projeto de venda e no contrato. No corpo da nota fiscal deverão estar impressos os dados bancários da Cooperativa/Associação (banco, agência e conta corrente) para depósito e o município a que se refere a nota. Observar, controlar e se responsabilizar pelo limite individual de venda de cada agricultor familiar, para que não ultrapasse o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ano, conforme define e estabelece o Art. 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38/09 alterado pela Resolução/CD/FNDE nº 25, de 4 de julho de 2012 (SEED, 2013, p.5).

Além das obrigações legais das cooperativas e associações para o pagamento, os Núcleos Regionais de Educação também são importantes neste processo, cuja localização e os municípios por eles abrangidos estão nas normativas do estado. O NRE tem a função de conferir todas as notas fiscais, mensais por município, romaneios já assinados pelo responsável de cada estabelecimento de ensino e as certificações. Os romaneios devem ser organizados em ordem numérica crescente.

O NRE deve conferir se todas as notas de pagamento foram lançadas no Sistema da Alimentação Escolar. Após conferir, carimbar e atestar as notas fiscais, com nome legível, RG, cargo, NRE, data e assinatura, encaminhá-las para a Coordenação de Alimentação e Nutrição Escolar - CANE em até três dias úteis após entrega pela Cooperativa/Associação. Se houver algum problema com as notas fiscais como rasuras, falta de dados obrigatórios, o núcleo precisa entrar em contato com a cooperativa ou associação e solicitar a substituição de

acordo com as exigências fiscais vigentes (SEED, 2013). As especificações contidas nos editais que regulam a qualidade mínima dos produtos, bem como os modelos de romaneio ou comprovante de entrega encontram-se na normativa disponibilizada pela SEED em sua página eletrônica.

Outra normativa que rege a alimentação escolar no Paraná, refere-se ao trabalho realizado pelas chamadas “merendeiras”, Elas são importantes no desenvolvimento do PNAE, pois é através delas que os alimentos produzidos no campo chegam até a refeição feita pelos alunos, por vezes a aceitação ou não desses alimentos depende do preparo e criatividade dessas profissionais. Apresentamos na sequência alguns aspectos contidos na normativa do Estado do Paraná para os profissionais que preparam a alimentação escolar, bem como, ressaltamos a sua importância.

## **2.7 O trabalho das merendeiras no Programa de Alimentação Escolar**

As merendeiras são fundamentais no desenvolvimento do PNAE, geralmente elas são responsáveis por todo o processo da alimentação, desde a chegada dos produtos nas escolas até a preparação dos cardápios elaborados por nutricionistas. Além disso, também são responsáveis pela limpeza e distribuição dos alimentos aos alunos. Deste modo, elas podem ser receptivas ou não a determinados produtos, influenciando na comercialização dos mesmos.

A partir da Lei 11.947/2009 modificaram-se alguns aspectos importantes no preparo dos alimentos. Anteriormente a Lei, os produtos eram industrializados e preparados de forma quase instantânea, com a obrigatoriedade das aquisições de produtos da agricultura familiar, alguns produtos passaram a ser *in natura*, o que requer maior atenção desde o momento da entrega desses produtos pelas cooperativas, até a oferta dos alimentos para os alunos.

Por um lado, através da preparação dos alimentos podem ser criados determinados hábitos alimentares na escola, e através de orientação, incentivar o consumo de produtos mais saudáveis do ponto de vista nutricional. Por outro lado, como vimos, muitas empresas tem interesse em disseminar seus produtos através da alimentação escolar, tendo ainda como atrativo o fácil preparo dos alimentos.

Ao incentivar que esse mercado industrial se consolide na alimentação escolar, deixam de contribuir com o fortalecimento dos hábitos alimentares locais de produtos *in natura*, e conseqüentemente isso interfere na economia local, uma vez que os alunos são futuros consumidores potenciais.

Nos trabalhos de campo realizados nessa pesquisa, houve o relato por parte de alguns professores, de que a merenda não estava sendo elaborada de maneira satisfatória, de modo a não estar apetitosa aos alunos e professores. As questões de gosto são relativas, o que é extremamente apetitoso para alguns pode ser desagradável a outros. Mas de fato, cozinhar não é uma tarefa a ser desempenhada por atribuição de um concurso público, segundo normativa do Núcleo de educação, é necessário escolher dentro dos profissionais habilitados, aqueles que possuem aptidão para desenvolver a função de merendeira (o).

Os manipuladores de alimentos devem ser designados pela direção, de acordo com o perfil apresentado para a função, que inclui elaboração de cardápios, receitas, preparo e servimento dos alimentos. Fazer uso do uniforme limpo e sapatos fechados é obrigatório aos manipuladores. Devem seguir o procedimento de lavagem de mãos conforme “instruções para lavar as mãos corretamente”, afixada no local onde os manipuladores efetuam a lavagem das mãos. Devem manter as unhas limpas, curtas e sem esmalte. É proibido o uso de maquiagem, perfumes, e todo tipo de adornos como: anéis, alianças, relógios, brincos, colares, pulseiras, entre outros (Instrução Normativa, 2013).

É de responsabilidade das merendeiras, durante a manipulação de alimentos, registrar as saídas do estoque, bem como, o número de refeições servidas diariamente, manter limpos os locais de preparação e armazenamento dos alimentos, bem como, os utensílios utilizados na preparação e servimento dos alimentos. Caso o manipulador de alimentos seja acometido por alguma doença transmissível (tais como resfriado, diarreia, gripe), ou apresente lesões nas mãos, deverá ser afastado das funções e substituído por outro profissional. É proibido aos merendeiros, e outros funcionários da escola, preparar alimentos ou prestar serviço à Cantina Comercial (Instrução normativa, 2013).

Durante o acompanhamento das entregas de produtos pela COOPAFI às escolas, foi possível observar que a infraestrutura das cozinhas das escolas estaduais e municipais encontram-se em perfeito estado de manutenção, todas se apresentavam limpas e organizadas, com equipamentos adequados. Todas as profissionais que receberam os produtos fizeram a conferência e assinaram o romaneio, seguindo as instruções. Também percebemos o cardápio fixado na cozinha o que supõe que estes cardápios são seguidos, e assim existe uma maior qualidade nas refeições oferecidas aos alunos.

Tendo em vista o exposto, quanto ao desenvolvimento do PNAE em suas características mais gerais no Brasil e no Estado do Paraná, torna-se necessário, para atingir os propósitos da pesquisa, particularizar o seu andamento nas Escolas Públicas Estaduais e Municipais no Município de Francisco Beltrão.

### Capítulo III

## O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR

No decorrer da pesquisa, percebemos que o desenvolvimento do PNAE no Município de Francisco Beltrão, resulta em uma rede, que é geográfica e social, constituída também pela circulação e pela informação, uma vez que envolve em um mesmo Programa o campo e a cidade, o local, o regional e o nacional, a circulação dos produtos e a transmissão de informações, a partir de diferentes formas de saberes. Por esse motivo, utilizamos o conceito das redes geográficas para melhor compreender como acontece o desenvolvimento do PNAE no Município de Francisco Beltrão, que para Corrêa podem ser definidas:

As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum (CORRÊA, 2011 p.200)

A rede social, torna-se geográfica a partir do momento em que essas relações ocupam ou manifestam-se em um determinado espaço.

Os fluxos no âmbito da rede são intensos e diferenciados, qualitativa e quantitativamente, envolvendo informações, capital, pessoas e mercadorias. Nessa rede geográfica há uma divisão territorial do poder e do trabalho, apresentando-se os seus centros tanto hierarquizados como complementares entre si. (CORRÊA, 2011, p. 202).

Assim como também são uma expressão de relações de poder, as quais podem ser identificadas no PNAE, na medida em que a maior parte dos recursos permanece favorecendo as indústrias ou agroindústrias capitalistas, as quais possuem maior poder político, e nas suas relações comerciais, inclusive no que se refere ao mercado institucional. Já os produtos *in natura* fornecidos pelos agricultores familiares ficam com a menor parte na divisão dos recursos.

Essas relações de poder acabam por limitar a participação da agricultura familiar no PNAE, por outro lado, estes necessitam outras opções para comercialização da produção, de modo que percebemos em Francisco Beltrão, que essas outras alternativas inserem a produção familiar (dos cooperados da COOPAFI) nos chamados circuitos curtos de comercialização,

embora, o trabalho de campo possibilitou compreender que nem todos os agricultores se inserem nesta forma de comercialização.

Apesar de sua esfera nacional, de certa maneira é uma forma de comercialização em circuitos curtos, pois ocorre a partir das relações de redes locais. No Município de Francisco Beltrão o programa se subdivide em duas esferas, a Municipal e a Estadual. Como foi mencionado, a partir de 1994, com o processo de descentralização do PNAE, os Estados e os Municípios passaram a responsabilizar-se gradativamente, cada qual pela modalidade que os compete, sendo as escolas e CMEIs públicos municipais de incumbência das Prefeituras, e as escolas públicas estaduais sob a responsabilidade dos estados.

Deste modo, as considerações a seguir, iniciam com o desenvolvimento do PNAE em relação às escolas estaduais. Nesta esfera o nível de detalhamento foi menor, pois todo o processo burocrático está centralizado na Secretaria de Educação do Paraná (SEED) e não no núcleo regional de educação, o qual compete apenas uma parte do processo, como mencionado anteriormente. Sendo que, a forma de controle do Estado do Paraná e do Município de Francisco Beltrão são bem distintas, conforme apresentaremos a seguir.

### **3.1. O processo de desenvolvimento do PNAE nas Escolas Públicas Estaduais do Município de Francisco Beltrão**

O número de alunos atendidos pelo PNAE via Estado do Paraná, no Município de Francisco Beltrão, foi em 2014 de 8.597 alunos, em 20 estabelecimentos de ensino. As aquisições de produtos da agricultura familiar para as escolas estaduais são realizadas somente através de cooperativas, segundo a Responsável Técnica<sup>9</sup>, porque isso facilita o processo de pagamento, controle e aquisição dos produtos.

A COOPAFI, atualmente, é a principal Cooperativa que comercializa produtos de origem vegetal e panificados para o PNAE, como: alface, acelga, almeirão, rúcula, chuchu, cenoura, couve manteiga, brócolis, mandioca, batata-doce, cheiro-verde, abóboras, banana e repolho, cujos preços já foram referenciados no quadro 6.

A entrega dos produtos é realizada nas terças-feiras, quando cada escola recebe o que foi estabelecido previamente, seguindo o cardápio escolhido pela mesma. Ao receber os produtos, a responsável pela “merenda” no estabelecimento assina o romaneio de entrega. Os administradores de cada instituição de ensino enviam o relatório de compra dos produtos para

---

<sup>9</sup> A responsável técnica pelo PNAE no Estado do Paraná disponibilizou as informações através de informações por e-mail.

o Núcleo Regional de Educação, o qual o confere e repassa à SEED, que deposita o valor das comercializações diretamente na conta bancária da Cooperativa, a qual tem a responsabilidade de realizar os pagamentos aos agricultores em sua sede.

A seguir, na tabela 4, é possível verificar as aquisições para a alimentação escolar no Município de Francisco Beltrão, destinadas às escolas estaduais:

Tabela 4. Aquisições de produtos alimentícios para alimentação escolar em escolas estaduais no Município de Francisco Beltrão 2011 - 2014.

Aquisições PNAE - Mercado Convencional				
Período	Gêneros alimentícios (Kg)	Número de itens	Recursos	Percentual (%)*
2011	83.071.920	54	383.745, 29	59,61%
2012	141.799.640	69	762.459, 83	61,21%
2013	95.237.040	52	523.240, 32	72,19%
2014	105.351.280	56	631.762, 99	67,11%
<b>Total</b>	<b>425.459.880</b>	<b>231</b>	<b>2.301.208, 43</b>	
Aquisições PNAE – Agricultura Familiar				
2011	20.616	6	71.059,34	11,05 %
2012	43.552	8	206.662,40	16,59%
2013	58.661	26	201.506,85	<b>27,80%</b>
2014	106.593	35	309.578,48	32,88%
<b>Total</b>	<b>229.422</b>	<b>75</b>	<b>788.807,07</b>	
Aquisições PNAE – Agricultura Familiar / Congelados				
2011	18.329.400	9	188.77,08	29,25 %
2012	31.116	12	276.378,00	22,19%
<b>Total</b>	<b>49.445,4</b>	<b>21</b>	<b>465.148,08</b>	

Fonte SEED –PR – Org. Paz, Lidiane, 2015. \* Em relação ao valor total.

Os dados apresentados na tabela 4 demonstram o aumento progressivo do número de produtos adquiridos, que passou de 6 itens em 2011 para 75 em 2014. Em relação aos recursos, em 2011 e 2012 os valores agregados aos produtos congelados da agricultura familiar, somados aos demais produtos por ela produzidos resultaram em 40,3% e 38,78%. A partir de 2013, os produtos congelados, que possuem notadamente maior valor, deixam de ser

comercializados pela agricultura familiar, que neste ano não atinge os 30% minimamente definidos por Lei. Em 2014, embora não sejam comercializados produtos congelados, as comercializações da agricultura familiar ficam em 32,88%.

De acordo com Três (2015) *“os agricultores da Cooperativa são pequenos, se tivesse maior produção venderia mais, mas a maioria cultiva o que vem mais rápido, como as hortaliças, daí cada um entrega um pouquinho”*. Embora a pesquisa de campo tenha revelado que existe potencial para produção, mas não há o crescimento da demanda pelos produtos, nos programas institucionais.

Ao consultar as informações referentes à alimentação escolar, por escola estadual no Município, através da página eletrônica da SEED, foram constatadas algumas contradições que prejudicam a comercialização de produtos da agricultura familiar. Todas as escolas estaduais foram analisadas, porém, selecionamos a Escola Estadual Paulo Freire, a qual localiza-se no Assentamento Missões, comunidade rural do Município.

O quadro 8 refere-se a aquisição de produtos para a alimentação escolar no ano de 2014, para atender a 153 alunos matriculados. As aquisições nas demais escolas diferem-se apenas nas quantidades adquiridas.

Quadro 8 – Produtos adquiridos pela Escola Estadual Paulo Freire em 2014.

Nome do alimento	Quantidade	Unidade	Valor (R\$)	Percentual %
achocolatado em pó	24,000	Kg	67,68	0,58
açúcar cristal	80,000	Kg	129,60	1,11
açúcar refinado	100,000	Kg	172,00	1,4
alho triturado	32,000	Kg	182,72	1,57
almondega de frango	24,000	Kg	222,72	1,91
arroz parabolizado	180,000	Kg	306,00	2,63
arroz polido	100,000	Kg	149,00	1,28
aveia em flocos finos	10,000	Kg	40,00	0,34
barra de biscoito recheada	21,600	Kg	351,43	3,02
barra de cereais	18,000	Kg	297,00	2,55
barra de cereais c/ chocolate	18,000	Kg	250,74	2,15
barra de frutas	17,280	Kg	259,20	2,23
biscoito cookie aveia e mel (emb indiv)	24,000	Kg	148,32	1,27
biscoito cookie baunilha (emb indiv)	24,000	Kg	169,20	1,45
biscoito cookie chocolate (emb indiv)	18,000	Kg	129,60	1,11
biscoito cookie integral c/ castanha do para	24,000	Kg	191,04	1,64
biscoito cream cracker	28,800	Kg	118,08	1,01

biscoito cream cracker c/ gergelim	16,800	Kg	89,04	0,76
biscoito glaceado sabor chocolate	14,000	Kg	51,80	0,44
biscoito maisena	14,400	Kg	45,94	0,39
biscoito polvilho	20,000	Kg	123,20	1,06
biscoito rosquinha chocolate (emb indiv)	19,920	Kg	113,94	0,98
biscoito rosquinha leite (emb indiv)	19,920	Kg	119,12	1,02
bolo de laranja (mistura em pó)	12,000	Kg	53,16	0,45
bolo de milho c/ flocos de goiaba (mistura em pó)	10,000	Kg	47,50	0,40
bolo tipo mármore (mistura para preparo em pó)	12,000	Kg	85,20	0,73
<b>canjica branca cozida c/ sachê de leite em pó</b>	33,600	Kg	323,90	2,78
Canjiquinha	40,000	Kg	44,00	0,37
<b>Carne bovina cozida curada (lata)</b>	24,000	Kg	503,76	4,32
<b>Carne bovina cozida (pouch)<sup>10</sup></b>	24,000	Kg	357,36	3,07
<b>Carne de peito de frango (pouch)</b>	21,600	Kg	297,86	2,5
<b>carne suína cozida (lata)</b>	12,000	Kg	175,08	1,5
<b>cebola em flocos</b>	18,000	Kg	178,02	1,53
cereal de milho esférico - chocolate branco	20,000	Kg	110,40	0,95
cereal de milho flocado chocolate	10,000	Kg	53,10	0,45
cereal de milho natural	30,000	Kg	149,70	1,28
composto lácteo café c/ leite (sólido)	24,000	Kg	247,20	2,12
composto lácteo chocolate (sólido)	24,000	Kg	231,60	1,99
composto lácteo coco (sólido)	24,000	Kg	235,68	2,02
composto lácteo morango (sólido)	24,000	Kg	233,28	2,00
doce de leite	8,000	Kg	43,60	0,37
ervilha em conserva	19,920	Kg	89,44	0,76
extrato de tomate concentrado	21,120	Kg	79,62	0,68
farinha de milho flocada (biju)	24,000	Kg	34,80	0,29
<b>feijão preto cozido (lata)</b>	201,600	Kg	1653,12	14,22
fubá de milho comum	40,000	Kg	37,60	0,32
Granola	20,000	Kg	111,80	0,96
<b>leite em pó integral instantâneo</b>	80,000	Kg	1040,00	8,95
macarrão caracollini - grano duro	36,000	Kg	163,44	1,40
macarrão conchinha - grano duro	24,000	Kg	108,96	0,93
macarrão espaguete - grano duro	48,000	Kg	163,20	1,40

<sup>10</sup>Pouch - O pouch é um prato pronto para o consumo, não necessita de refrigeração, bastando apenas aquecer (descrição fornecida pela empresa JBS, 2015, uma das fornecedoras desses produtos para a alimentação escolar).

macarrão parafuso c/ vegetais - grano duro	60,000	Kg	228,60	1,96
macarrão penne - grano duro	12,000	Kg	42,84	0,36
<b>milho verde em conserva</b>	39,840	Kg	162,55	1,39
molho de tomate	40,800	Kg	102,82	0,88
óleo de soja refinado	80,000	Litros	224,00	1,92
<b>purê de batatas (mistura para preparo)</b>	24,000	Kg	171,84	1,47
saborizador para leite – morango	24,000	Kg	85,92	0,73
sal não refinado (marinho)	30,000	Kg	18,90	0,16
Total	<b>2.045,200</b>	Kg	<b>11.617, 22</b>	<b>100%</b>

Fonte: SEED em números, 2014. Org. Paz, Lidiane. 2015. (Grifo meu)

Conforme é apresentado no quadro, não há qualquer menção aos produtos da agricultura familiar. A maioria dos produtos são industrializados. Os produtos grifados chamam a atenção porque poderiam ser adquiridos *in natura* no Município. A aquisição de produtos como carnes enlatadas, feijão enlatado, leite instantâneo, purê de batatas instantâneo, favorece as grandes indústrias no mercado institucional e não as agroindústrias e os produtores familiares.

Em relação à carne enlatada, não obtivemos respostas quanto a empresa fornecedora deste tipo de produto em Francisco Beltrão. Porém, uma das empresas que fornece para todo o Brasil é a JBS, empresa brasileira com grande expansão internacional que atua na produção de bovinos, aves, produtos de limpeza, pet, biodiesel e colágeno.

Notamos que a agricultura familiar poderia comercializar grande parte desses produtos, mas não o faz, sendo que, por um lado, a Cooperativa não possui estrutura suficiente para essa produção, não possui nenhum dos produtos grifados, para comercializar. Por outro lado, a preferência por produtos enlatados e instantâneos pode estar associada à facilidade de preparo das refeições para os escolares.

Sendo essa uma situação contraditória, ao considerarmos a importância da agricultura familiar na região, ainda mais se considerarmos os valores pagos por esses produtos. No caso do feijão preto, o valor pago é de R\$ 8,20/Kg, o que representa o dobro do valor pago para o feijão preto *in natura* se fosse adquirido da agricultura familiar, conforme mostra o quadro 08. Essa tabela explica a baixa participação da COOPAFI nas comercializações para o Estado, e evidencia que o discurso apresentado pela SEED é um tanto quanto controverso. O feijão que é um dos alimentos citados por representar os hábitos alimentares regionais, sendo diferenciado o consumo do feijão preto e do feijão carioca de acordo com a região, e este é enlatado, ao menos em nossa área de estudo.

Em resumo, podemos dizer que o PNAE continua a privilegiar grandes empresas, como é o caso da JBS. Deste modo há uma perda significativa na qualidade e nos hábitos alimentares, sendo que os produtos da agricultura familiar são utilizados apenas como uma complementação. A grande maioria das cooperativas não consegue comercializar carnes, devido ao alto custo de produção e exigências cada vez mais específicas como é o caso da COOPAFI de Francisco Beltrão.

Na sequência, podemos analisar como acontece o desenvolvimento do PNAE nas escolas e CMEIs públicos municipais de Francisco Beltrão – PR.

### **3.2 - O processo de desenvolvimento do PNAE nas Escolas Públicas Municipais de Francisco Beltrão**

As aquisições de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar no Município de Francisco Beltrão, até a instituição da Lei 11.947 em junho de 2009, não existiam, todos os produtos eram adquiridos por pregão eletrônico. As aquisições de produtos da agricultura familiar iniciaram em 2010, mas não havia uma organização e regularidade para essas aquisições, estavam adaptando-se a exigência da Lei, buscando também a mobilização dos agricultores.

A regularização das compras se deu a partir de 2011, com a chamada pública, que dispõe das especificações dos produtos, sem a necessidade de licitação para a aquisição de alimentos. A partir da chamada pública, as cooperativas, associações ou agricultores familiares podem elaborar um projeto de venda para atender as necessidades contidas na chamada pública. Após a divulgação do resultado, os responsáveis pelos projetos levam até a responsável técnica uma amostra dos produtos que serão comercializados, para que a equipe técnica, composta por duas nutricionistas, ateste a qualidade dos produtos e verifique se eles estão dentro das especificações contidas na chamada.

Os projetos de venda da COOPAFI foram aprovados no período entre o final de 2011 e 2015, sendo assim, nesse tempo a Cooperativa foi responsável por fornecer produtos alimentícios para o PNAE, principalmente de origem vegetal e panificados, sendo que, a COOPAFI comercializa através de DAP jurídica. Outros produtos, como queijo, leite, carnes e peixes, são adquiridos diretamente dos agricultores familiares, através da DAP familiar individual ou informal, como pode ser observado no chamamento público (anexo 4). Isso

ocorre porque a Cooperativa não possui infraestrutura suficiente para atender as especificações sanitárias, como a pasteurização do leite e as certificações das carnes e peixes.

### 3.2.1 Alunos beneficiados pelo PNAE nas Escolas Municipais de Francisco Beltrão

São atendidos 8.905 alunos na rede Municipal de Ensino. A tabela a seguir mostra a distribuição do alunado da rede pública Municipal de Francisco Beltrão:

Tabela 5 - Alunado por modalidade de Ensino de Francisco Beltrão em 2015.

Alunos por Modalidade/ Período	Parcial	Integral	Total de alunos
CMEIs	10	1.120	1.130
Pré-Escola	799	618	1.417
Séries iniciais do Ensino Fundamental	4.928	752	5.680
Atendimento Educacional Especializado	95	–	95
EJA	362	–	362
Programa Mais educação	221	–	221
Total de alunos			8.905

Fonte: PNAE WEB, 2015. Org. Paz, Lidiane. 2015

A alimentação escolar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, e a operacionalização do PNAE dentro da secretaria é incumbência da nutricionista que elabora os cardápios para as escolas, segundo ela, priorizando sempre os hábitos alimentares regionais e a qualidade nutricional da alimentação dos educandos. Os cardápios são elaborados pela nutricionista responsável, Joelen Raiana Favero, de acordo com a faixa etária dos alunos, que vai dos 6 meses até os 10 anos, em média, quando os alunos terminam o 5º ano do Ensino Fundamental.

Esses cardápios possuem de 3 a 5 opções que podem ser escolhidas pelas escolas, dependendo das necessidades dos escolares atendidos e da disponibilidade dos produtos. Outro ponto importante que é levado em consideração é a sazonalidade dos produtos, sendo que pode haver substituições de produtos que pertencem ao mesmo grupo nutricional. Os cardápios podem ser observados no anexo 5.

A nutricionista também é responsável por realizar visitas nas escolas e CMEIs, para verificar a qualidade dos alimentos, bem como, para orientação, fiscalização e controle da alimentação escolar. Esse trabalho é complementado pelo CAE municipal. A partir da elaboração do cardápio, é publicada a chamada pública, em que é especificado “o tipo dos produtos”, suas características principais, as quantidades e o valor que será pago a cada produto, como pode ser verificado no anexo 4. Os valores pagos pelos produtos são definidos

a partir de uma média regional, sendo este valor maior do que os preços praticados pela CONAB.

Os estabelecimentos de ensino público municipal seguem a distribuição apresentada no quadro 9:

Quadro 9 – Roteiro de alimentação por modalidade de Ensino

Modalidade de Ensino/ Número de estabelecimentos	Estabelecimentos	Roteiro de alimentação
CMEIs / 16	Betinho, Carrossel, Ivanir, Pequeno Príncipe, Marli, Sonho Meu, Zelir V., Mundo Encantado, Idalino R., Delfo F., Nancy Pereira de Moraes, Cantinho do céu, Nice Braga, Dalva Claus, Diva Martins e Tio Dídio.	Café da manhã Almoço e mais 3 lanches
Escolas Municipais / 10	São Cristovão, Prof. Pedro Algeri, Bom Pastor, Frei Deodato, Quinze de Outubro, Rubens A. Bonatto, Germano Meyer, Profª Mª Helena Vandresen e Profª Basso Dellani.	Lanche
Escolas Municipais de Período Integral / 5	Francisco Manoel da Silva, Higino Antunes Pires Neto, Madre Boaventura, Nossa Senhora do Sagrado Coração e Recanto Feliz.	Café da manhã Almoço Lanche
Escolas Municipais do Campo / 7	Parigot de Souza, Eпитácio Pessoa, Deni L. Schwartz, Basílio Tietcher, Juscelino Kubischek, Irmão Cirilo, Nª Sra de Fátima.	Café da manhã Lanche
Outros / 2	PROERD e Educação de Jovens e Adultos Padre Úrico.	Lanche
Total = 40 estabelecimentos		

Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Org. Paz, Lidiane, 2015.

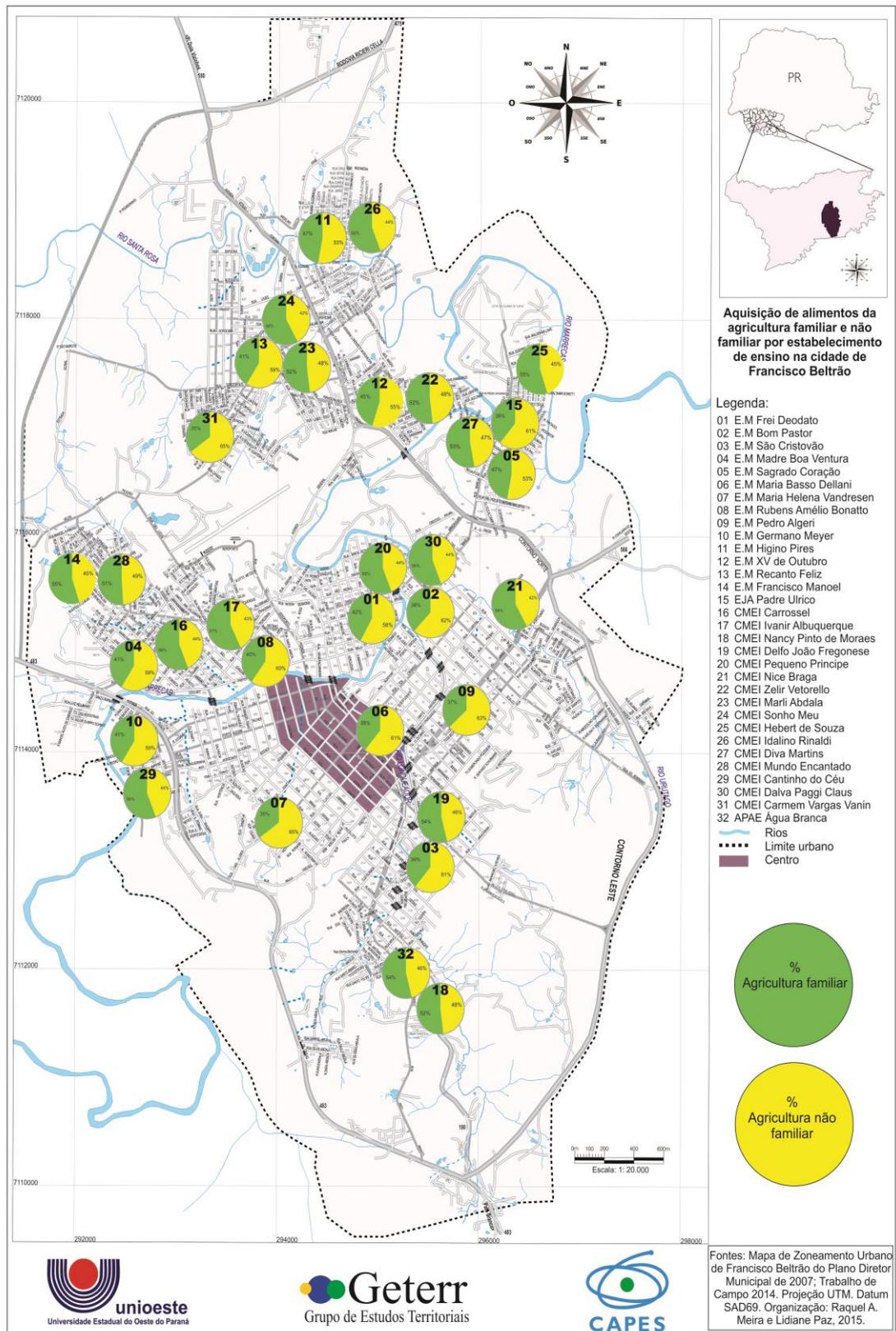
Os produtos são distribuídos pela Cooperativa nas escolas e CMEIs, considerando o número de alunos *per capita* e a localização da instituição de ensino. Segundo a responsável pelo Programa, existem diferenças de consumo em áreas mais periféricas do Município, em relação à área central. Ainda de acordo com a responsável pelo Programa, como as escolas e CMEIs podem optar pelo cardápio mais adequado às necessidades de seus alunos, ou ainda,

realizar substituições quando falta algum produto, existem variações no consumo dos produtos da agricultura familiar.

No mapa 3 é possível verificar a variação de consumo nos estabelecimentos educacionais de Francisco Beltrão. Porém, para analisar o mapa é preciso considerar que algumas dessas instituições são integrais e localizam-se em bairros identificados com uma situação socioeconômica vulnerável, assim, o consumo de alimentos nessas escolas é maior. A localização delas em localidades mais pobres do Município é uma estratégia para garantir a alimentação das crianças que ali vivem, assim como, uma estratégia para que essas crianças tenham uma atividade enquanto os pais trabalham.

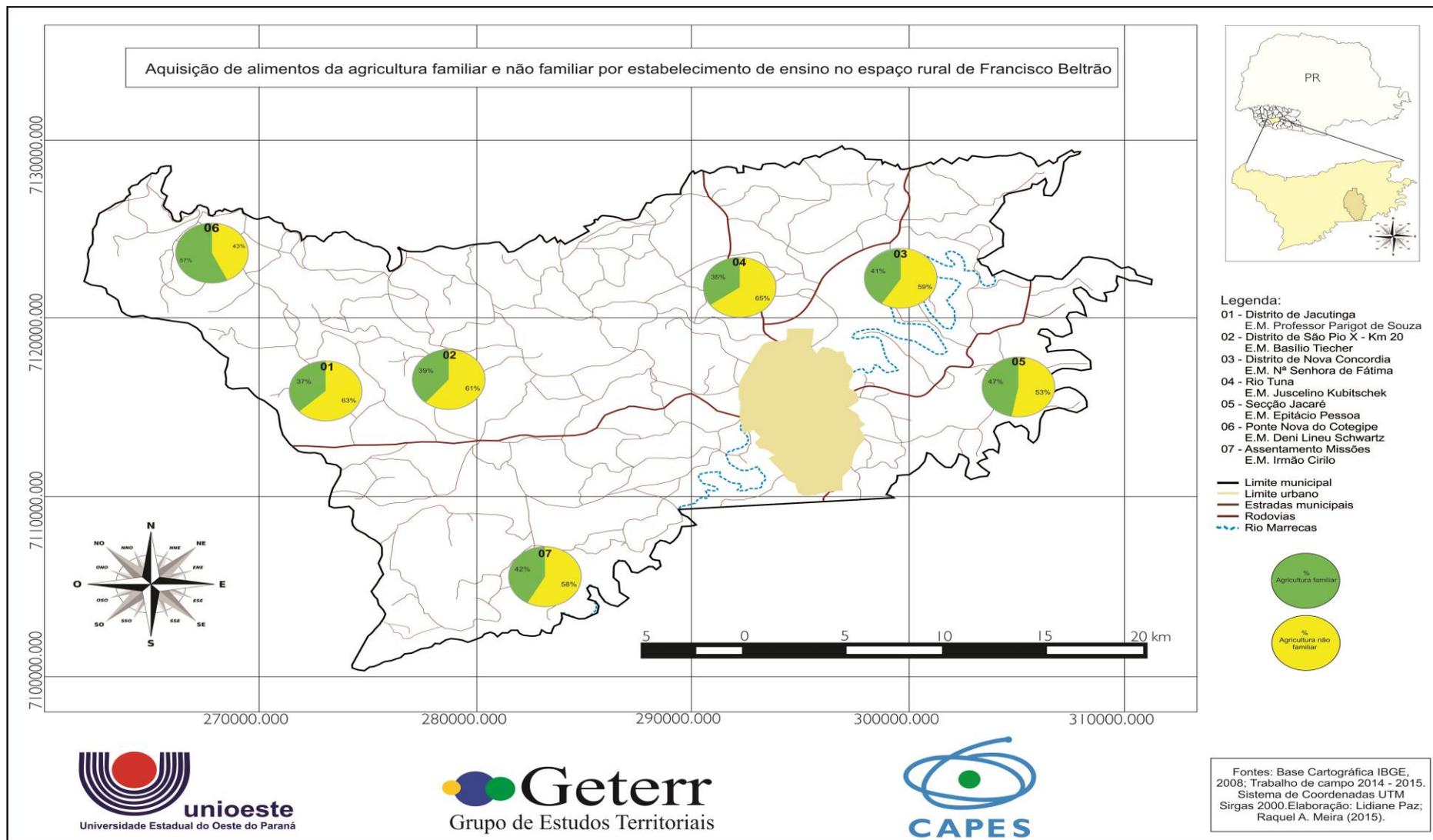
As escolas localizadas no centro, não são de período integral, e o alunado se constitui de crianças que possuem uma condição socioeconômica favorável, ou seja, não falta alimentação em casa. Neste contexto, identifica-se o consumo maior de produtos processados, como bolachas e chás, pão com doce, frutas, diferente das escolas citadas anteriormente, onde a oferta de alimentos em casa é menor.

O mapa demonstra essa diferenciação de consumo, na Escola São Cristovão que fica no bairro de mesmo nome, um dos mais valorizados no setor imobiliário de Francisco Beltrão, o consumo de produtos da agricultura familiar é de apenas 38%, na Escola Maria Helena Vandresen, localizada no centro da cidade, o consumo é de apenas 35%. De modo geral, os produtos da agricultura familiar são menos consumidos do que os produtos processados, mas, o mapa 3 também evidencia que à medida em que a localização das escolas se afasta do centro, maior é o consumo dos produtos da agricultura familiar.



Mapa 3 – Aquisição de alimentos da agricultura familiar e não familiar por estabelecimento de ensino na cidade de Francisco Beltrão.





Mapa 4: Aquisição de alimentos da agricultura familiar e não familiar por estabelecimento de ensino no espaço rural de Francisco Beltrão.

No mapa 4 é possível identificar as escolas municipais do campo, nessas escolas o consumo de alimentos da agricultura familiar é maior do que nas escolas da cidade, conforme mostram os dados.

É importante ressaltar que ao evidenciar um consumo superior de alimentos industrializados, isso sugere que os hábitos alimentares que estão sendo incentivados são associados a esses produtos, o que causa perda em relação à cultura alimentar e a qualidade da alimentação, sendo que, de acordo com os princípios do PNAE, deveriam ser estimulados projetos escolares para incentivar bons hábitos alimentares.

### 3.3 Recursos financeiros disponibilizados pelo FNDE para as Escolas Públicas Municipais de Francisco Beltrão

Como vimos, os recursos financeiros são repassados pelo FNDE aos municípios, para a aquisição de produtos alimentícios para o PNAE. Em relação ao Município de Francisco Beltrão, podemos analisar como esses recursos são distribuídos, considerando a modalidade de ensino, como mostra a tabela 6.

Tabela 6 - Recursos do FNDE disponibilizados por modalidade de ensino para o Município de Francisco Beltrão.

Modalidade/ Período	2012	2013	2014
Atendimento Educacional especializado	-	R\$ 12.500,00	R\$ 26.900,00
Creche	R\$ 153.384,00	R\$ 248.800,00	R\$ 239.200,00
EJA	R\$ 7.020,00	R\$ 14.880,00	R\$ 17.460,00
Mais Educação	R\$ 340.200,00	R\$ 350.580,00	R\$ 444.240,00
Pré – Escola	R\$ 129.948,00	R\$ 179.200,00	R\$ 189.100,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 630.552,000</b>	<b>R\$ 805.960,00</b>	<b>R\$ 916.900,00</b>

Fonte: FNDE/ Recursos, 2015. Org. Paz, Lidiane. 2015.

Como podemos observar, houve um aumento em relação às modalidades de ensino atendidas e também no valor total dos recursos, que passou de 630.552,000 em 2012 para 916.900,00 em 2014, um aumento de 57%, o que demonstra que houve, assim como a nível estadual e nacional, um aumento significativo de recursos no âmbito municipal, com a finalidade de alimentação escolar, e mostra a evolução do Programa.

Na tabela 7 apresentamos os recursos do FNDE que foram repassados para a Prefeitura de Francisco Beltrão, em que relacionamos o valor total de recursos do FNDE, o valor total da agricultura familiar e a contrapartida da Prefeitura, na aplicação de recursos livres.

Tabela 7 – Relação entre os recursos FNDE e o percentual de aquisições da A.F em Francisco Beltrão de 2010 a 2014.

Ano	Recursos FNDE	Total A.F	Percentual A.F	Recursos Livres
2010	R\$ 572.807,42	R\$ 194.754,38	34%	Não aplicados
2011	R\$ 559.783,09	R\$ 307.880,50	55%	Não aplicados
2012	R\$ 631.980,13	R\$ 353.908,80	56%	Não aplicados
2013	R\$ 808.594,11	R\$ 706.013,15	76%	R\$ 91.481,63
2014	R\$ 831.157,46	R\$ 901.402,69	71%	R\$ 304.720,45
Total	R\$ 3.404.322,21	R\$ 2.463.959,52	_____	R\$ 396.202,08

Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.Org. Paz, Lidiane. 2015.

\* A diferença de valores nos recursos do FNDE entre as tabelas 6 e 7 referem-se a correções de rendimento bancário.

De acordo com a tabela 7, o Município de Francisco Beltrão aumentou o valor das aquisições da agricultura familiar de 34% para 71%, passando de um valor de 194.754,38 para 901.402.959,52. Sendo que, houve o aumento do atendimento no número de refeições para os alunos porque aumentaram as escolas com atendimento integral.

3.3.1 – A distribuição dos recursos nas comercializações realizadas pela COOPAFI e por DAP individuais.

O acréscimo monetário de recursos disponibilizados para o PNAE poderia representar a ascensão financeira da Cooperativa e de seus cooperados, porém, a tabela 9 considera os agricultores familiares que comercializam com DAP individual e os que comercializam pela COOPAFI, ou seja, a agricultura familiar como um todo. Deste modo, de acordo com os objetivos da pesquisa, a qual relaciona as comercializações da agricultura familiar a COOPAFI, delimitamos o percentual de recursos que referem-se somente a Cooperativa, como podemos observar na tabela 8.

Tabela 8 – Participação da COOPAFI nas comercializações da Agricultura Familiar em Francisco Beltrão de 2011 a 2014.

Período	2011	2012	2013	2014	Total
Participação da COOPAFI nas aquisições de alimentos	35.539,80 18,25 %	95.221,90 30,93%	243.957,700 68,93%	296.145,38 34,55%	<b>670.864,78</b> <b>27,23%</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Org. Paz, Lidiane. 2015.

Como é apresentado na tabela 8, considerando os anos em que houve a aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar nas escolas municipais, é possível observar que a COOPAFI em 2011 comercializou apenas 18,25% do total da agricultura familiar. Em 2012 houve um crescimento de 12,68% no valor obtido em comercializações da Cooperativa para o PNAE. Esse crescimento foi ainda maior em 2013, chegando a 68,93%, um aumento de 38% em relação a 2012. Já em 2014 o valor comercializado pela COOPAFI voltou a decrescer em 34,38% em relação ao ano anterior. No total do valor comercializado pela agricultura familiar, nos quatro anos estudados, a Cooperativa foi responsável por 27,23%.

Em relação às aquisições dos produtos, percebemos que no ano de 2014, 48% do valor total foram destinados à compra de produtos da agricultura familiar, e 52% foram para aquisições de produtos em mercado convencional. Ao considerarmos o valor total das aquisições, 13% foram compras da COOPAFI e 35% de agricultores familiares com DAP individual.

Considerando que estamos tratando de valores monetários e não de quantidade de produtos, é possível compreender que os produtos adquiridos de produtores individuais possuem um maior valor agregado, pois são produtos processados, leite pasteurizado, queijo, bebidas lácteas, carnes etc. Do valor referente a todas as compras de produtos da agricultura familiar 27,23% é o que representa a COOPAFI e 73% são dos agricultores familiares individuais, esses dados evidenciam que o PNAE tem proporcionado maior volume monetário aos agricultores que comercializam através de DAP individual, portanto, aqueles que já são mais capitalizados.

Podemos observar no gráfico 9 como ocorrem as aquisições dos alimentos pela Prefeitura de Francisco Beltrão, considerando o mercado convencional e a agricultura familiar:

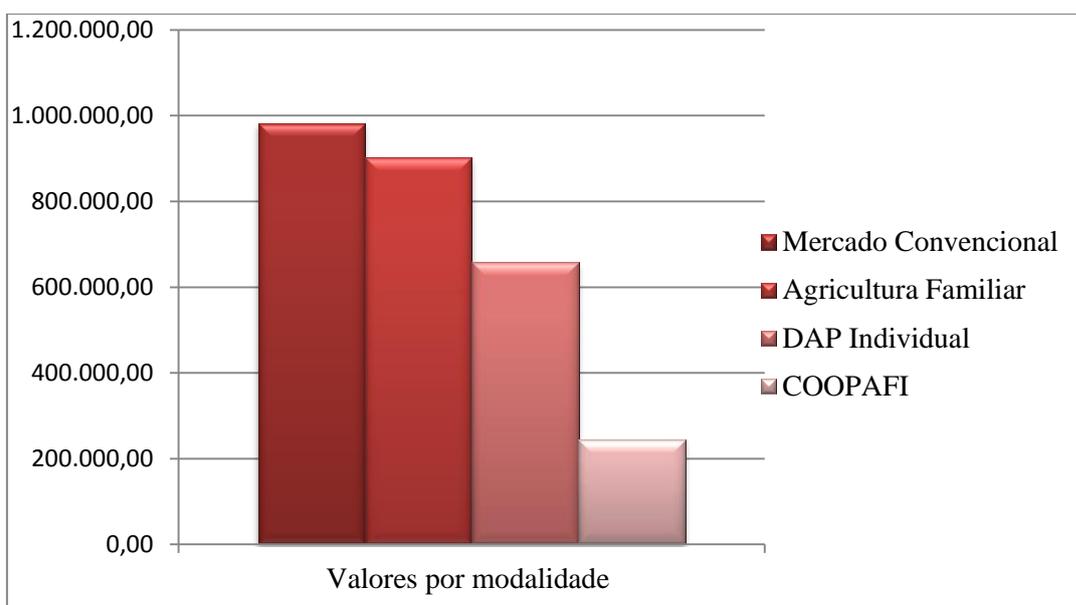


Gráfico 9- Aquisições de alimentos no mercado convencional e agricultura familiar em Francisco Beltrão em 2014.

Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Paz, Lidiane, 2015.

Os dados apresentados no gráfico 09 são referentes a 2014, nesse ano, o registro de aquisições de produtos da Agricultura Familiar foi o maior, desde o início de sua execução em 2011. De acordo com os dados apresentados e análise das chamadas públicas realizadas em 2014 (anexo 1), é possível identificar que os agricultores com DAP individual têm obtido um rendimento acima da média dos agricultores cooperados.

Considerando as 35 famílias da Cooperativa, e os valores mencionados na tabela 8, estas teriam uma média de comercialização de R\$6.946,00 ao ano (usando como referência 2014). Para os agricultores que comercializaram com DAP individual essa média foi de R\$ 43.886.

Conforme especificado na chamada pública Nº 001/2014 (Anexo 4), o item 01 segue as seguintes especificações: “Leite pasteurizado tipo “C”, com indicação na embalagem do número do registro no Sim - Serviço de Inspeção Municipal e rotulagem nutricional conforme legislação vigente” (Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2014). Nesse chamamento público foram solicitados 80.000 litros de leite ao valor de R\$ 1,50 o litro, somando um total de R\$ 120.000, sendo o contrato de 6 meses. Segundo o resultado final do chamamento público, a aquisição desse alimento foi comercializada por 2 agricultores. No endereço eletrônico <https://www.fnnde.gov.br/sigefweb>, é possível verificar o extrato de todos os depósitos realizados pelo FNDE em conta corrente da Prefeitura Municipal de Francisco

Beltrão, em que são discriminados todos os fornecedores do PNAE, bem como os valores creditados em suas contas.

Os produtos não perecíveis são aqueles que servem a alimentação escolar, mas podem ser armazenados por mais tempo (sal, farinhas, óleo). Esses produtos e outros perecíveis são adquiridos principalmente por pregão eletrônico. Quando a COOPAFI e os agricultores familiares individuais não conseguem, por algum motivo, atender a demanda necessária, de produtos que já foram contratados pela chamada pública, é realizado o pregão eletrônico.

De acordo com a Responsável técnica, há o interesse em realizar as compras em ambos os casos, privilegiando o local, mas a concorrência é ampla, podendo participar empresas de outras regiões. Quanto à agricultura familiar, se a produção fosse maior, as aquisições para o PNAE absorveriam essa produção.

### 3.3.2 – Consumo de produtos da agricultura familiar nos CMEIs e Escolas Municipais de Francisco Beltrão de acordo com o fornecedor (COOPAFI ou DAP individual)

O gráfico 10 apresenta a demanda dos recursos por escola municipal, evidenciando o percentual adquirido da agricultura familiar através da COOPAFI e através de DAP individual.

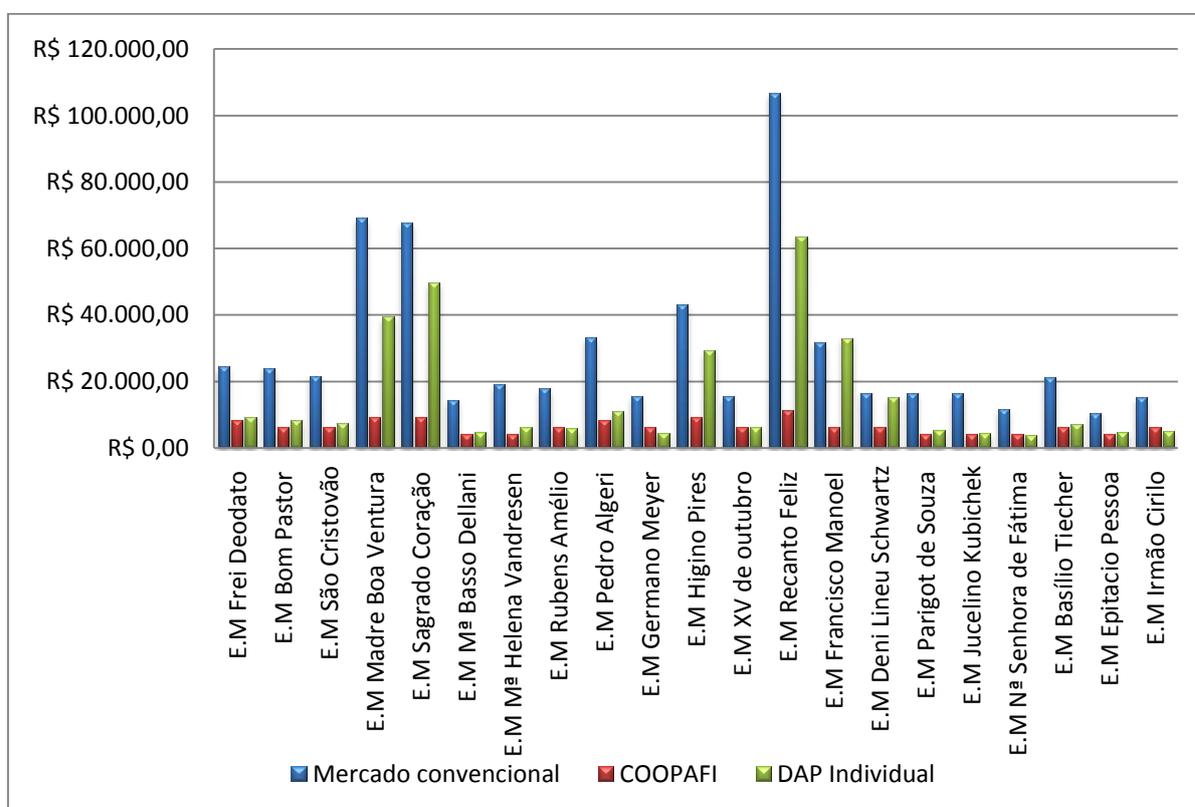


Gráfico 10 – Recursos utilizados por Escola Municipal de Francisco Beltrão na aquisição de produtos alimentícios para a alimentação escolar no ano de 2014.

O gráfico 10 apresenta o valor das aquisições por Escola Municipal e também por modalidade de comercialização, no período de um ano (2014), deste modo, como estamos tratando de valores monetários, já era previsível que as comercializações do mercado convencional (em grande parte, produtos industrializados), tivessem um valor maior, mesmo que quantitativamente os produtos da agricultura familiar individual ou através da COOPAFI possam ser maiores.

Os dados do gráfico 10 também reforçam as informações contidas no mapa 3, no qual podemos observar a localização das escolas citadas, e mais uma vez ressaltar a diferenciação de consumo entre as escolas periféricas e centrais do Município, mesmo nas condições já expostas (escolas integrais ou não).

Em relação aos CMEIs, a distinção entre as aquisições através da COOPAFI e por DAP individual são ainda maiores, devido ao tipo de alimentação que é oferecida a esse público, como apresenta o gráfico 11.

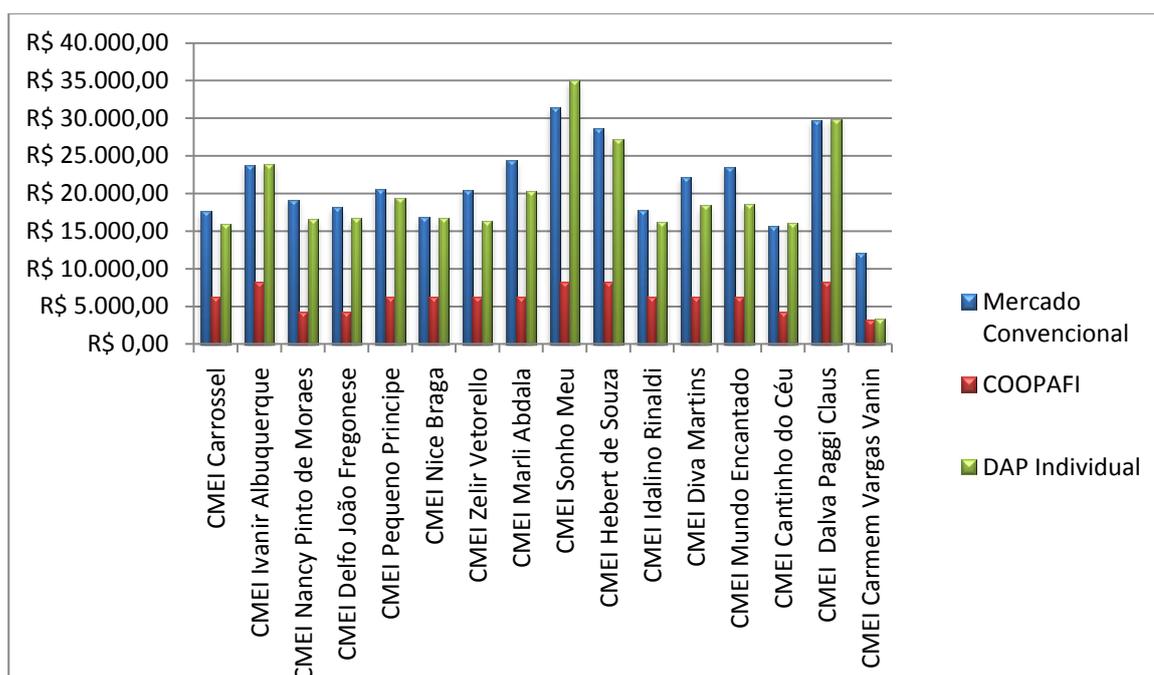


Gráfico 11 – Recursos utilizados por CMEI em Francisco Beltrão na aquisição de produtos alimentícios para a alimentação escolar no ano de 2014.

O gráfico 11 também evidencia as informações do mapa 3, em que os CMEIs mais periféricos possuem um consumo maior do que os mais centralizados.

Entre o mercado convencional e as aquisições por DAP individual existe uma diferenciação menor em comparação com a COOPAFI, isso também está associado ao tipo de

cardápio que é preparado nos CMEIs. O valor *per capita* diário por escola também é um indicador importante, o qual podemos verificar no gráfico 12.

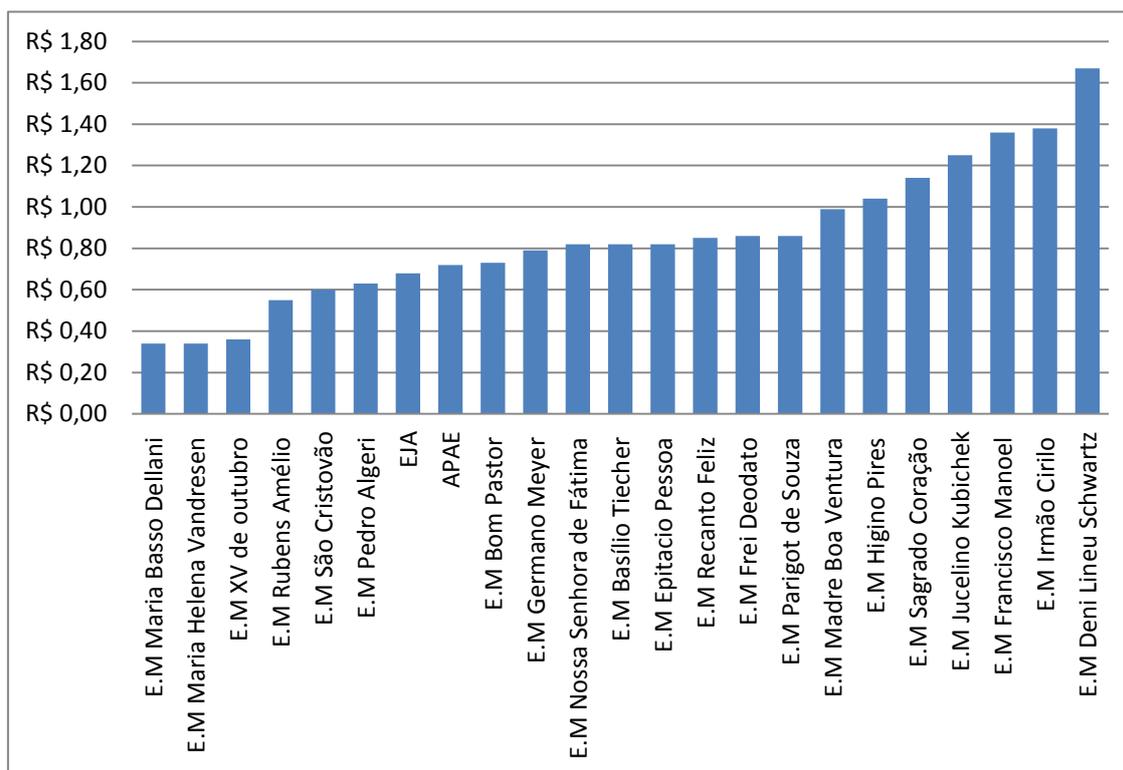


Gráfico 12 – Valor *Per Capita* diário nas escolas de Francisco Beltrão em 2014. Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

Em relação às escolas municipais de Francisco Beltrão, como é possível observar no gráfico 12, o valor *per capita* oscila entre R\$ 0,34/dia e R\$ 1,67/dia, sendo que nas escolas do campo (Basílio Tiecher, Irmão Cirilo, Deni Lineu Schuartz, Epitácio Pessoa, Juscelino Kubitschek, Nossa Senhora de Fátima e Prof. Parigot de Souza), os alunos recebem café da manhã e lanche, portanto, o valor *per capita* é maior. Isso decorre do horário que os alunos, de forma geral, saem de casa, diante da distância entre a moradia e a escola.

Outro aspecto a ser considerado são as escolas de período integral: Francisco Manuel no Bairro Novo Mundo, Hígino Antunes Pires Neto no Bairro Sadia, Madre Boaventura no Bairro São Miguel, Nossa Senhora do Sagrado Coração no Bairro Padre Úlrico e Recanto Feliz no Bairro Pinheirão, nessas escolas é ofertado café da manhã, almoço e lanche. Nas demais escolas são ofertados lanches.

A Escola que obteve o menor valor fica em uma área central do Município, já a escola com maior valor é uma escola do campo, localizada na comunidade Ponte Nova do Cotegipe. A Escola Irmão Cirilo está localizada no Assentamento Missões e a Escola Francisco Manoel

localiza-se no bairro Novo Mundo, a Escola Sagrado Coração fica no bairro Padre Útrico, todas possuem um valor *per capita* maior.

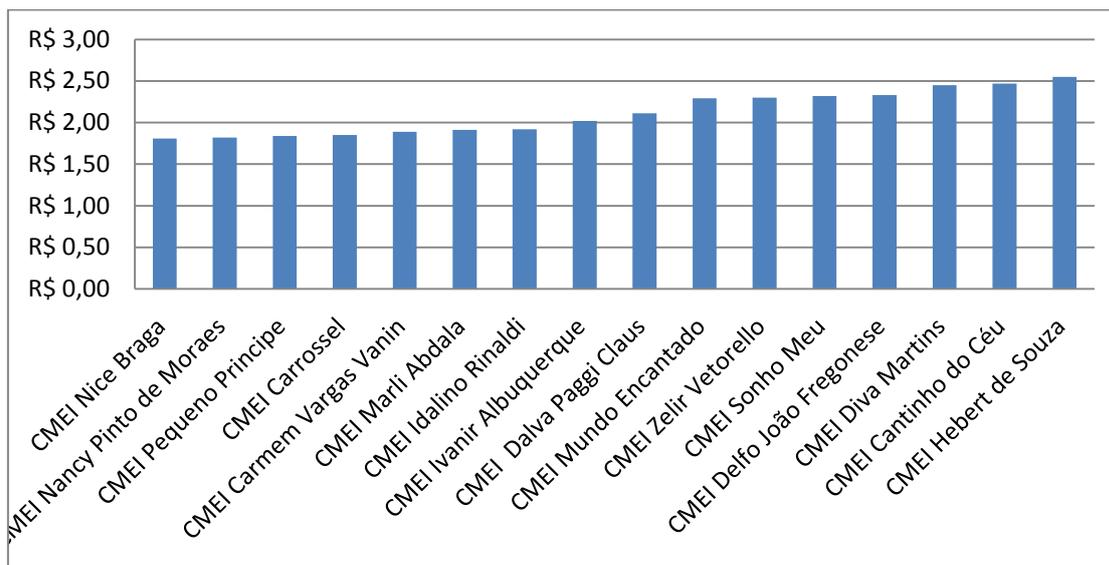


Gráfico 13- Valor *Per Capita* por CMEI em Francisco Beltrão em 2015. Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

Em relação aos CMEIs, os valores são menos oscilantes atingindo entre R\$ 1,81 e R\$ 2,55. O CMEI que apresentou menor valor foi o Centro Municipal de Educação Infantil localizado no bairro Miniguaçu, e o que apresentou maior valor localiza-se no bairro Padre Útrico. A alimentação nos CMEIs tem um valor maior devido ao cardápio diferenciado para as crianças, de acordo com cada faixa etária. Também é preciso considerar que nos CMEIs são ofertados café da manhã, almoço e três lanches, uma vez que o período é integral.

Como já mencionamos, é com base nos cardápios, e até mesmo na aceitação de alunos e profissionais que manipulam os alimentos nas escolas, que são definidos os produtos que serão posteriormente especificados nas chamadas públicas, visando a aquisição dos mesmos. Na sequência podemos acompanhar os principais produtos comercializados pela COOPAFI no Município de Francisco Beltrão.

### 3.4 Produtos comercializados e valores praticados pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão

Em relação à produção e comercialização dos produtos para o PNAE, percebemos que há certa mobilização por parte da Prefeitura Municipal (representada pela Nutricionista Responsável) em melhorar as condições nos dois aspectos. De acordo com a mesma, a qualidade dos produtos da alimentação escolar tem melhorado gradativamente todos os anos,

principalmente após a implantação de cursos de capacitação em parceria com a EMATER e universidades públicas e particulares do Município.

Vários cursos foram realizados para os diferentes tipos de produção, visando à qualidade e à ampliação da participação desses produtos em outros mercados de comercialização. Em relação aos panificados, por exemplo, foram ministrados cursos para padronizar a produção e aperfeiçoamento para fabricação de bolos decorados/recheados e salgados. Para os agricultores que trabalham com hortaliças foram realizados cursos de caldas orgânicas e cloração da água. Também receberam orientações sobre empréstimos financeiros, mudanças previdenciárias, organização da propriedade e qualidade de vida (Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2015).

Existe certa rotatividade dos cooperados na Cooperativa. Alguns se descontentam com os preços de comercialização no PNAE, não se adaptam a comercialização coletiva ou com o próprio trabalho e desistem da comercialização institucional e da Cooperativa. Há agricultores que comercializam apenas no período das frutas de inverno. Segundo Três (2015) *“alguns cooperados que plantavam tubérculos, passaram a cultivar hortaliças, porque o volume de comercialização é maior e o tempo entre o plantio e a colheita é menor.”*

Selecionamos alguns produtos comercializados pela COOPAFI para comparar os preços e a quantidade adquirida pela prefeitura municipal para a alimentação escolar. Essa seleção foi realizada com base nos produtos que tiveram maior regularidade de comercialização entre 2011 e 2014. A- lista completa dos produtos pode ser observada no anexo 4.

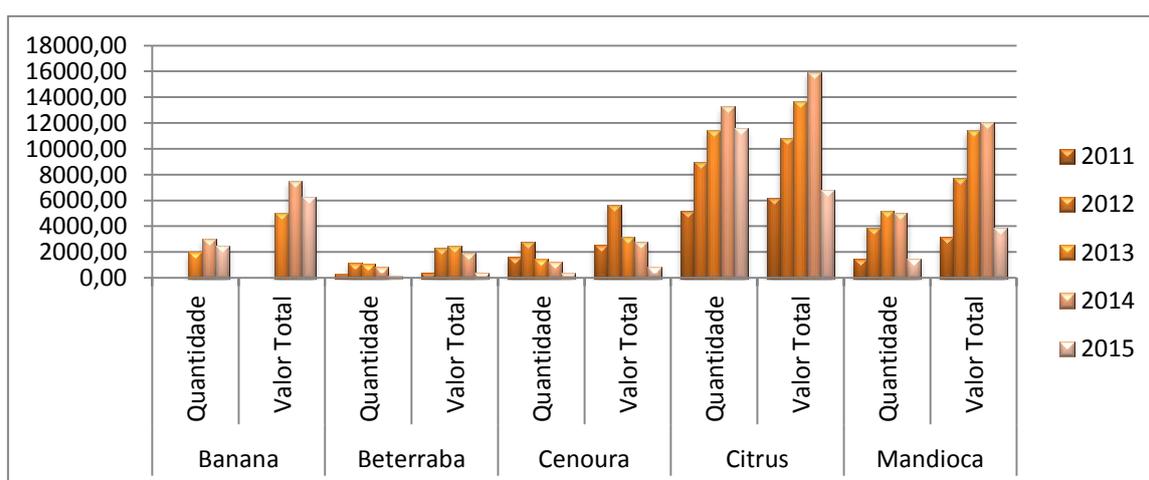


Gráfico 14– Valores de comercialização em reais e quantidade adquiridas em kg no Município de Francisco Beltrão para o PNAE entre 2011 e 2015 – Tubérculos e frutas. Fonte: Portal da transparência / Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – PR. Org. Paz, Lidiane, 2015.

Observando o gráfico 14, identificamos que entre 2011 e 2015 houve a regularidade na oferta desses produtos. Somente a banana não foi comercializada em todos os anos. São considerados citrus os vários tipos de bergamota, laranja, ponkan, produzidos no Município. Os tubérculos são utilizados como complemento aos pratos principais, como arroz e feijão. A beterraba apresentou redução de consumo, porém, um aumento no valor pago que passou de R\$1,40 em 2011 para R\$ 2,20 a partir de 2013. Já em relação à aquisição do produto, passou de 297 kg em 2011 para 1.171 kg e 1.113kg nos anos seguintes.

Em 2014, foram adquiridos 867 kg e no primeiro semestre de 2015 apenas 186 kg. Segundo informações da direção da COOPAFI e da nutricionista, essa oscilação ocorre em virtude da falta de produtos a serem fornecidos pela Cooperativa, ou por baixo consumo nas escolas. A cenoura teve maior consumo em 2012, reduzindo nos anos posteriores. Já o consumo da mandioca se manteve quase regular, apresentando ligeira queda em 2014. Os preços foram reajustados a partir de 2013, a mandioca passou de R\$2,10 para R\$2,60, um valor abaixo do que é praticado na feira local, por exemplo, que é de R\$ 4,00 em média.

As hortaliças são produzidas por grande parte dos agricultores da COOPAFI, podemos analisar no gráfico 15 quais as hortaliças mais comuns na alimentação escolar em Francisco Beltrão e os preços praticados.

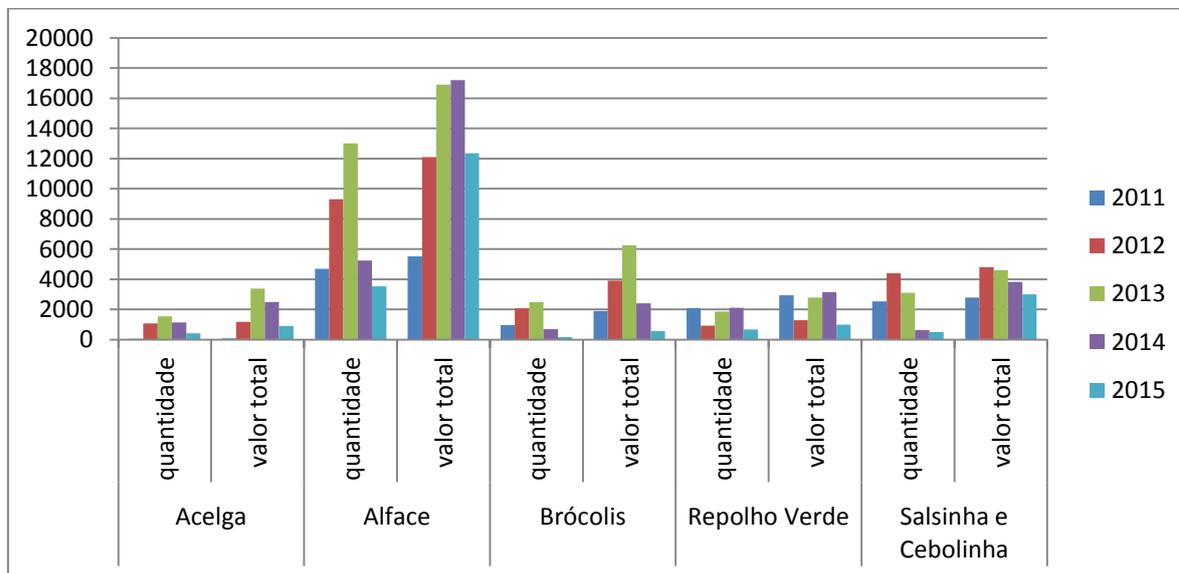


Gráfico 15 – Valores praticados no Município de Francisco Beltrão para a aquisição de alimentos para o PNAE entre 2011 e 2015 – Hortaliças. Fonte: Portal da transparência / Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão - PR. Org. Paz, Lidiane, 2015.

É possível perceber que a alface, acelga, brócolis, repolho e tempero verde foram comercializados desde o início das aquisições da agricultura familiar em 2011, mantendo a oferta apesar da variação na quantidade comercializada até 2015. Chama a atenção o valor

praticado no ano de 2015 para o tempero verde, que é de R\$ 6,00 e em 2011 era de R\$ 1,10. Esse aumento foi justificado pelo crescimento do consumo e também pela forma de aquisição, que passou a ser adquirido por kg e não por “maço”.

Dentre as hortaliças a alface é a mais consumida, em 2012 teve diminuída a quantidade adquirida, mas, aumentou o preço, mantendo a dinâmica nos anos seguintes. As hortaliças têm sido cultivadas em grande parte das propriedades, no caso de alguns agricultores que desenvolviam outras atividades como o cultivo do fumo, essa é uma atividade menos exaustiva e demanda menor investimento. Segundo Três (2015) “*as hortaliças exigem menos tempo para a colheita e praticamente toda semana tem como entregar.*”

O gráfico 16 apresenta os dados referentes aos produtos panificados, mel e açúcar que são provenientes de agroindústrias familiares. As bolachas e o macarrão apresentaram maior regularidade nas aquisições. Atualmente a Cooperativa comercializa bolachas e pães sem glúten para atender alunos que por alguma ressalva a sua saúde necessitam de alimentação específica, esses produtos são comercializados a um valor maior. Os pães tradicionais são adquiridos da Associação Marrecas Bem Estar Menor (AMARBEM), a preferência por esses pães deve-se a produção do pão individual, que facilita o manuseio para as merendeiras (FAVERO, 2015).

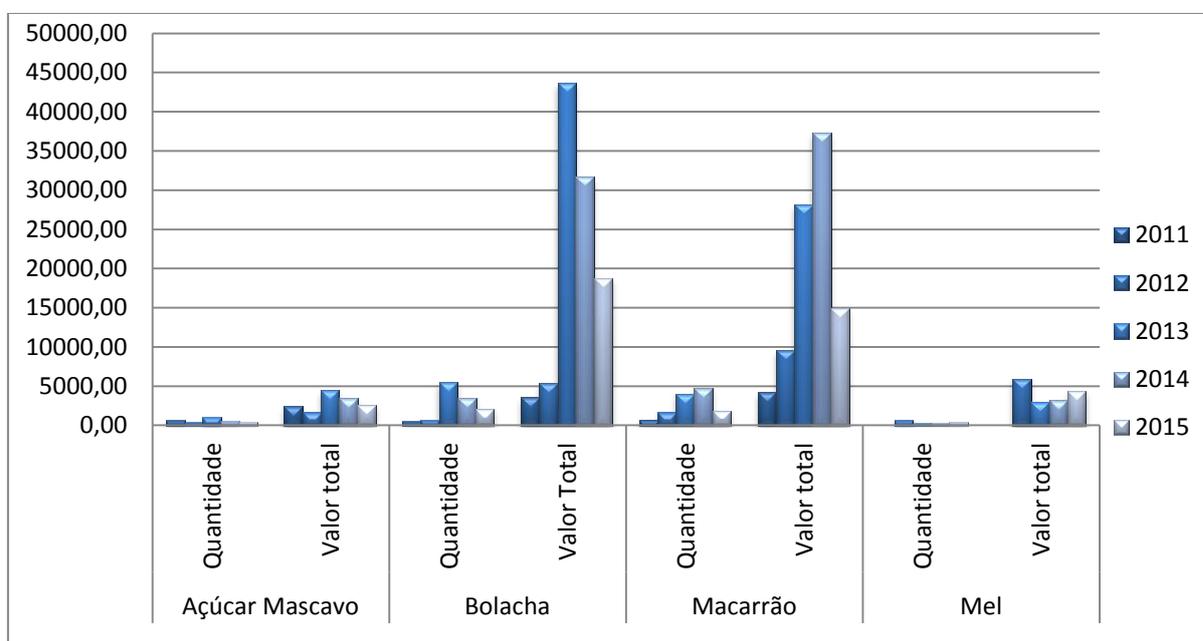


Gráfico16 – Valores praticados no Município de Francisco Beltrão para a aquisição de alimentos para o PNAE entre 2011 e 2015 – Transformados. Fonte: Portal da transparência / Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – PR. Org. Paz, Lidiane, 2015.

É possível perceber certa irregularidade na aquisição dos produtos, sendo que, apenas o açúcar mascavo foi adquirido de forma contínua, a um valor que passou de R\$ 4,00 para R\$

6,50. O mel passou de R\$ 10,00 para R\$ 13,00. Na tabela do anexo 8, analisamos que outros produtos, considerados complementos, eram comercializados em anos anteriores. Dos nove produtos que eram comercializados, como, doce de frutas, polpa de frutas congeladas, atualmente são apenas três. Em relação ao volume de comercialização, percebemos, principalmente em relação aos panificados, que houve um aumento significativo, especialmente em 2013. Se considerarmos que no ano de 2011 as aquisições de bolacha foram de 500 kg, isso representaria, ao dividir pelo número de dias letivos, 2,5 kg/dia para todas as escolas. Já em 2013, a comercialização foi de 5.458,63, uma média de 27,29 kg/dia. Em 2014 e 2015, as aquisições tiveram uma pequena redução. As aquisições de macarrão também aumentaram mais significativamente em 2013.

O gráfico 17, apresenta informações sobre a comercialização dos chás para a alimentação escolar.

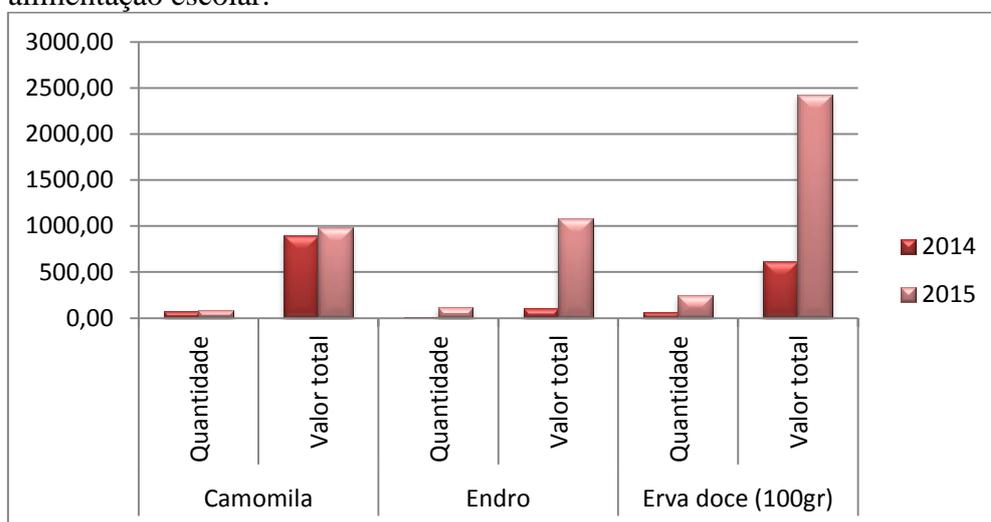


Gráfico 17 – Valores praticados no Município de Francisco Beltrão para a aquisição de alimentos para o PNAE entre 2011 e 2015 – Chás. Fonte: Portal da transparência / Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão –PR. Org. Paz, Lidiane, 2015.

A aquisição de chás para a alimentação escolar iniciou em 2014, quando foi firmada uma parceria entre a UNIOESTE, o Coletivo de mulheres agricultoras de Francisco Beltrão e Prefeitura Municipal. Essa parceria culminou no desenvolvimento de um projeto que visa o resgate da utilização de plantas medicinais. Através da Prefeitura e da COOPAFI, os chás produzidos pelas agricultoras passaram a ser comercializados pela Cooperativa para o PNAE no Município. Os valores praticados são apresentados no gráfico 15.

A comercialização dos chás para o Programa ainda estava em fase de teste e adequação em 2015, apesar de ter o apoio do poder público municipal, organização produtiva das mulheres agricultoras e apoio da universidade, a preparação dos chás para compor a

alimentação, não obteve a aceitação das merendeiras, principalmente porque a embalagem dos chás não era em sachês.

Em trabalhos de campo, observamos que para o Coletivo de mulheres agricultoras, o cultivo e a comercialização dos chás representam autonomia financeira, uma vez que, essa produção é especificamente realizada por elas, e que as iniciativas para essa produção nos estabelecimentos partem delas, além de representar um resgate ao consumo dos chás.

Na sequência apresentamos um aspecto importante em relação à comercialização da produção familiar, o qual identificamos no Município de Francisco Beltrão, são os chamados circuitos curtos de comercialização. Percebemos nas pesquisas de campo, que além da comercialização institucional para o PNAE, os cooperados da COOPAFI têm como alternativa comercializar a sua produção em mercados locais, os quais destacamos a seguir.

### **3.5 Os circuitos curtos de comercialização**

Como já mencionamos, a primeira política pública destinada efetivamente à Agricultura Familiar, o PRONAF, tem como principal objetivo o acesso ao crédito, especialmente destinado ao custeio, conforme destaca Santos (2008). Nesse sentido, apenas as melhorias em infraestrutura e aquisição de insumos não são suficientes para alavancar a agricultura familiar, cujos principais problemas (para além da falta de crédito) são a falta de técnica, especialização e capacidade de inserção nos mercados de comercialização. Em Francisco Beltrão observamos que as alternativas de comercialização da produção familiar ocorrem em circuitos curtos de comercialização. Retière (2014 p. 07) corrobora com a interpretação da inserção de produtos agrícolas de base familiar na economia:

O cenário atual dos sistemas agroalimentares mostra uma tendência generalizada ao alongamento das cadeias agroalimentares e a concentração da distribuição. No entanto, multiplicam-se experiências locais que propõe formas alternativas de distribuir e consumir alimentos, reconhecendo o papel da agricultura familiar no desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis. A noção de circuitos curtos de comercialização instiga reflexões sobre as diferentes dimensões da proximidade e a realocação do abastecimento alimentar.

O contato com os Cooperados da COOPAFI, nos trabalhos de campo, permitiram verificar que nenhuma das famílias que comercializam para o PNAE realizam de forma direta para outra cidade ou região. As demais formas de comercialização ocorrem no próprio Município. Alguns mercados locais começam a identificar os produtos referenciando os

produtores e a localização da produção, principalmente em relação às frutas, notadamente vindas do Norte do Estado, sendo que os agricultores do Município não conseguem alcançar esses mercados.

O consumo de produtos de quinta e de território ou sobre o potencial de consumidores para os produtos biológicos indicam frequentemente a possibilidade de uma quota de mercado de 30%. Portanto, a gama diversificada dos produtos abrangidos já não se dirige a um nicho, mas antes a um segmento (ele próprio segmentado) do mercado, fortemente cobijado pelos industriais e pelos distribuidores, porque representa crescimento e valor acrescentado. Compreende-se facilmente que em termos de organização econômica os problemas já não se podem colocar da mesma forma a que anteriormente: mais do que nunca é preciso estruturar e profissionalizar. Tanto mais que apenas em alguns anos o quadro da distribuição se alterou radicalmente, a grande distribuição teve crescimento desenfreado. Abrange em alguns países 60% e 80% da distribuição alimentar, concentrou-se fortemente e centralizou as suas compras, impõe a sua lei, a lei do mais forte, aos fornecedores, grandes ou pequenos, para os quais já não é possível viver sem ela. Face a esta centralização das compras, é preciso proceder ao agrupamento da oferta, a uma homogeneização das qualidades, a uma profissionalização das prestações. Outros tantos elementos que alteram os hábitos recentes. No entanto, não são eliminados a venda direta nem os circuitos curtos que vão de encontro, nomeadamente, as aspirações dos consumidores urbanos de conhecerem os produtores. É por isso que a venda na exploração, os mercados regionais e as coletivas de produtos assistem atualmente a um aumento das suas potencialidades (CHARLIER, 2000, p. 06).

Assim, as outras formas de comercialização utilizadas pelos agricultores da Cooperativa são as feiras, as vendas em domicílio, vendas nas propriedades e bares, restaurantes, hotéis locais, essas modalidades de comercialização se encaixam na caracterização de circuitos curtos de Charlier (2000).

Quadro 10 – Caracterização das comercializações em circuitos curtos e longos

Circuitos Curtos	Circuitos longos
Venda direta no estabelecimento	Venda nos expositores de grandes e médias superfícies
Venda por correspondência	
Venda pela internet	
Lojas de produtores	Venda aos grossistas
Entrega em domicílio	Revenda a comerciantes retalhistas
Venda em restaurantes locais	Exportação
Venda aos comitês de empresas	
Venda em feiras, mercados locais e exposições	
Venda pelo produtor em uma banca separada nas grandes superfícies de proximidade.	

Fonte: CHARLIER, 2000. Org. Paz, Lidiane 2015.

O que percebemos é que as formas de comercialização que caracterizam os circuitos curtos estão muito presentes em Francisco Beltrão. Para MACIEL (2008) as modalidades de comercialização que aconteceram de forma direta, ou que possuem só um intermediário entre o produtor e o consumidor final, são considerados circuitos curtos de comercialização. Nesse sentido, as relações entre o produtor e o consumidor final são mais próximas. As modalidades podem ser as feiras livres, venda na propriedade, venda ambulante, feira do produtor, varejo municipal, grupos de consumidores organizados.

Nestas formas de comercialização as vantagens são: recebimento a vista, preço, flexibilidade de horários e socialização entre os próprios agricultores e entre agricultores e os consumidores. Essa relação de proximidade é verificada nas feiras realizadas pela COOPAFI e nas vendas em domicílio, uma vez que se torna um costume esperar o dia da feira para comprar determinados produtos. Deixar de comprar determinado produto no mercado convencional porque os agricultores trazem o produto para vender em domicílio. Um aspecto relevante é que muitos agricultores que comercializam na feira, também comercializam em domicílio, nas proximidades da feira.

Segundo Maciel (2008), os circuitos curtos de comercialização são uma estratégia que visa um novo modelo de desenvolvimento, em oposição às lógicas de industrialização e globalização na circulação e na distribuição de alimentos, e de intensificação e especialização da agricultura.

No Brasil ainda não há uma definição oficial para circuitos curtos (CC), mas o conceito aponta para uma proximidade entre produtores e consumidores. Na França, o termo CC é utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor. Dois casos de CC podem ser distinguidos: a venda direta (quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor) e a venda indireta via um único intermediário (que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local). Trata-se de uma definição útil institucionalmente, mas discutível na medida em que um supermercado também poderia comprar diretamente de um produtor, sem oferecer uma comercialização justa (DAROLT, LAMINE, BRANDEMBURG, 2013, p.9)

Nesta pesquisa utilizaremos o termo circuitos curtos, para designar a forma de comercialização, a qual segundo os autores dinamizam a economia local, valorizando os recursos territoriais. Os circuitos curtos incluem as formas mais tradicionais de comercialização e as aquisições institucionais. Para Darolt, Lamine, Brandenburg (2013), esses tipos de circuito de comercialização reforçam a noção de autonomia e conferem um

maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo.

A crise do modelo agroalimentar dominante abre espaço para a discussão de novas proposições de desenvolvimento local que incorporem não apenas variáveis técnico-produtivas, econômicas e ambientais, mas também valores sociais, éticos e culturais. Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais, assim como a reconexão entre produtores e consumidores, são observados nos circuitos curtos (DAROLT, LAMINE, BRANDEMBURG, 2013, p. 12).

Segundo Charlier (2000), o conceito de circuito longo ou de circuito curto não tem a ver com a distância física entre o produtor e o consumidor, mas sim com o número de intermediários entre a produção e o consumo. Deste modo, as comercializações em circuitos curtos favorecem os mercados de proximidade cultural e geográfica.

Os consumidores locais ou turistas, bem como imigrantes originários da região, são clientes potenciais da venda direta. O produtor utiliza as suas próprias relações sociais para apurar melhor percepção da procura (CHARLIER, 2000, p. 14).

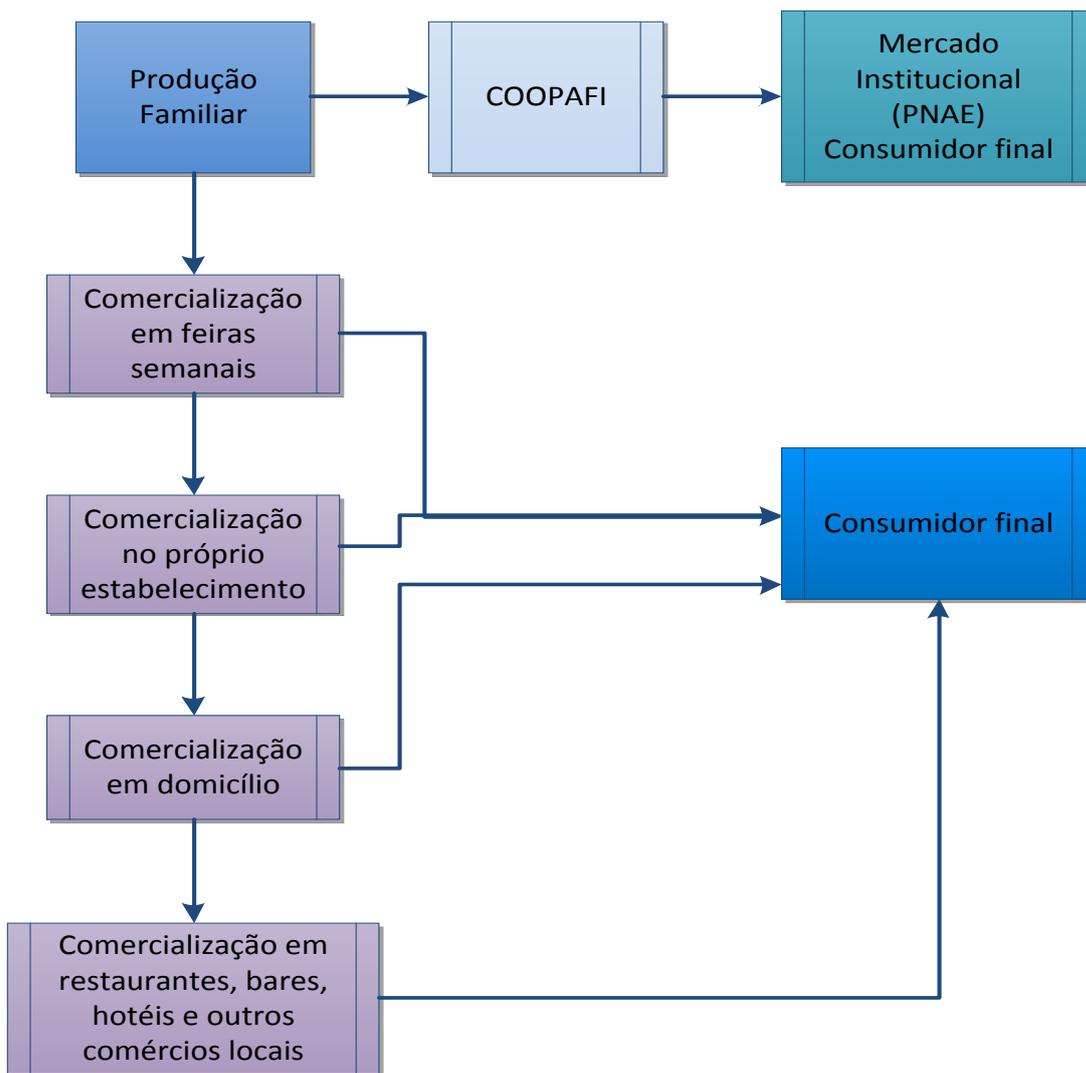
É uma forma de venda de acesso fácil, pelo menos nas suas primeiras fases de desenvolvimento. A venda através de circuitos curtos procura melhorar os preços de venda e, portanto, as receitas das explorações, assim como permite realizar localmente o trabalho de venda, concorrendo para a manutenção dos empregos localmente.

Lembrando que, nas palavras de Stedile (2015), “a profissão do agricultor, é ser agricultor, é plantar, colher, compreender os ciclos da terra e das plantas. O agricultor não é um comerciante”. Nos circuitos curtos identificados em Francisco Beltrão, parece ocorrer com naturalidade um processo que conecta a produção e a comercialização, de modo que os agricultores negociam os seus produtos, com outros profissionais, donas de casa, pessoas do cotidiano e não com atravessadores e especuladores ou grandes redes.

Alguns produtos locais são específicos, trazem em si uma história, um modo de produção ou condições geográficas ou agroclimáticas particulares. No entanto, nem sempre esta especificidade é valorizada nos circuitos comerciais tradicionais. Ao favorecer um contato direto com o produtor (ou com o território, através de um estabelecimento local), a venda direta tem possibilidade de explicar a especificidade dos produtos ao consumidor e de valorizá-los diretamente, através dos produtos locais, o território e o seu potencial que são valorizados. A presença destes produtos, assinalada expressamente no comércio, constitui um

meio para que o público, visitantes e população local, ganhe consciência da própria existência do território, do seu valor, da sua cultura e dos seus produtos específicos.

As comercializações institucionais, que são as mais praticadas pelos agricultores familiares da COOPAFI de Francisco Beltrão, também são consideradas circuitos curtos, porque quando há intermediação, esta é realizada pela Cooperativa e, portanto, permite que exista proximidade entre a produção e o consumidor final, como mostra o fluxograma 1.



Fluxograma 1- Circuitos curtos de comercialização dos produtos da agricultura familiar no Município de Francisco Beltrão – PR. Org. Paz. Lidiane, 2016.

A comercialização institucional caracteriza-se pela aquisição de gêneros alimentícios pelo Estado (em esfera federal, estadual, municipal) para atender as demandas de produtos e serviços, para fins do uso no âmbito das instituições públicas (alimentação escolar, distribuição de alimentos às populações carentes, fornecimento a hospitais, presídios, creches,

etc.) que são as demandas contínuas, mas também podem ocorrer de forma esporádica em eventuais situações de calamidade pública ou mesmo para atender outros programas como o PGPM (MACIEL, 2008).

Como é possível compreender, existe uma relação de proximidade entre a produção e o território, o local é evidenciado nas formas de comercialização, de modo que, além da proximidade física, há também a proximidade dos aspectos culturais intrínsecos ao processo produtivo, além da aproximação campo/cidade. Exposto isso, apresentamos a atuação da COOPAFI na comercialização em circuitos curtos, que é mais praticada por esses agricultores, a comercialização institucional para o PNAE.

### **3.6 O papel da COOPAFI no desenvolvimento do PNAE em Francisco Beltrão**

Atualmente o principal mercado de comercialização da COOPAFI é o institucional para o PNAE. Visando esse mercado a Cooperativa atua juntamente com a Prefeitura e outras entidades para a capacitação dos agricultores, através de cursos e reuniões, conforme já mencionamos. Segundo o Presidente da Cooperativa, no início do ano, quando é divulgada a chamada pública pela Prefeitura, a COOPAFI realiza um plano de ação, em que é especificado a quantidade e quais os produtos que a Cooperativa vai conseguir absorver, visando o mercado institucional. Os agricultores são orientados, pela Cooperativa, quanto à produção (o que produzir) e as quantidades para a comercialização do PNAE, sendo que, alguns produtos são comercializados semanal, quinzenal ou mensalmente. Os agricultores também são orientados sobre as exigências sanitárias e em relação à qualidade dos produtos. As exigências sanitárias não são específicas e seguem as resoluções da secretaria de saúde e vigilância sanitária do Paraná (COOPAFI, 2015).

A entrega dos produtos nas escolas é realizada pela Cooperativa, nas segundas e terças-feiras. Assim, os agricultores organizam a produção no domingo (fazem a colheita e a lavagem dos tubérculos e hortaliças, organizam em sacolas que variam de 1 kg a 3 kg). Os panificados também são feitos no domingo e na segunda-feira. Nas segundas e terças, antes das 09 horas da manhã, todos os produtos precisam estar na sede da COOPAFI, de onde são transportados até as Escolas e CMEIs.

Os valores praticados pelo Estado e pelo Município são diferentes, sendo que a entrega nas escolas municipais acontece nas segundas e nas Estaduais ocorre nas terças. Nesse

sentido, há uma distribuição para que as famílias alternem as entregas, para que não exista o favorecimento de nenhuma família.

Para organizar as entregas dos produtos existem *pallets* no chão, onde são alocados os produtos, e em frente aos *pallets* são identificadas as escolas e CMEIs. Quando os cooperados chegam à Cooperativa com os produtos, eles já sabem para qual escola ou CMEI vai o seu produto, e os colocam no lugar indicado, como mostra a fotografia 1.



Fotografia 1 – Alocação dos produtos na COOPAFI. Trabalho de Campo. Paz, Lidiane, 2015.

Posteriormente, é feito o carregamento e a entrega para cada um dos estabelecimentos de ensino. Essa entrega é realizada pela Cooperativa, em veículos utilitários particulares do presidente e do secretário. O transporte, segundo a Diretoria da Cooperativa, é a principal dificuldade, porque, para atender de forma mais eficaz as exigências de qualidade do programa seria necessário um caminhão furgão, fechado, com refrigeração, principalmente para conservação das hortaliças. A figura 2 ilustra como são feitas as entregas.



Fotografia 2 – Entrega dos produtos da COOPAFI na Escola Madre Boa Ventura. Trabalho de campo realizado em 2015. Org. Paz. Lidiane. 2015.

Na percepção do Presidente da COOPAFI as comercializações para o PNAE são significativas para a Cooperativa, mas ele ressalta:

A Prefeitura está ajudando, mas o preço está defasado, o Estado também precisaria ajustar os preços. A venda é maior no Município. O Estado deixou de pegar macarrão, bolacha, eles tiraram. Os produtores reclamam do preço do Estado, eles não querem entregar no Estado só no Município, mas a gente divide (TRES, 2014).

Todo mês a COOPAFI recebe da nutricionista da Prefeitura uma programação de entrega nas Escolas e CMEIs (anexo 9), nesta programação estão os produtos que serão entregues em cada semana e as quantidades previstas para cada escola.

Na Cooperativa, para cada escola ou CMEI é feito um romaneio, o qual é assinado no ato da entrega dos produtos, geralmente pelas merendeiras. Além desse romaneio, também é feito um relatório em que consta: Quem foi o agricultor que entregou o produto na Cooperativa; qual o produto; quantidade do produto e o valor. A partir desse romaneio e

relatório, a Prefeitura faz o controle da comercialização e conseqüentemente o pagamento à COOPAFI, a Cooperativa por sua vez, repassa o pagamento para os agricultores.

De acordo com a responsável pelo Programa, Joelen Favero, desde que a Prefeitura passou a comprar regularmente os produtos da Cooperativa para o PNAE, muitas melhorias em relação à qualidade dos produtos foram percebidas, principalmente em relação aos panificados. Para que fosse possível a padronização, uma parceria entre a COOPAFI, UNIOESTE e UTFPR foi firmada. A UNIOESTE colaborou com a rotulagem dos produtos, realizada pelo curso de Economia Doméstica. A UTFPR, com o curso de Engenharia de Alimentos, contribuiu com um Workshop, no qual todas as receitas de bolachas e pães foram testadas, as próprias agricultoras definiram a melhor receita e esta foi à utilizada como padrão, para todas as agroindústrias de panificação.

Em parceria com a EMATER, SENAR, SEBRAE foram realizados cursos, dentre eles o “De olho na qualidade total Rural”, o qual tivemos a oportunidade de acompanhar. Esse curso foi ministrado em encontros semanais de 01 de outubro de 2014 a 19 de novembro de 2014. Participaram 15 famílias, foram fornecidos materiais como cartilhas, canetas, boné e bolsa. Esse curso foi interessante, teve por objetivo a organização da produção. Para tanto, as propriedades foram visitadas uma a uma, observando-se as necessidades e elaborando um planejamento para três anos. Houve a proposta de assistência para horta, para as agroindústrias, melhor utilização de ferramentas, aproveitamento de tempo, diminuição de custos e acidentes.

Na seqüência houve a iniciativa por parte da secretária de desenvolvimento rural do Município, em regularizar a água dos poços nas comunidades e propriedades rurais, sendo realizado um curso e disponibilizados todos os recursos para o acesso à água clorada.

Esses cursos foram realizados em 2014, sendo que em 2015 verificamos a continuidade dos mesmos, capacitações para os panificados e hortas, bem como, alguns investimentos que incluem um “tanque” apropriado para a lavagem das hortaliças.

Como exposto, a Cooperativa é fundamental na mobilização, organização da produção e comercialização dos produtos para o PNAE. Segundo os diretores da Cooperativa, a maior fonte de renda e de comercialização da Cooperativa é o PNAE, além do Programa também comercializam os produtos em uma feira semanal no bairro Vila Nova, e uma feira semanal na própria sede da Cooperativa. Nas palavras do presidente:

Melhorou bastante a organização dos produtores, né? Ajuda o produtor, eles não tinham aonde vender frutas, batata, essas coisas, eles plantavam e se

perdia. Antes do PNAE comercializavam na feira e na rua, a maioria dos sócios não tinham onde vender, eles perdiam (TRES, 2015).

Para o secretário da Cooperativa, o PNAE significou um apoio importante para a Cooperativa:

Com o PNAE melhorou tudo, no nosso caso tinha um mercado e ele não se viabiliza pra consumir. Se não fosse o PNAE a cooperativa nem existiria, mas é difícil de trabalhar porque o associado quer receber um preço bom, a gente tem essa questão de eles contribuir com nós, mas mesmo assim é melhor, é mais significativo porque existe um retorno em prol do associado, é menos do que se fosse um atravessador. Você faz quantos km se for vender na rua? Quanto tempo? Um dia? Meio dia? Aqui não. Entrega tudo de uma vez só, e já tá livre (CALEGARI, 2015).

Ainda segundo o secretário, através do PNAE existe uma valorização da cultura alimentar brasileira, principalmente dos hábitos locais, esses durante muito tempo foram desvalorizados pelas políticas públicas de alimentação escolar que priorizavam a aquisição de produtos industrializados. *“Nossos filhos iam para escola e não podiam comer o que era produzido pelos agricultores, comiam feijão enlatado, dos mais velhos aqui ninguém comeu na escola produto da agricultura familiar. Os mais novos que vão pra escola, podem se alimentar do que é produzido aqui, a mesma comida que é feita em casa (Leão, 2015)”*

É importante ressaltar a opinião do secretário da Cooperativa, que também é agricultor, embora como citado anteriormente, nas escolas Estaduais ainda exista o consumo de feijão e carnes enlatadas, e outros produtos industrializados e instantâneos, em quantidade maior do que nas escolas municipais.

Contribui com o depoimento do agricultor acima citado, as observações de STOLARSKI (2014 p. 28) quanto à colaboração dessa política em diferentes esferas:

Quando empregadas adequadamente, as compras públicas - o poder de compra - podem produzir um serviço de alimentação escolar sustentável que proporciona dividendos sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que promove a cultura da sustentabilidade. A alimentação saudável na escola quase sempre está também associada a melhorias de comportamento, especialmente em termos do grau de concentração e capacidade de aprendizagem.

Para os diretores da COOPAFI, se não fosse possível comercializar para o PNAE, talvez a Cooperativa nem existisse mais. Embora tenham consciência de que a dependência a um único mercado, o institucional, não é ideal. A feira é uma tentativa de abertura para novos mercados, mas, segundo os diretores da Cooperativa, as pessoas das próprias entidades que “defendem” a agricultura familiar, não costumam adquirir produtos na feira. Sobre as

dificuldades de produção e comercialização, podemos refletir sobre os aspectos levantados a seguir:

É, hoje o problema é que são tudo pequeno produtor né, então eles não tem uma extensão grande pra plantar bastante variedade, porque se tivesse mais produção até tá faltando né? Só que como eles são pequenos, a área de terra é pequena, eles não conseguem produzir mais. A gente até foi atrás de mais produtor, mas tem uns que mexem com soja ou leite, daí eles não se desafiam plantar hortaliças, se tivesse mais produção venderia mais, nós podíamos entregar em outros lugares além de creche e escola, mas como eles são pequeno a terra é pequena não conseguem fazer o giro, plantar mais então tá faltando, se tivesse mais produção tem onde vender mais fora. A mão-de-obra também diminui né? É a mão-de-obra tá escassa, que nem lá em casa, tá eu a mulher e o piá de 14 anos. A maioria das casas tá ficando só o casal, daí só conseguem plantar uma coisa, não consegue mexer com mais. A juventude não quer ficar mais na roça, e vai ficando o casal mais um talvez. Precisariam ter começado antes esses programas, há 20 anos atrás, daí a juventude ia ficar. A gente tem experiência, eu, na vila ali, a gente com um pedacinho de terra consegue viver se tivesse começando há uns 20 anos atrás essa merenda escolar, quem sabe tinha mais juventude na agricultura (TRES, 2015).

Como apontamos no capítulo I, a COOPAFI é uma importante organização para que os produtos da agricultura familiar cheguem até o mercado institucional, em alguns casos, um representante da Cooperativa vai até o estabelecimento rural buscar a produção, porque a família não possui veículo para o transporte. Nesses casos, percebemos que a Cooperativa contribui de forma mais significativa com as famílias que apresentam maiores dificuldades de locomoção e negociação da sua produção. Embora, a atuação da Cooperativa pudesse ser mais efetiva no que diz respeito à diversidade dos produtos para a comercialização institucional.

### **3.7 As características dos cooperados da COOPAFI**

Apresentamos o perfil dos cooperados da COOPAFI, atualmente são 35 famílias que comercializam para o PNAE, sendo que 48,57% das famílias são compostas por duas pessoas, e 37,14% compostas por até quatro pessoas. Muitos pais preferem que seus filhos deixem o campo, como evidencia o depoimento: *“antes do PNAE eu fazia queijo, tinha que sair de madrugada, 5 horas da manhã para entregar, porque o meu queijo não era registrado, esse queijo era o mesmo que eu e a minha família consumia. Quantos que fazem um queijo para o consumo da família e outro para vender? Eu não quis que meus filhos ficassem no campo. É muito difícil, me orgulho porque eles estudaram e não trabalham no campo”* (Leão, 2015)

A faixa etária da maioria dos agricultores é de 51 a 60 anos (43%), sendo que, grande parte deles, antes do PNAE, trabalhavam com o cultivo de fumo ou com a criação de vacas de

leite. Optaram por produzir alimentos que atendem ao PNAE porque o trabalho para essa produção é mais “leve”, não precisam de muito investimento para produzir e a lucratividade é significativa.

Em cerca de 30% dos estabelecimentos a atividade voltada para o PNAE divide espaço com outras atividades como o plantio de *commodities*, notadamente a soja ou o milho, ou ainda a criação de vacas de leite. Esses estabelecimentos são os mais capitalizados. Assim, o PNAE é fundamental na renda dos agricultores que possuem menor renda e estrutura de produção, sendo um complemento na renda dos agricultores mais capitalizados. Podemos observar no quadro 11, a proporção de agricultores familiares da COOPAFI em cada tipo de classificação de acordo com a renda.

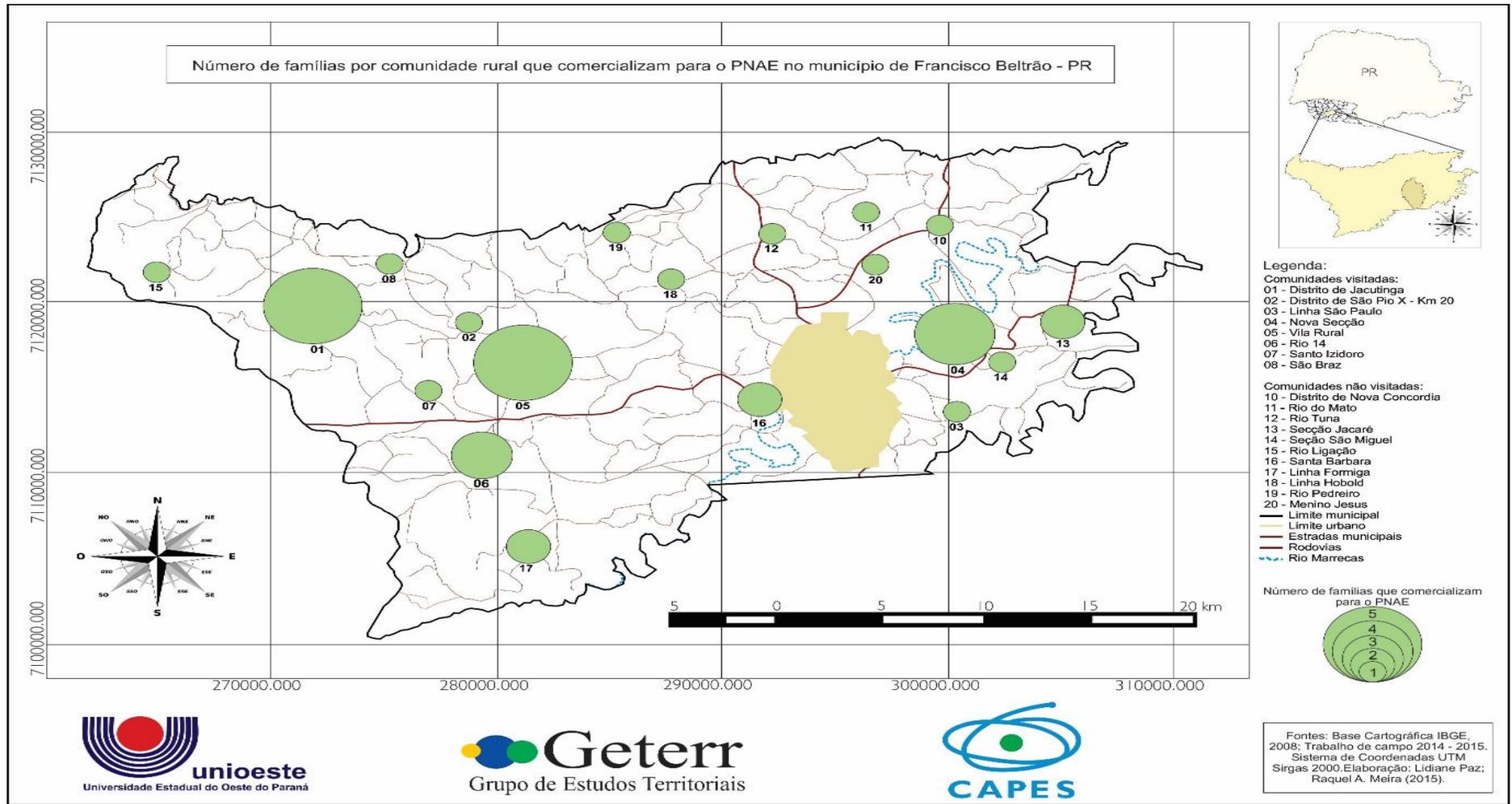
Quadro 11– Classificação dos agricultores familiares da COOPAFI, por renda.

Tipo	Fórmula utilizada	Classificação	Nº Agricultores
Tipo A	Renda total superior a três vezes o valor do VCO	Superior a R\$ 3715,272	Nenhum
Tipo B	Renda total superior a uma vez o valor do VCO	Superior a R\$ 2476,848	4
Tipo C	Renda total superior a metade até uma vez o valor do VCO	Maior que R\$ 619,21 até R\$ 2476,848	32
Tipo D	Renda igual ou inferior a metade do VCO	Igual ou menor que 619, 21	33

Fonte: COOPAFI, trabalho de campo. Org. Paz. Lidiane, 2015.

Para evidenciar, compreender e destacar pontos importantes do PNAE e do Cooperativismo, trabalhamos em campo com 12 famílias, as quais, visitamos, fotografamos, entrevistamos, ouvimos, tentando perceber o impacto que o Programa tem sobre a produção e sobre os aspectos financeiros das famílias. O mapa 4 mostra as comunidades rurais em que residem os cooperados da COOPAFI que comercializam para o PNAE, bem como, as comunidades em que foram realizadas as pesquisas de campo.

Essas famílias foram definidas a partir da indicação da direção da COOPAFI. Foram considerados os aspectos referentes à produção, como o tipo de produto (hortaliças, tubérculos, frutas, chás ou panificados) e também procuramos estabelecer uma relação com a quantidade produzida, separando os estabelecimentos em pequena, média e maior produção, seguindo a definição da própria Cooperativa. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários para o principal responsável pela produção, e as observações empíricas.



Mapa 5 – Número de famílias por comunidade rural que comercializam para o PNAE/ Comunidades rurais visitadas em trabalho de campo realizado em 2015. Org. Meira Raquel, Paz Lidiane, 2015.

A leitura do mapa possibilita a compreensão de que o PNAE corrobora especialmente com os agricultores familiares que residem em comunidades rurais próximas ao centro urbano. A comunidade rural Rio Ligação<sup>11</sup> é a mais afastada, localiza-se a aproximadamente 50 km do centro urbano de Francisco Beltrão. Sendo que, um representante da Cooperativa busca a produção (Tubérculos) no estabelecimento, localizado no Rio Ligação, uma vez por semana. As comunidades mais estruturadas são: Linha São Paulo, Distrito do Jacutinga, São Pio X – Km 20, Rio Tuna, Vila Rural Galha Azul e Secção Jacaré, as quais possuem algumas ruas asfaltadas, escola, igreja, mercearia.

Já as comunidades rurais localizadas mais próximas ao centro urbano de Francisco Beltrão são a Linha São Paulo (5 km) e a Nova Secção (8 km). Sendo que, na comunidade Nova Secção, quatro famílias comercializam para o PNAE, hortaliças, tubérculos, frutas e chás.

Para os agricultores familiares da vila Rural Galha Azul, o PNAE é ainda mais importante, pois os lotes de terras são pequenos (5.000 m<sup>2</sup>), um aspecto que inviabiliza o cultivo de culturas como a soja e o milho e a criação de animais, mas, para o desenvolvimento de estufas de hortaliças e agroindústrias de panificação, os pequenos estabelecimentos adaptam-se melhor, assim o PNAE favoreceu as famílias dessa comunidade.

Na comunidade do Rio 14, também chamada de banco da terra, pois houve um financiamento facilitado, através da EMATER, para agricultores que tivessem interesse em produzir alimentos orgânicos, existem três famílias que produzem para o PNAE.

Na comunidade do Jacutinga, encontram-se estabelecimentos rurais bem estruturados, diversificados entre a produção para o PNAE e a produção de leite. A produção para o PNAE nessa comunidade é de tubérculos, frutas e panificados.

Na comunidade de São Pio X – KM 20, os estabelecimentos rurais também caracterizam-se pelas boas condições estruturais para a produção, principalmente a produção de hortaliças e panificados.

Na sequência, retratamos o trabalho de campo nos estabelecimentos rurais indicados pela direção da COOPAFI. Sendo que, os estabelecimentos não seguem exatamente um único tipo de produção, procuramos distingui-los pela produção principal e capacidade produtiva. Apresentamos a seguir, um quadro síntese com as principais características das famílias visitadas.

---

<sup>11</sup> A comunidade Rural mais afastada em relação aos agricultores da COOPAFI, sendo que outras comunidades rurais mais distantes, como a Ponte nova do Cotegipe, não possuem nenhuma família comercializando para o PNAE atualmente.

Quadro 12. Principais características das famílias visitadas que comercializam para o PNAE em Francisco Beltrão - PR

	Família 1	Família 2	Família 3	Família 4	Família 5	Família 6
Localização do estabelecimento	Rio Ligação	Rio 14	Jacutinga	Vila Rural Gralha Azul	Santo Isidoro	Linha São Paulo
Tamanho do Estabelecimento (ha)	11,2	11,92	12	0,5	4	12
Pessoas que moram no estabelecimento	O casal	O casal	Casal e um filho	Casal e um filho	Casal e dois filhos	Casal e dois filhos
Produtos comercializados	Chuchu, mandioca, batata doce, frutas	Cebola, beterraba, mandioca, cenoura	mandioca, batata doce, banana	alface, almeirão	cheiro verde, alface, almeirão	alface, almeirão, cenoura, beterraba, frutas
Tempo para a produção diária	4 hs/dia	1 h/dia	2 h/dia	½ dia	8hs/dia	3hs/dia
Responsável pela produção	Proprietário/ Filho	Proprietário	Proprietário	Casal/ Filho	Proprietário / filho	Proprietária/ filho
Comercialização do excedente	Estabelecimento	Estabelecimento	Feira	Feira e Estabelecimento	Mercados locais	Mercado, feira e estabelecimento
Uso do PRONAF/ Financiamentos	Não	Não	Não	Sim, Pronaf Mais alimentos e investimento	Não	Sim, Pronaf mais alimentos
Tempo que comercializa para o PNAE	3 anos	4 anos	3 anos	4 anos	3 anos	3 anos
Principal fonte de renda	PNAE	PNAE	Produção de leite	Feira e o PNAE	PNAE e mercado	Leite e PNAE
Pessoas aposentadas	Duas	Duas	Duas	Uma	Uma	Nenhuma
Pessoas pluriativas	Nenhuma	Nenhuma	nenhuma	Uma	Nenhuma	Uma
Quanto o PNAE representa na renda familiar	50%	80%	10%	40%	25%	35%
Foram adquiridos bens de consumo	Moto, açude, freezer e porcos	Paga a parcela da terra	Geladeira, conserto de carro, poupança	Móveis e um pedaço de terra	Investimentos	Estufa, caminhonete, batedor
Pontos negativos	Não tem seguro	Preços baixos	É cansativo lidar com a produção	Preços e projetos de licitação	Nenhum	Deveriam absorver mais a produção
Pontos positivos	Renda extra	Renda extra	É ótimo	Renda	Regularidade	Incentivo aos jovens

	Família 7	Família 8	Família 9	Família 10	Família 11	Família 12
Localização do estabel.	Linha Nova Secção	Rio 14	Vila Rural Gralha Azul	São Pio X-KM 20	Jacutinha	São Bráz
Tamanho do Estabel. (ha)	5	5	0,5	40m <sup>2</sup>	6	29,27
Pessoas que moram no estabelecimento	Casal, duas filhas e genros	Casal e dois filhos	Casal, duas filhas e a mãe da proprietária	Casal e um filho	Casal e um filho	Casal e um filho
Produtos comercializados	Frutas, alface,	Bolachas, cucas, pães	Bolachas, cucas, pães	Bolachas, cucas, pães	Frutas	Melado, açúcar e Chá
Tempo para a produção diária	½ dia	8hs 2 dias da semana	12hs 2 dias na semana	10hs 2 dias na semana	8hs/dia	3hs/ dia
Responsável pela produção	Casal	A proprietária	A proprietária	A proprietária	Toda a família	Casal
Comercialização do excedente	Lanchonetes	Não	Feira	Não	Não	Mercado, feira
Uso do PRONAF/ Financiamentos	Não	Não	Sim, Pronaf mais alimentos	Não	Não	Não
Tempo que comercializa para o PNAE	2 anos	2 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Principal fonte de renda	PNAE	PNAE	PNAE	PNAE	Produção de leite	Lavoura soja e trigo
Pessoas aposentadas	Uma	Nenhuma	Uma	Nenhuma	Nenhuma	Uma
Pessoas pluriativas	4 pessoas	Nenhuma	Uma	Não	Nenhuma	Nenhuma
Quanto o PNAE representa na renda familiar	80%	50%	50%	80%	10%	8%
Foram adquiridos bens de consumo	Tratorite e rádio	Máquinas de panificação	Melhorias na casa	Forno, balança, carro e casa	Não	Não
Pontos negativos	Nenhum	Poderiam comprar mais produtos	Compram poucos produtos	Os preços não aumentam	Nenhum	Nenhum
Pontos positivos	Aumento na renda	A renda	Oportunidade de trabalho no campo	A união da família no trabalho	Aquilo que ia fora é aproveitado	Ajuda quem produz menos

Fonte: Trabalho de campo, 2015. Org. Paz, Lidiane, 2016.

### 3.7.1 Produção de tubérculos

A produção de tubérculos foi a primeira a ser visitada. A família 1 é residente na comunidade rural Rio Ligação, onde possui 11,2 (ha). No estabelecimento vive um casal de

agricultores aposentados, que recebe o auxílio de um dos filhos para a produção. Esse filho não reside no estabelecimento. Eles cultivam tubérculos (chuchu, mandioca, batata-doce e algumas frutas). A média de trabalho diário, considerando o cultivo, limpeza, colheita, lavagem, e embalagem, é de 4h/dia. Esse estabelecimento representa a maior produção de tubérculos para o PNAE.

A comercialização para o PNAE iniciou há três anos e proporcionou a essa família a mudança de atividade, que anteriormente era o fumo. Praticamente toda a produção é comercializada para o PNAE, o excedente é comercializado na propriedade. O Programa representa 50% da renda do casal, os outros 50% são da aposentadoria e das vendas no estabelecimento. Financeiramente, o PNAE possibilitou a aquisição de uma moto, um freezer, alguns porcos e a construção de um açude. Para a família o PNAE é um ótimo Programa, pois a venda é garantida e isso ajuda na permanência da família no campo, inclusive o filho do casal voltou a trabalhar no campo, por apresentar mais vantagens do que o trabalho na cidade.

O estabelecimento da família 2 fica na comunidade do Rio 14, onde vive o casal, já aposentado, que produz cebola, beterraba, batata-doce, mandioca e cenoura. Esse estabelecimento possui 11,92 (ha) e representa a produção média de tubérculos para o PNAE. O casal é o responsável pela produção.

Anteriormente o Sr. Acir trabalhava como empregado em lavouras de fumo, o que acarretou em problemas de saúde. Quando adquiriu esse estabelecimento a atividade principal era o leite, porém, em virtude dos problemas de saúde, a atividade leiteira se tornou muito pesada e atualmente a atividade principal é o cultivo de tubérculos para o PNAE.

Eles produzem para o Programa há quatro anos, sendo que essa comercialização representa 80% da renda familiar, o restante é proveniente da aposentadoria e venda de produtos no próprio estabelecimento. Segundo eles o PNAE é muito bom porque a venda é garantida e auxilia na renda do casal, mas o valor pago ainda é baixo pelo trabalho. Com a renda do PNAE investem no pagamento do estabelecimento rural, parcelado por um programa de aquisição realizado pela EMATER, para agricultores que quisessem trabalhar com produção orgânica.

A família 3 possui um estabelecimento rural de 12 (ha) na comunidade Jacutinga, onde são produzidos para o PNAE: mandioca, batata-doce e banana. Sendo que, a produção de tubérculos é a menor dentro da Cooperativa. Porém, na produção de banana, esse estabelecimento representa a maior produção.

Outras atividades como a produção de feno e de leite são desenvolvidas. São três pessoas no estabelecimento, sendo um casal já aposentado e um filho. O PNAE representa cerca de 10% no total da renda familiar, sendo que o responsável pela produção é o proprietário. Segundo ele, o Programa contribuiu pela possibilidade de diversificar o trabalho, utilizar uma parte da terra que estava ociosa e garantir uma renda extra. A comercialização para o PNAE, nesse estabelecimento, iniciou há três anos, e em 2015 passaram a comercializar também na feira.

Na produção de tubérculos, houve relatos das famílias visitadas de que se não estivessem comercializando para o PNAE, por meio da Cooperativa, só estariam comercializando no próprio estabelecimento, em virtude das dificuldades de transporte da produção, uma vez que, duas, das três famílias visitadas, não possuem veículo. O ponto de ônibus mais próximo para uma das famílias, fica há 3 km do estabelecimento. *“O chuchu era uma coisa que nós tinha pra família, mas grande parte se perdia, era muito só pra nós e alguns que vinham comprar, agora ele é vendido na merenda a um preço bom”* (ACIR, 2015).



Fotografia 3 - Casal que produz tubérculos para o PNAE na comunidade rural Rio 14. Trabalho de campo realizado em 2015. Org. Paz. Lidiane, 2016.

### 3.7.2 Produção de hortaliças

A Família 4 possui um estabelecimento de 5.000 m<sup>2</sup>, na Vila Rural Galha Azul, sendo composta por três pessoas. Comercializam para o PNAE há quatro anos, anteriormente, comercializavam para o PAA, sendo que a produção de hortaliças sempre foi a atividade principal.

Esse estabelecimento representa a maior produção de hortaliças para o PNAE. As atividades são desenvolvidas pela família toda, a qual trabalha de segunda a segunda. O tempo de trabalho empregado nessa produção é 6 h/dia. Além do PNAE, as hortaliças são comercializadas na feira e no próprio estabelecimento. A família fez uso do “PRONAF Investimento” para ampliação de estufas, e do “PRONAF Mais Alimentos” para aquisição de um veículo utilitário.

Nessa família, uma pessoa é aposentada e pluriativa, e o PNAE representa 40% da renda familiar. Financeiramente o PNAE contribuiu para a aquisição de mais um pedaço de terra e alguns móveis. O Programa, segundo a família, é importante porque é um ganho a mais, o mercado é garantido, através dele aumentou o trabalho e a renda. Mas ainda existem pontos negativos, como o valor de comercialização e o fato do projeto, às vezes, não ser condizente com a licitação da Prefeitura. Outro aspecto negativo é que a Prefeitura tem deixado de adquirir alguns produtos. Ainda assim, se não estivessem comercializando no PNAE, já estariam na cidade.



Fotografia 4 – Produção de hortaliças para o PNAE - Vila Rural Gralha Azul. Trabalho de campo realizado em 2015. Org. Paz. Lidiane, 2016.

A Família 5 reside na comunidade rural Santo Isidoro, onde possui 4 (ha). São quatro pessoas na família, sendo uma aposentada. Há três anos comercializam hortaliças para o PNAE, sendo as principais: cheiro-verde, alface e almeirão. As comercializações para mercados locais e feiras também são realizadas, sendo que o PNAE representa 25% da renda familiar, caracterizando uma produção média na comercialização para o PNAE.

Anteriormente ao Programa, a família trabalhava com a atividade leiteira, e atualmente consideram que melhorou o trabalho porque é menos exaustivo. Também são pontos positivos a ampliação dos produtos e o conhecimento adquirido sobre o cultivo de hortaliças. Financeiramente o PNAE contribuiu para a aquisição de um veículo utilitário, o qual é utilizado para o transporte das hortaliças.

A família 6, também caracteriza uma produção mediana dentro da Cooperativa. Nesse estabelecimento são cultivadas hortaliças, tubérculos e frutas, contando com quatro pessoas que vivem na propriedade de 12 (ha), na linha São Paulo. Na família uma pessoa é pluriativa e nenhuma é aposentada. A atividade das hortaliças iniciou a partir da insistência de um filho

do casal, que estudou no Colégio Agrícola, e convenceu a mãe de que essa seria uma alternativa para a propriedade, que é bastante diversificada.

Eles cultivam Alface, almeirão, couve, pêssego, morango, mamão, laranja, jaboticaba, cenoura, beterraba, mandioca, abóboras, milho verde, também possuem vacas de leite. O PNAE representa 35% da renda, e a produção está sendo certificada como agroecológica. Porém, a absorção da produção pelo PNAE, não tem sido suficiente para comercializar toda a produção. Como mostra a figura 3, algumas plantas (almeirão) estavam estragando sem ter mercado para comercializar. Segundo o proprietário, nos mercados convencionais há a preferência por produtos hidropônicos. Essa falta de aceitação no mercado convencional, juntamente com a disputa pelo mercado institucional, no qual, por vezes há o aumento de produtores, mas não há o aumento do consumo pelas escolas, é razão de desmotivação.

Nesse estabelecimento a atividade leiteira e o PNAE representam praticamente a mesma porcentagem no rendimento familiar. Com o PNAE, a família adquiriu uma estufa de morangos, os quais não são comercializados para o Programa, um batedor de canteiro e um veículo utilitário. Parte da produção é comercializada na feira e no próprio estabelecimento. Em relação à permanência da família o proprietário completou *“Os jovens podem ser incentivados pelo programa, assim como aconteceu aqui, o meu filho incentivou as modificações na propriedade e pensa em continuar”*.



Fotografia 5 – Produção de hortaliças na Linha São Paulo/Plantas amareladas sem mercado de comercialização. Francisco Beltrão /PR. Trabalho de campo realizado em 2015. Org. Paz. Lidiane, 2016.

Em relação aos estabelecimentos que mais produzem hortaliças, percebemos que existe uma boa estrutura e capacidade de produção. Em ambos os estabelecimentos o PNAE não absorve toda essa produção, sendo que, em dois casos eles comercializam também na feira e no próprio estabelecimento, e em um caso comercializam para alguns mercados locais e no estabelecimento. Para esses agricultores o PNAE representa um percentual menor na renda total da família, do que para aqueles que possuem menor capacidade produtiva.

A Família 7 representa a pequena produção de hortaliças. Nesse estabelecimento que fica na linha Nova Secção e possui 12,5 (ha), vivem três casais, sendo que dois deles (filhas e genros do proprietário) são pluriativos. O trabalho no campo é realizado pelo casal proprietário do estabelecimento. São produzidas hortaliças e frutas. O Sr. Dalgiro comercializou 114 kg de frutas (laranja e bergamota) no inverno de 2015 para o PNAE.

No tempo que a gente plantou as mudas, nem tinha a intenção de vender, era só pro gasto, agora que a produção ficou grande eu comecei a fornecer pra cooperativa. Veja só, era uma coisa que caía, ia fora, agora a gente aproveita

tudo pros colégios e creches. Assim a gente ganha mais e as crianças nas escolas têm sempre uma fruta fresquinha ou um suquinho natural (CHOCIAI, 2015, p. 19).

A produção de hortaliças apresenta algumas dificuldades. Esse estabelecimento apresenta um declive de aproximadamente 60 metros de altura, sendo que a produção é feita nessa área mais alta. Para facilitar um pouco o trabalho, o casal utiliza caixas plásticas transportadas por uma carroça, para armazenar as hortaliças colhidas e assim poder transportá-las para a parte baixa do terreno, onde fica a casa e o local em que elas são lavadas e embaladas. Nesse estabelecimento, uma pessoa é aposentada.



Fotografia 6 – Pequena produção de hortaliças. Linha Nova Secção. Trabalho de campo realizado em 2015. Org. Paz. Lidiane, 2016.

A comercialização para o PNAE iniciou há dois anos e representa 80% da renda total do casal. A outra fonte de renda é a comercialização no comércio local e a domicílio. Para o casal, o PNAE é importante porque a venda é garantida e o pagamento também. Eles melhoraram financeiramente, mas a renda é utilizada para cobrir as despesas básicas da família. Também adquiriram um tratorite e um rádio. Houve aumento do trabalho, fato comemorado pelo casal que sempre produziu hortaliças. Não foram identificados pontos

negativos no programa, a renda a mais que vem do PNAE auxilia na permanência da família no campo.

### 3.7.3 Produção de panificados

A Família 8 Reside na comunidade Rio 14, possui 5 (ha) onde produz pães, bolachas, macarrão e cucas para a comercialização no PNAE há dois anos. O tempo utilizado para essa produção é de oito horas diárias, durante dois dias da semana. Nos demais dias, a família trabalha com encomendas de bolos, cucas, tortas e salgados, geralmente atendendo a festas das comunidades rurais.

Nessa família, composta por quatro pessoas, a produção é baseada na solicitação da Cooperativa para atender ao PNAE, sendo assim não há excedente. Segundo a responsável por essa produção, a receita que é feita para as escolas, não tem boa comercialização, por ser menos doce do que o consumidor está acostumado, assim, cucas e bolachas para venda comercial seguem outras receitas. A principal renda é o PNAE, que representa aproximadamente 50% da renda familiar.

Para a agricultora, o Programa é importante porque através dele a família tem uma renda fixa e isso ajuda na permanência no campo. *“Meu filho casou e trouxe a esposa para ajudar, não quis sair daqui (Zanella, 2015)”*. Anteriormente a atividade leiteira era a principal fonte de renda da família. *“Atualmente melhorou o trabalho que é menos cansativo, a renda é outro ponto positivo e o trabalho é familiar, aqui sobrevivem duas famílias, todos se ajudam, tem união na família (Zanella, 2015)”*. Para eles o ponto negativo é a demanda dos panificados para o PNAE, que é pequena em relação a capacidade de produção.

A família 9 reside na Vila Rural Gralha Azul, onde possuem 5 mil m<sup>2</sup> de terra, o equivalente a meio hectare. A família é composta por cinco pessoas, sendo uma aposentada e pluriativa. Possuem uma agroindústria de panificação e utilizaram recursos de financiamento do Programa “PRONAF Mais Alimentos” para a compra de um veículo utilitário. Para essa família o PNAE representa 50% do rendimento, o restante é obtido na comercialização dos produtos nas feiras. Com o PNAE foi possível empregar uma pessoa na panificação, melhorar a casa e ampliar a agroindústria. *“Sem o PNAE a alternativa seria o trabalho na cidade, mas ele teria que ser ampliado para que mais pessoas fossem beneficiadas. A grande contribuição para a permanência da família é que existem mais oportunidades e variedades de produtos que podem ser trabalhados e assim toda a família trabalha junto”*.

A família 10 possui um estabelecimento (mercearia) na vila da comunidade São Pio X km 20, onde foi cedido pela prefeitura um espaço para a agroindústria de panificação com cerca de 40m<sup>2</sup>. A produção para o PNAE é de pães, cucas e bolachas e o tempo de produção é de 11 a 12 horas diárias, duas vezes na semana. São três pessoas na família, que moram na vila, mas eles realizam atividades agrícolas somente em estabelecimentos rurais de parentes.

Segundo a proprietária, o PNAE representa 80% da renda familiar, os demais são provenientes da comercialização de bolos e da venda de produtos na mercearia. Um ponto positivo é a união da família para a produção, mas os preços dos produtos tem aumentado pouco. Com a renda do PNAE eles compraram um forno, balança, também ajudou na construção da casa e aquisição de um veículo.

#### 3.7.4 Alguns pontos chave sobre as agroindústrias de panificação

Um fato que chama bastante a atenção é a receita utilizada tanto para pães, como cucas e bolachas, que levam margarina no lugar de banha de origem animal (suíno), leite pasteurizado e ovos certificados. Sendo assim, os produtos não são do campo e sim industrializados, o que leva a uma perda significativa na margem de lucro das famílias e a um distanciamento entre a produção agrícola e a produção de panificados. Por outro lado, percebemos que essas famílias não praticam atividades agrícolas voltadas para a comercialização, as que as fazem são para o autoconsumo. Um dos produtos básicos, o trigo, é processado em outro município, sendo que existe uma grande produção, muitas vezes na mesma comunidade ou na vizinhança. Como mostra a figura a seguir:



Fotografia 7 – Produção de trigo na Comunidade Rural São Pio X – KM 20 Francisco Beltrão /PR. Fonte: Trabalho de campo realizado em 2015. Org. Paz. Lidiane, 2016.

As agroindústrias de panificados utilizam a mesma marca dos produtos industrializados para as receitas do PNAE, esta receita possui um teor reduzido de açúcar e por esse motivo, segundo as agricultoras, a receita é feita na medida em que é solicitada, pois o excedente não possui boa comercialização em outros mercados.

Outro fato relevante é que o trabalho é realizado duas vezes na semana para atender o PNAE, geralmente o domingo e a segunda-feira, sendo que nos demais dias da semana, praticamente não havia produção, tornando-se um investimento ocioso em grande parte da semana. Por esse motivo, foram realizados alguns cursos para o preparo de bolos, doces, tortas e salgados. Notamos que em alguns estabelecimentos foi muito positivo, pois as vendas diversificaram-se atendendo a outros mercados, além do institucional. A COOPAFI, não tem participação na comercialização em outros mercados e também não negocia a aquisição dos produtos industrializados, conforme descrevemos no capítulo I.



Fotografia 8 – Agroindústria de Panificação Comunidade Rural São Pio X – Km -20. Francisco Beltrão /PR. Fonte: Trabalho de campo realizado em 2015. Org. Pa. Lidiane, 2016.

### 3.7.5 Produção de Frutas

A família 12 possui um estabelecimento na comunidade rural Jacutinga, onde vivem três pessoas em uma área de 6 (ha). Eles comercializam frutas para o PNAE, como laranja, ponkan e banana. As frutas cítricas acabavam estragando por falta de meios para a comercialização. O PNAE é complementar a renda da família, cuja principal atividade é a produção de leite. Com o mercado certo de comercialização de frutas para o PNAE, a família pensa em ampliar e diversificar o pomar. A família toda participa da colheita, seleção e lavagem das frutas, são colhidos cerca de 600 kg de frutas por dia. Essa família comercializa para o PNAE há quatro anos.

Segundo o Departamento de Economia Rural (DERAL,2015), no Sudoeste do Paraná são produzidas cerca de 22.100 toneladas de variedades de laranja, tangerina, bergamota e limão, os chamados “Citrus”, mas essa produção atende apenas aos mercados locais de comercialização, sendo que, apenas uma parte é absorvida pelo PNAE. Em Francisco Beltrão, a COOPAFI comercializa cerca de 3.000 kg de frutas por semana, para as escolas Estaduais e Municipais, na época de produção dessas frutas. Por conta dessa sazonalidade, os agricultores produzem essas frutas como um complemento a outro tipo de produção. Outras frutas já foram comercializadas, como melancia e morangos. A banana também está sendo comercializada nos últimos anos.

### 3.7.6 Produção de Chás

A família visitada, que trabalha com a produção de chás, reside na comunidade São Bráz, onde possui um estabelecimento de 29,70 (ha). Também produz melado e açúcar mascavo há 4 anos. A principal fonte de renda da família é a lavoura de soja e milho. O PNAE representa 8% da renda familiar. *Sempre gostei de plantas, quando achava um chá, um remédio diferente, pegava uma mudinha para plantar (SAGIN, 2015)*. A responsável pela produção dos chás no estabelecimento, explica que foi esse gosto pelas plantas que fez com que ela comesse a produção, além de representar uma renda extra.

Para essa família, o PNAE adquire essa conotação, uma renda extra, pouco significativa. Segundo relataram na visita técnica, o PNAE não faz diferença, se não tivesse o Programa eles teriam onde comercializar a produção pelo mesmo valor em outros mercados. *O Programa é mais importante para as famílias que tem como única fonte de renda o PNAE (SAGIN, 2015)*.

O PNAE modificou a propriedade porque houve o cultivo de canteiros de plantas medicinais para a produção de chá. Já a área de cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar já existia antes do Programa.

O trabalho de campo proporcionou uma distinção muito clara em relação aos agricultores beneficiados pelo PNAE. As comercializações através da COOPAFI representam, para os agricultores menos capitalizados, uma renda que para eles é fundamental, praticamente a única. Já para aqueles mais capitalizados, o PNAE representa uma complementação da renda. Em todos os estabelecimentos que foram visitados há alguma outra forma de comercialização, no próprio estabelecimento, nas feiras ou nos mercados, restaurantes, bares, hotéis, enfim, estabelecimentos locais, ou ainda a comercialização nos domicílios urbanos.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos analisar, o PNAE é um Programa antigo, e talvez por esse motivo, suas reformulações no tempo o tenham tornado um Programa bem estruturado, descentralizado e menos burocratizado, embora algumas exigências sejam necessárias para inibir certas irregularidades, uma vez que, um montante considerável das verbas destinadas às prefeituras se refere à alimentação escolar.

Segundo é possível observar no Tribunal de Contas da União, existem várias prefeituras com inconformidades no fechamento de suas contas em relação ao PNAE, não sendo constatada nenhuma inconformidade no Município de Francisco Beltrão.

Percebemos que o processo de descentralização do Programa atribui mais autonomia e responsabilidade às entidades executoras, estaduais e municipais. No mesmo Município (Francisco Beltrão), encontramos o lado positivo dessa autonomia, quando identificamos que nas escolas municipais produtos como o leite, queijo, ovos, carnes, peixes, hortaliças, legumes, frutas, tubérculos, sucos e doces são preferencialmente adquiridos da agricultura familiar, valorizando a comercialização local. Já nas escolas Estaduais, percebemos que essa autonomia não resultou em maior qualidade alimentar e aquisição de produtos locais, os quais são adquiridos apenas como complemento, atingindo o propósito da Lei, mas não avançando para a além dela.

De qualquer modo, mesmo que ainda a agricultura familiar pudesse alcançar resultados mais satisfatórios dentro do PNAE, embora, muitas vezes pareça não se dar conta disso, o Programa tem auxiliado, em maior ou menor escala, agricultores familiares em suas distintas classificações, e principalmente tem amenizado os reflexos negativos das desigualdades sociais do país, uma vez que, garante o acesso à alimentação diária aos alunos.

Inicialmente esse estudo baseava-se em uma concepção romântica em relação à agricultura familiar e ao próprio PNAE. Era difícil considerar críticas a ambos, a agricultura familiar era vista sob a perspectiva da agroecologia e da produção orgânica, mas, o desenvolvimento da pesquisa trouxe argumentos que levaram a uma concepção baseada em informações concretas. Percebemos que as dificuldades são muitas: a produção orgânica e a sua comercialização e a burocracia que rege esse processo; a organização da Cooperativa e a própria execução e formulação das políticas públicas, como vimos, constantemente aprimorada.

Deste modo, sem considerar os anseios intrínsecos à pesquisadora, mas sim, analisando os resultados da pesquisa, apontamos algumas considerações e sugestões para contribuir com o desenvolvimento do PNAE no Município de Francisco Beltrão.

Em Francisco Beltrão a agricultura familiar é predominante, sendo que, essa agricultura possui uma grande capacidade na produção de alimentos. Tivemos a oportunidade de acompanhar com mais detalhes a produção de origem vegetal, voltada para a comercialização no PNAE, mas os dados apresentados no capítulo I, sugerem capacidade de produção também de origem animal. Essa capacidade de produção poderia ser mais bem aproveitada, tanto no mercado institucional como em outros, principalmente através da diversificação dos produtos, planejamento e organização dessa produção.

Como vimos, as cooperativas se constituem como uma forma alternativa de adquirir insumos mais baratos, e comercializar os produtos a preços mais vantajosos, de forma coletiva (Singer, 2002). Porém, em relação à COOPAFI, não identificamos uma organização produtiva capaz de atingir outros mercados além do institucional. As razões para essa condição, segundo os agricultores, é a falta de acesso aos mercados, segundo a Cooperativa, a baixa produção dos cooperados, sendo este um impasse que acaba tornando tanto os cooperados como a própria Cooperativa dependentes da comercialização institucional.

Encontramos em Singer (2002), contribuições pertinentes à economia solidária, em que o próprio autor revela sua preocupação em constituir uma economia solidária que permita aos sujeitos emancipação e ascensão econômica sem exploração do trabalho, sem alienação, uma alternativa estruturante no que conceitua Silva, Grossi, França (2010), mas não a acomodação, a dependência e o assistencialismo. Contudo, o próprio Singer (2002) admite existir poucas cooperativas efetivamente solidárias. A COOPAFI de Francisco Beltrão é um caso de cooperativa mista.

De acordo com o mencionado no texto, o PNAE possui dois propósitos principais, o primeiro deles é emergencial, pois visa garantir alimentação aos alunos em situação de vulnerabilidade. O outro propósito é estrutural porque visa aumentar a renda dos agricultores familiares a partir da abertura de um mercado de comercialização institucional.

Em Francisco Beltrão ficou evidente que o Programa desempenha muito bem o seu propósito emergencial, pois o maior consumo de alimentos está em escolas localizadas em bairros mais periféricos do Município e comunidades rurais mais distantes, como

apresentamos no mapa 3. Ainda em relação ao consumo, as escolas do campo apresentam consumo maior do que nas escolas urbanas, sendo que, em algumas dessas comunidades rurais (Ponte Nova do Cotegipe), não temos a presença de agricultores familiares que comercializam para o PNAE, o que sugere que as condições econômicas desses agricultores podem ser mais precárias.

Já no propósito estrutural, foi identificado que os agricultores familiares que se encaixam na classificação C e D, são os menos beneficiados com o Programa, que beneficia com maior volume monetário os poucos agricultores que estão na classificação B. Sendo que, a maioria destes agricultores não são cooperados, mas comercializam através de DAP individual, produtos de maior valor como carnes, peixes, leite.

De qualquer maneira, beneficiando mais alguns e menos outros, não podemos dizer que o PNAE não contribui, na medida em que, a comercialização dos produtos possui concorrentes mais fortes no mercado, e, que as dificuldades das comercializações a domicílio são inúmeras, se pensarmos em quantos quilos ou “pés” de alface são necessários comercializar para obter R\$800,00 de lucro, sendo que, as alternativas, além do PNAE, são as comercializações em domicílio, as feiras e no estabelecimento.

Para algumas famílias, mesmo que o PNAE represente um ou dois salários mínimos, eles são significativos na complementação da renda familiar. Então, não podemos afirmar que o PNAE não colabora para o fortalecimento dos agricultores, mesmo aqueles que menos comercializam. O fato é que o Programa beneficia em maior escala os agricultores que possuem maior iniciativa para investir em agroindústrias ou em certificações, como as de carnes, por exemplo.

Outro dado importante da pesquisa diz respeito à proporção de pessoas aposentadas e aquelas que mudaram de atividade para produzir para o PNAE. Muitas delas trabalhavam com atividades como o fumo, altamente prejudicial à saúde, por envolver no processo de produção a utilização de agrotóxicos. Já no caso dos aposentados o PNAE é uma complementação para a renda familiar e uma forma de manter-se ativo nas atividades do campo.

Não poderíamos deixar de mencionar que o desenvolvimento do PNAE no Município de Francisco Beltrão é recente, e a cada ano tem obtido avanços, seja na qualidade dos produtos ou na qualificação dos agricultores. Percebemos que há, por parte da Prefeitura Municipal, a intenção de adquirir os produtos da agricultura familiar, segundo a Nutricionista

responsável, a Prefeitura não adquire produtos *in natura* da agricultura familiar, somente quando o produto não é produzido, segundo ela, esse é um dinheiro que fica no Município e favorece os agricultores e o comércio local. Segundo a secretária de desenvolvimento rural de Francisco Beltrão, Daniela Cellupi, há a intenção de transformar em Lei Municipal a aquisição de produtos da agricultura familiar, conforme ela, somente as aquisições de carnes já atingiriam os 30% exigidos pela Lei Federal, então, seria necessário fixar uma Lei Municipal pra garantir a aquisição dos demais produtos da agricultura familiar.

Percebemos que há um esforço por parte dos envolvidos para que o PNAE tenha um desenvolvimento satisfatório no Município, até mesmo porque existe uma exigência legal para isso, a qual impede que recursos sejam destinados aos municípios que não as cumprem. Apesar disso, parece haver uma mobilização pela causa e não pela exigência.

Em relação ao Estado, os produtos que são adquiridos são escolhidos pelas escolas, as quais como apresentamos no quadro 6, têm como principal aquisição os produtos industrializados e de fácil preparação. Assim, a COOPAFI comercializa apenas hortaliças, tubérculos, frutas e alguns panificados. Em 2015 não comercializaram macarrão para o Estado, com previsão de corte na aquisição de bolachas em 2016. O Estado não adquire carnes para o PNAE em Francisco Beltrão, porque essas aquisições só podem ser realizadas através de cooperativas. Conforme as nutricionistas responsáveis pelo PNAE no Estado do Paraná explicaram, as Escolas podem comprar só panificados ou somente hortaliças ou somente leite, dependendo da região e da disponibilidade de produtos da agricultura familiar através das cooperativas. Deste modo, em Francisco Beltrão as aquisições para o PNAE beneficiam mais as indústrias.

Contudo, gostaríamos de contribuir de alguma forma com o desenvolvimento do PNAE no Município de Francisco Beltrão, sendo assim, apontamos algumas sugestões:

Um dos maiores obstáculos para resultados mais satisfatórios no PNAE, e nas demais comercializações em circuitos curtos, é a falta de formação com base cooperativista, tanto para os gestores quanto para os cooperados da COOPAFI. Talvez esse problema formativo pudesse ser contemplado em projetos da Universidade pelo próprio curso de Geografia.

A Cooperativa poderia tentar aumentar os mercados de comercialização, através do contato com esses mercados e a organização da produção.

Ainda em relação à produção, conforme destacamos no texto, há uma grande disputa pelo mercado institucional, esse é um mercado no qual a agricultura familiar precisa inserir

seus produtos com a diversidade de que é capaz, ou poderá perder o seu espaço, conquistado, como vimos no capítulo I, com muito esforço.

A EMATER realiza um excelente trabalho, porém, alguns técnicos que promovem os cursos desconhecem o PNAE, até mesmo alguns agricultores não conhecem o programa, apenas sabem que produzem para a alimentação escolar. Mas, como vimos no capítulo I, o PNAE e a agricultura familiar são resultados da luta de uma classe organizada de trabalhadores rurais, que conquistaram um pouco mais de visibilidade no contexto político, na elaboração de políticas públicas para esse seguimento, a partir das reivindicações organizadas, marchas, manifestações etc. O PNAE representa, de certa forma, a política que mais consegue favorecer os agricultores, como dissemos, em maior ou menor escala, mas ainda proporciona que os agricultores continuem produzindo alimentos, que a comercialização seja realizada pela Cooperativa, sem que, para essa produção seja incentivado o endividamento das famílias. O PNAE tem sim suas limitações, mas é um elo que liga a produção familiar à comercialização, que é a maior dificuldade encontrada pelos agricultores.

## 5 - REFERÊNCIAS

ARRUDA, Esnarriaga, Elcia. ALMEIDA, Moreira, Camila. **A mercantilização do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Irtemeio: Revista de mestrado em educação. Campo Grande. MS. V. 11. Nº 22, 2005.

AVILA. L.M, CALDAS. L. E, AVILA. R.S. **Coordenação e efeitos sinérgicos em Políticas Públicas no Brasil: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. PAA 10 Anos de Aquisição de Alimentos. Brasília, 2013.

BRASIL, 2009. Lei Nº 11.947/ 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**.

BRASIL. LEI 11.326. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**.2006

CALEGARI, Almir. **Entrevista concedida a Lidiane da Paz** em abril de 2015.

CHARLIER, Christine. **Comercializar os produtos locais: Circuitos curtos e circuitos longos**. Inovação no meio rural. Nº 7. Observatório Europeu – LEADER, 2000.

CHOCIAI, Marilena. **Aberta a temporada de frutas de inverno**. Revista olhar. Junho 2015.

COOPAFI. **Estatuto da COOPAFI**. Francisco Beltrão, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes geográficas: Reflexões sobre um tema persistente**. Revista Cidade. Rio de Janeiro.

DAROLT, Moacir Roberto. LAMINE, Claire. BRANDENBURG, Alfio. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: O caso brasileiro e Frances**. 2013.

FAO. **O Estado da segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato Multidimensional**. Brasília, 2014.

Fundo Nacional de Educação. FNDE. **Recursos2014/2015**: Disponível em <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **Alunado atendido em Francisco Beltrão2014/2015**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 13/10/2015

\_\_\_\_\_. **Extrato de pagamentos 2014/2015**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em: 13/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Legislação do Fundo Nacional de Educação 2014/2015**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Série histórica do PNAE**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso em 15/04/ 2014.

GUANZIOLI, c, Romeiro, A, Buainain, A.M. DI Sabbato, A, Bittencourt, G. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Ed. Garamond. Rio de Janeiro. 2001.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 14 ed. São Paulo. Ed. Atlas.1980.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria>.

IBGE. **IBGE cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em maio de 2015.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

MARTINS, A. **Entrevista concedida a Lidiane da Paz** em 2015.

MENEZES Francisco, SANTARELI Mariana. **Da estratégia fome zero ao plano Brasil sem miséria: Elementos de seguridade social no Brasil**. IBASE. 2010

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O poder, O socialismo**. Rio de Janeiro. Graal. 1980.

Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. **Dados**. Disponível em: Portal da transparência. <http://franciscobeltrao.pr.gov.br/portal-da-transparencia>. Acesso em: junho de 2014.

RETIÈRE, Morgane Isabelle Hélène. **Agricultores inseridos em Circuitos Curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. Dissertação de Mestrado. USP – Piracicaba, 2014.

SAGIN, Inês. **Entrevista concedida a Lidiane da Paz** em outubro de 2015.

SANTOS, Alves Roselí. **O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná**. Tese Doutorado. Unesp, 2008.

SAUER, Sergio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

SCHMITZ, Motter Aline. **O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira**. Dissertação de Mestrado. UNIOESTE.Francisco Beltrão, 2014.

Secretariade Educaçãodo Estadodo Paraná – SEED –**Série HistóriaCenso Escolar 2002 – 2010**. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/dadosgov/?p=catalogo>. Acesso em 10/08/2015.

Secretária de Educação do Estado do Paraná. **Merenda Escolar: Manual de instruções normativas**. Curitiba, 2014.

Secretária de Educação do Estado do Paraná. **SEED em números**. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros>. Acesso em setembro de 2015.

SILVA, J.G, GROSSI, D.E.M, FRANÇA, G.C. **Fome Zero: A experiência Brasileira.** Brasília, 2010.

SILVA, Vosnei. **Cooperativismo de crédito solidário? A atuação da Cresol no contexto da chamada agricultura familiar.** Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, Francisco Beltrão. 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** 1ª ed. São Paulo, 2002.

STEDILE, João Pedro. **Palestra XII Festa das Sementes.** Capanema. 2015.

STOLARSKI, M.C. **Caminhos da alimentação escolar no século XXI: Histórico da política nacional e avanços na gestão do Paraná.** In: HAERSCHMIDT, Iniberto. **Alimentação saudável e sustentabilidade ambiental nas escolas do Paraná.** Curitiba, 2014. p. 9-36.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** 3ª ed. Passo Fundo. 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas para o desenvolvimento local e na transformação da realidade.** 2002.

TRÊS, Valdecir. Entrevista concedida a Lidiane da Paz em abril de 2015.

TURPIN, Maria Helena. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional.** Campinas – SP, 2008.

ZANELLA, Solange. **Entrevista concedida a Lidiane da Paz** em outubro de 2015.

**Anexo 1**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**Questionário 01**

1. Nome e sobrenome
2. Local da propriedade e tamanho
3. Em relação à produção:

Tipo de produto	
Qual o tempo diário para produção?	
Responsável pela produção	
Há excedente? Onde é comercializado?	
Utilizou algum financiamento? Qual?	
Quanto tempo comercializa no PNAE?	

4. Qual a principal fonte de renda do estabelecimento?
5. Quantas pessoas que moram no estabelecimento são aposentadas?
6. Quantas pessoas que moram no estabelecimento são pluriativas?
7. Em relação à renda agropecuária do estabelecimento, qual o percentual representado pelo PNAE?
8. O PNAE é importante?
9. O que mudou com o PNAE, em termos econômicos, na quantidade de trabalho, na propriedade?
10. O PNAE proporcionou as condições para adquirir algum bem que desejava? Qual?
11. Qual a sua avaliação sobre o PNAE?
12. Quais os pontos negativos do PNAE?
13. Qual o papel do PNAE para a permanência da família?

**Anexo 2**

**Campus de Francisco Beltrão**  
**Centro Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-graduação stricto sensu em Geografia – nível de mestrado**

**Carta de Cessão**

Francisco Beltrão (PR), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Eu \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada em \_\_\_\_\_ para a \_\_\_\_\_ usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle à Mestranda do PPGG- Geografia da UNIOESTE, Lidiane Paz, que tem sua guarda.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

---

Depoente

---

Entrevistador

### Chamamento Público nº 001/2014

Para credenciamento de fornecedores de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural **para alimentação escolar, com dispensa de licitação - Lei n.º 11.947, de 16/07/2009 e Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009 e Lei Municipal nº 3629/2009 de 07 de outubro de 2009.**

O município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, inscrita no CNPJ sob o nº 77.816.510/0001-66, representado neste ato pelo prefeito Municipal, senhor ANTONIO CANTELMO NETO, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/ CD n.º 38/2009, vem realizar Chamamento Público para credenciamento de fornecedores de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural **para alimentação escolar**, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, pelo período de 6(seis) meses. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia **13 de fevereiro de 2013, às 09:00 horas**, e ainda a qualquer tempo, no setor de licitações, no endereço supra citado.

#### 1. Do objeto

O objeto do presente Chamamento Público é o credenciamento para fornecedores de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

ITEM	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	Leite pasteurizado tipo "C", com indicação na embalagem do número do registro no Sim - Serviço de Inspeção Municipal e rotulagem nutricional conforme legislação vigente.	80.000	litro	1,50	120.000,00
02	Iogurte integral com polpa natural de frutas, nos sabores morango, pêssego e salada de frutas, com indicação na embalagem do número do registro no Sim - Serviço de Inspeção Municipal e rotulagem nutricional conforme legislação vigente.	12.000	litro	2,45	29.400,00
03	Mel natural de abelhas melíferas, livre de aditivos e contaminantes, com indicação na embalagem do número do registro no Sim-Serviço de Inspeção Municipal e rotulagem nutricional conforme legislação vigente.	600	kg	10,00	6.000,00
04	Açúcar mascavo, contendo no mínimo 90% de sacarose, elaborado a partir de caldo de cana livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais, com rotulagem nutricional conforme legislação vigente.	1.000	kg	4,50	4.500,00
05	Alface crespa, tipo extra, de primeira qualidade; sem defeitos, com folhas verdes, hidratadas, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	10.000	kg	3,50	35.000,00

06	Salsinha e cebolinha verde (cheiro-verde) fresca, embalada em saco plástico, com cheiro e sabor próprios, firme e intacta, livre de fertilizantes e sujidades e sem nenhum tipo de sinal de deterioração. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	3.000	kg	6,00	18.000,00
07	Citrus Ponkan, peso médio 200gr, destinado ao consumo "in natura", devendo estar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	15.000	kg	1,20	18.000,00
08	Queijo tipo colonial com indicação na embalagem do número do registro no Sim - Serviço de Inspeção Municipal e rotulagem nutricional conforme legislação vigente.	3.000	kg	14,00	42.000,00
09	Repolho verde liso de primeira qualidade, compacto e firme apresentando grau ideal no desenvolvimento do tamanho, livre de qualquer sinal de deterioração. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	2.000	kg	1,50	3.000,00
10	Brócolis - de primeira qualidade, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, olhas inteiras, de coloração uniforme e sem manchas, turgescentes, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas aderentes à superfície externa. Maço de no mínimo 300 gramas.	3.000	kg	3,60	10.800,00
11	Mandioca graúda, raiz limpa e sem cascas, de boa qualidade, sem defeitos, com aspecto, aroma, sabor e cor da polpa típicos da variedade, com uniformidade de tamanho e cor, ausência de rachaduras, perfurações e cortes provocados mecanicamente ou por insetos e doenças. As raízes devem ser próprias para o consumo humano e oriundas de vegetais saudáveis, com colheita recente, isentos de umidade externa anormal, odor e aspectos estranhos. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	6.000	kg	2,20	13.200,00
12	Cenoura - sem folhas, primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos e terra aderido à superfície externa.	1.700	kg	2,20	3.740,00
13	Macarrão caseiro produzido dentro das normas da ANVISA, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, estando embalado e rotulado de acordo com a legislação vigente.	4.000	kg	8,00	32.000,00
14	Bolacha caseira produzida dentro das normas da ANVISA, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, estando embalada e rotulada de acordo com a legislação vigente.	4.000	kg	9,20	36.800,00
15	Cuca caseira, sem recheio, em embalagem plástica, transparente, produzida dentro das normas da ANVISA, com registro na Vigilância Sanitária Municipal, embalada e rotulada de acordo com a legislação vigente. Cada unidade com peso mínimo de 500 gramas.	4.000	kg	8,70	34.800,00
16	Morango higienizado, congelado, dentro dos padrões da legislação vigente.	750	kg	8,50	6.375,00
17	Carne bovina desossada (acém e paleta), cortada em cubos de aproximadamente 5 cm, Certificado de Inspeção, acondicionada em embalagem adequada de 1 a 2 kg, com rotulo indicando data de validade e identificação por CMEI com indicação na embalagem do número do registro no SIM - Serviço de Inspeção Municipal.	5.500	kg	8,00	44.000,00

18	Carne bovina moída fresca, in natura, não industrializada, de segunda, com aponevrose de no máximo dez por cento, com certificado de inspeção, acondicionada em embalagem adequada de 1 a 2 kg, com rótulo indicando data de validade e identificação por escola com indicação na embalagem do número do registro no SIM - Serviço de Inspeção Municipal.	6.500	kg	7,50	48.750,00
19	Carne suína fresca, com pouca gordura aparente (menos de 10%) sem osso e sem pele, com registro no serviço de inspeção municipal – SIM.	3.000	kg	9,00	27.000,00
20	Beterraba de primeira qualidade, tamanho médio, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho que lhe permita suportar manipulação, urgentes, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; com ausência de sujidades, parasitos e larva aderentes à superfície externa.	1.500	kg	2,20	3.300,00
21	Acelga de primeira qualidade, bem desenvolvida, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria da espécie e variedade, livres de fermentos ou defeitos, não estando danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	3.000	kg	2,20	6.600,00
22	Batata doce de primeira qualidade sem defeitos, com aspecto, aroma, sabor e cor da polpa típicos da variedade, com uniformidade de tamanho e cor, ausência de rachaduras, perfurações e cortes provocados mecanicamente ou por insetos e doenças. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	6.000	kg	1,80	10.800,00
23	Peixe, filé de tilápia. Congelado com carne firme e elástica, isento de espinhas e cartilagens, embalagem transparente, atóxica. Com Registro no SIM (Serviço de Inspeção Municipal).	4.500	kg	17,50	78.750,00
24	Chuchu de primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem fermentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos aderidos a superfície externa.	3.500	kg	1,20	4.200,00
25	Almeirão/chicória/americana; sem defeitos, com folhas verdes, hidratadas, sem traços de descoloração, turgescerem, intactas, firmes e bem desenvolvidas, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem.	3.000	kg	3,40	10.200,00
26	Banana prata, de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras.	2.000	kg	2,50	5.000,00
27	Melado de cana com indicação na embalagem e rotulagem nutricional conforme legislação vigente.	800	kg	5,50	4.400,00
28	Cangica amarela de milho, Tipo 1 – Entrega em embalagem de 500 gramas a 1 kg.	250	kg	1,80	450,00
29	Canjiquinha de milho amarela (quirera) – Entrega em embalagem de 500 gramas.	550	kg	1,80	990,00
30	Doce de frutas, próprio para passar no pão – Entrega em embalagem de 500 gramas a 1 kg.	500	kg	8,50	4.250,00
31	Farinha de milho – fubá - fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas. Produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos de animais e vegetais. Entrega em embalagem de polietileno atóxico, resistente de 1 kg.	1.400	kg	1,80	2.520,00
32	Maça de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras.	3.000	kg	4,90	14.700,00
33	Melancia de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras.	3.000	kg	0,85	2.550,00

34	Cebola branca de cabeça de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras, bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar a qualidade. Com diâmetro transversal mínimo de 6 cm, em embalagens de 2 a 3 Kg.	1.000	kg	1,60	1.600,00
35	Abobrinha Verde de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras ou outros que alterem o produto.	4.500	kg	1,70	7.650,00
36	Abobora kabotia picada, congelada e embalada de primeira qualidade, com boa aparência e sem machucaduras, ou outros que alterem o produto.	2.000	kg	3,50	7.000,00
37	Milho verde sem palha, limpo e embalado em pacotes de 5 Kg de primeira qualidade sem defeitos, com aspecto, aroma, sabor e cor dos grãos típicos da variedade.	4.000	kg	3,50	14.000,00
38	Couve manteiga picada em embalagem transparente atóxica; sem defeitos, com folhas verdes, hidratadas, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	5.000	kg	7,00	35.000,00
39	Tomate com diâmetro mínimo de 6 cm em embalagem de 2 a 3 Kg, com grau de maturação que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo mediato e imediato. Apresentando cor, tamanho e com formação uniformes. Livre de machucaduras, Bolores, Sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade.	3.000	kg	3,10	9.300,00
40	Couve flor de primeira qualidade, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie e grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, olhas inteiras, de coloração uniforme e sem manchas, turgescentes, intactas, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas aderentes à superfície externa.	1.400	kg	2,70	3.780,00
41	Melissa, limpa e embalada em embalagem transparente atóxica de 100 gramas, com rotulagem adequada. Licença Sanitária Atualizada.	600	pacote com 100 gramas	17,40	10.440,00
42	Hortelã limpa e embalada em embalagem transparente atóxica de 100 gramas, com rotulagem adequada.	800	pacote com 100 gramas	8,70	6.960,00
43	Ovos de galinha grande, pesando em média 50 gramas cada, em embalagem e livre de sujidades. Com Registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM).	2.000	dúzia	3,50	7.000,00
44	Polpa natural de frutas, congelada, sabores abacaxi, manga, goiaba, melão, morango, acerola, acerola orgânica, mamão, abacate, maracujá e uva, não fermentada, não concentrada, processada de acordo com as normas com Registro no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), embalada em pacotes de polietileno 1 Kg.	3.000	kg	8,00	24.000,00
45	Suco de uva integral, processado de acordo com as normas com Registro no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), em embalagens de 1 litro em vidro.	10.000	litro	6,26	62.600,00
46	Bebida a base de soja, sabores diversos conforme solicitação da secretaria de educação, sem conservantes, em embalagens de 1 litro em polietileno leitoso e rotulagem nutricional conforme legislação vigente.	8.500	litro	2,70	22.950,00
47	Agrião, sem defeitos, com folhas verdes, hidratadas, sem traços de descoloração, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem.	1.000	kg	3,95	3.950,00

48	Rúcula, sem defeitos, com folhas verdes, hidratadas, sem traços de descoloração, turgescendo, intactas, firmes e bem desenvolvidas, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem.	1.000	kg	3,92	3.920,00
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO					902.225,00

1.2 – Deverão ser apresentadas amostras dos produtos, da forma especificada no item 4 deste edital.

## 2. Da fonte de recurso

Receita proveniente de Recursos FNDE – Merenda Escolar e Salário - Educação.

Conta	Órgão/Unidade	Funcional programática	Elemento de despesa	Fonte
1730	07.002	12.361.1201.2.042	3.3.90.32.05.00	107
1740	07.002	12.361.1201.2.042		113
1860	07.002	12.361.1201.2.043		107
1870	07.002	12.361.1201.2.043		113
2060	07.002	12.365.1201.2.044		107
2070	07.002	12.365.1201.2.044		113
2170	07.002	12.365.1201.2.045		107
2180	07.002	12.365.1201.2.045		113
2290	07.002	12.366.1201.2.041		107
2300	07.002	12.366.1201.2.041		113

## 3. Da entrega e abertura dos envelopes 01 e 02

### 3.1. Envelope nº 01 – habilitação do Grupo Formal (pessoa jurídica)

O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Cópia autenticada da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Certidões negativas relativas ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópia autenticada do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- f) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

### 3.2. Envelope nº 01 – habilitação do Grupo Informal (pessoa física)

O Grupo Informal deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Cópia autenticada da inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da cédula de Identidade;

- b) Cópia autenticada da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

**3.3. Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade e poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada (em Tabela de Notas, ou pela Comissão de Licitação, ou por Servidor Público), desde que legíveis.**

#### **3.4. Envelope nº 02 – Projeto de Venda**

No envelope nº 02 deverá ser entregue o Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.

**3.5. A abertura dos envelopes dar-se-á na sala de reuniões do setor de licitações da Municipalidade, no dia de 13 de fevereiro de 2014, às 09:00 horas.**

**3.5.1.** Dos inscritos que se apresentarem a qualquer tempo, após a data estabelecida no preâmbulo deste edital, a abertura dos envelopes dar-se-á em data e horário que serão comunicados mediante convocação através de publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Município e na webpage [www.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br), com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

#### **4. Das amostras dos produtos**

As amostras dos produtos, **com a identificação da Licitante, do nº do edital e do nº do item correspondente**, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, **até o dia 10 de fevereiro de 2014, e até as 16:00 horas**, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

#### **5. Do local e periodicidade de entrega dos produtos**

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no **prazo de 6(seis) meses**, a partir da celebração do contrato, de acordo com o cronograma a ser fornecido pelo Município nas escolas e centros de educação infantil abaixo relacionados, que atestarão o seu recebimento.

#### **Relação dos Centros Municipais de Educação Infantil do Município:**

1	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL IVANIR ALBUQUERQUE	RUA PRUDENTE ALBUQUERQUE, 201 BAIRRO CRISTO REI
2	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO PRÍNCIPE	RUA SÃO MARCOS, 123, BAIRRO DA CANGO
3	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARLI ABDALA	RUA BARRA MANSÁ, S/N, BAIRRO PINHEIRINHO
4	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO MEU	RUA ANGRA DOS REIS, S/N – B. PINHEIRINHO – CAIC
5	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIVA S. MARTINS	RUA SIRIEMA, S/N – BAIRRO PADRE ULRICO
6	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL IDALINO RINALDI	RUA ARDELINO MARTINI, S/N – BAIRRO SÁDIA
7	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DELFO JOÃO FREGONESE	RUA CAMPO LARGO, S/N – BAIRRO INDUSTRIAL
8	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL HERBERT DE	RUA BEIJA FLOR, S/N – CONJUNTO ESPERANÇA, BAIRRO

	SOUZA	PADRE ULRICO
9	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NICE BRAGA	RUA DAS GAIVOTAS, S/N, BAIRRO MINIGUAÇU
10	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARROSSEL	RUA X DE OUTUBRO, S/N, BAIRRO SÃO MIGUEL
11	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZELIR VETORELLO	RUA PIRATUBA, 141, BAIRRO JARDINS FLORESTA
12	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO ENCANTADO	RUA TABAJARA, ESQUINA COM AGUINALDO SILVA, S/N, BAIRRO NOVO MUNDO
13	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NANCY PINTO DE MORAIS	RUA ANTONIO CARNEIRO NETO, S/N, BAIRRO ALVORADA
14	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DALVA PAGGI CLAUS	RUA MANDAGUARI, 230, BAIRRO LUTHER KING
15	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO DO CÉU	RUA SALTO DO LONTRA, S/N, BAIRRO MARRECAS

#### Relação das Escolas Municipais:

1	E.M. FREI DEODATO	RUA GOVERNADOR PARIGOT DE SOUZA S/N- CANGO
2	E.M. BOM PASTOR	RUA MARÍLIA, 1199, BAIRRO LUTHER KING
3	E.M. SÃO CRISTOVÃO	RUA SÃO PAULO, 2180 , BAIRRO INDUSTRIAL
4	E.M. MADRE BOAVENTURA	RUA SÃO MIGUEL S/N, BAIRRO SÃO MIGUEL
5	E.M. N. SRA. DO SAGRADO CORAÇÃO	RUA SIRIEMA S/N, BAIRRO PADRE ULRICO
6	E.M. PROF. M <sup>o</sup> BASSO DELLANI	RUA SÃO PAULO, 1135, CENTRO
7	E.M. M <sup>o</sup> HELENA VANDRESEN	RUA GOIÁS, 450, BAIRRO ALVORADA
8	E.M. PROF. RUBENS A. BONATTO	RUA PE. MANOEL DA NOBREGA S/N, BAIRRO CRISTO REI
9	E.M. PROF. PEDRO ALGERI	RUA ELIAS SCALCO, 989, BAIRRO MINIGUAÇU
10	E.M. GERMANO MEYER	RUA SALTO DO LONTRA S/N, BAIRRO MARRECAS
11	E.M. HIGINO A. PIRES NETO	RUA ARDELINO MARTINI S/N, BAIRRO SADIÁ
12	E.M. XV DE OUTUBRO	RUA BREJINHO S/N, BAIRRO JD FLORESTA
13	E.M. RECANTO FELIZ (CAIC)	RUA ANGRA DOS REIS COM TAUBATÉ, S/N, BAIRRO PINHEIRINHO
14	E.M. FCO. MANOEL DA SILVA	RUA AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA – KM4 – BAIRRO NOVO MUNDO
15	E.M. DENI L. SCHWARTZ (PONTE NOVA DO COTEGIPE)	ENTREGA NO DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR NAS TERÇAS-FEIRAS
16	E.M. JUSCELINO KUBITSCHKE (RIO TUNA)	ENTREGA NO DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR NAS TERÇAS-FEIRAS
17	E.M. BASÍLIO TIECHER (KM 20)	ENTREGA NO DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR NAS TERÇAS-FEIRAS
18	E.M. N. SRA. DE FATIMA (NOVA CONCÓRDIA)	ENTREGA NO DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR NAS TERÇAS-FEIRAS
19	E.M. EPITÁCIO PESSOA (SEÇÃO JACARÉ)	ENTREGA NO DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR NAS TERÇAS-FEIRAS
20	E.M. IRMÃO CIRILO (ASSENTAMENTO MISSÕES)	ENTREGA NO DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR NAS TERÇAS-FEIRAS
21	E.M. PARIGOT DE SOUZA (JACUTINGA)	ENTREGA NO DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR NAS TERÇAS-FEIRAS
22	CASA FAMILIAR RURAL	ENTREGA NO DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR NAS TERÇAS-FEIRAS
23	DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR	RUA BUENOS AIRES S/N – MINIGUAÇU
24	APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	CHÁCARA DA APAE NA COMUNIDADE AGUA BRANCA

#### 6. Do pagamento

O pagamento será realizado no prazo de 30(trinta) dias após a última entrega do mês, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

#### 7. Das disposições Gerais

- a. O presente edital de Chamamento Público poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Administração, no setor de licitações, no horário

de expediente, de segunda a sexta-feira, ou através do site [www.franciscobeltrao.pr.gov.br](http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br).

- b. Para definição dos preços de referência deverá observar o artigo 23 da referida Resolução do FNDE;
- c. Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. art. 23 § 6º, da mencionada Resolução do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1203118176.pdf>;
- d. Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade às propostas dos grupos locais e as dos Grupos Formais, art. 23, § 3º e § 4º, da referida Resolução do FNDE;
- e. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- f. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano civil;
- g. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.

Francisco Beltrão – PR., 17 de janeiro de 2014.

Antonio Cantelmo Neto  
Prefeito Municipal

---

### Resultado

O presidente da Comissão de Licitação, nomeado através da Portaria nº 072/2014, de 03 de fevereiro de 2014, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público resultado de Licitação:

MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2014.

---

OBJETO: Credenciamento para fornecedores de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

**FORAM CREDENCIADOS: item 01 - AMARILDO FACHINELLO; GIGOMAR FACHINELLO; RONI GRASSI; NEVIO GRASSI; item 08 - MARILDO ATILIO CAPRA; item 23 - ADEMIR CUBA; DIONES DI DOMENICO; ADILCEU SIRUK; SERGIO SIRUK; ADEMAR CUBA; ALTAMIR MATTEI; itens 17 e 18 - JOSE LINO DE ARAUJO; ADELINO TONELLO; item 19 - GENTIL JOAO SARTOR; MOACIR MACCARI.**

Francisco Beltrão, 10 de março de 2014.

Cidney Barbiero Filho – Presidente da Comissão de Licitação

---

O presidente da Comissão de Licitação, nomeado através da Portaria nº 311/2013, de 05 de julho de 2013, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público resultado de Licitação:

MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2014.

---

OBJETO: credenciamento para fornecedores de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

FOI CREDENCIADA: **COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE FRANCISCO BELTRÃO – COOPAFI**, nos itens: 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46 e 48.

Francisco Beltrão, 13 de fevereiro de 2014.

Fernando José Steimbach – Presidente da Comissão de Licitação

---

O presidente da Comissão de Licitação, nomeado através da Portaria nº 072/2014, de 03 de fevereiro de 2014, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público resultado de Licitação:

MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2014.

---

OBJETO: credenciamento para fornecedores de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

FOI CREDENCIADA: **COOPERATIVA REGIONAL DOS VITIVINICULTORES DO SUDOESTE DO PARANÁ**, no item 45.  
Francisco Beltrão, 25 de março de 2014.

Cidney Barbiero Filho– Presidente da Comissão de Licitação

---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO – PR MERENDA ESCOLAR

Nutricionista Joelen Raiana Favaro CRN8 - 8209

Cardápio Mensal: Escolas Municipais– Julho e Agosto 2015.

LANCHES	1ª Semana 22/07 a 24/07	2ª Semana 27/07 a 31/07	3ª Semana 03/08 a 07/08	4ª Semana 10/08 a 14/08	5ª Semana 17/08 a 21/08
1ª Opção	-----	Pão com carne moída, Chá de Hortelã com Frutas e canela	Pão com Margarina, Iogurte, Banana	Pão com Doce e Iogurte	Torta Salgada com carne moída e Legumes e Chá de Erva Doce com Laranja
2ª Opção	-----	Arroz, Frango, Couve Refogada, Omelete e salada Cenoura	Arroz, Feijão, Mandioca com carne Moída e Salada de Chicória e Beterraba	Sopa de Feijão, Arroz e Legumes	Quirerinha com Carne suína e Salada
3ª Opção	Cereal de Milho com Leite e Banana	Cangica e Banana	Sagu com Gelatina de Uva e Maça	Bolacha e Achiocolatado	Pão com Melado e Achiocolatado e Banana
4ª Opção	Risoto de frango, Batata Doce, salada de Repolho e Pokan.	Polenta, carne Suína e salada Alface e Repolho	Sopa de Macarrão, Frango e Legumes	Macarrão caseiro com frango em molho, Batata Doce e salada de espinafre	Sopa de Frango com legumes e arroz
5ª Opção	Biscoito Caseiro, Chá de (Melissa com Laranja e Cravo e Canela) e	Iogurte, Biscoito Salgado	Achiocolatado e Cuca.	Arroz Doce com Canela e Banana	Biscoito Caseiro, Iogurte

	Pera				
LANCHES	6ª Semana 24/08 a 28/08	7ª Semana 31/08 a 04/09			
1ª Opção	Bolacha, Achocolatado e Maça	Pão com Doce e Chá de Maça com Canela			
2ª Opção	Arroz, Frango em molho, Purê de Batata, Salada de Alface e Cenoura	Sopa de Frango, Farelo de Aveia com Legumes			
3ª Opção	Gelatina e Batata Doce	Biscoito e Vitamina de Banana com leite			
4ª Opção	Arroz, Carne Suína, Mandioca, Salada de Couve e Suco de Polpa de Frutas	Arroz, Purê de Batatas, Carne Moída e Salada de Chicória e Beterraba			
5ª Opção	Pão com Margarina, Iogurte e Banana	Iogurte, cuca e Maça			

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Francisco Beltrão  
Alimentação Escolar - Nutricionista Joelen Raiana Favaro CRN 8902  
Contato: 3520-2153

JULHO E AGOSTO 2015

**CRONOGRAMA ENTREGA AGRICULTURA FAMILIAR**

PRODUTO	CMEIS														TOTAL				
	BETINHO	CARRO	IVANIR	PEQ.	MARLI	SONHO	ZELIR V.	MUNDO	IDALIN	DELFO F.	NANCY	CANTIN	NICE	DALVA		DIVA	CARMEM	TIO DIDIO	
	SSEL	A.	PRINCIPE	A.	MEU		ADO	O R.		P DE	HO DO	BRAGA	CLAUS	MARTINS	VARGAS	SEMINAR	IO		
ACELGA - KG	6	2	5	3	2	4	2	3	2	2	2	2	3	9	2	3	1	53	
ALFACE - KG	5	4	5	4	4	6	4	4	5	3	4	6	6	8	5	4	2	79	
BATATA SALSA -KG	5	4	5	4	4	6	4	4	5	3	4	4	5	6	5	4	2	74	
BATATA DOCE - KG	12	10	10	10	10	20	10	10	10	10	10	10	12	12	10	10	5	181	
BETERRABA - KG	7	3	4	2	1	4	2	3	1	1	3	1	3	5	2	3	1	46	
BOLACHA CASEIRA KG	5	5	3	5	4	8	3	4	4	3	4	2	5	4	4	4	2	69	
BRÓCOLIS - KG	9	3	5	4	4	7	4	4	3	3	4	3	5	15	4	4	3	84	
CENOURA - KG	7	4	4	5	4	6	4	5	4	3	5	2	5	4	4	5	1	72	
CHEIRO-VERDE - KG	4	2	3	2	2	3	2	3	2	2	2	2	3	3	2	2	1	40	
MACARRÃO CASEIRO-KG	8	6	6	5	6	13	9	7	6	6	8	6	8	12	9	6	5	125	
MANDIOCA - KG	12	10	10	10	10	20	10	15	10	10	15	10	18	10	10	15	10	205	
CUCA CASEIRA - KG	6	6	5	5	4	10	4	5	4	3	5	2	6	6	4	5	5	85	
ALMEIRÃO/ CHICÓRIA - KG	3	2	3	2	2	3	2	3	3	1	3	2	4	4	3	3	1	44	
REPOLHO VERDE - KG	7	3	5	3	1	8	3	3	3	2	3	2	3	6	2	3	1	58	
MILHO VERDE - KG	12	10	10	10	10	20	10	10	10	10	10	10	12	12	10	10	10	186	
MELANCIA - KG	30	25	25	30	30	40	30	25	25	25	25	15	25	40	30	20	15	455	
COUVE MANTEIGA -KG	6	3	3	3	3	3	3	3	2	3	2	3	2	3	4	3	4	2	53
ESPINAFRE KG	4	2	4	3	2	4	2	3	2	3	3	1	4	3	2	3	1	46	
RÚCULA KG	4	2	4	3	2	4	2	3	2	3	3	1	4	3	2	3	1	46	
COUVE FLOR KG	9	3	5	4	4	7	4	4	3	3	4	3	4	15	4	4	2	82	
VAGEM - KG	5	4	5	4	4	6	4	4	5	3	4	6	6	8	5	4	2	79	
ABOBORA KABITIA - KG	15	6	15	6	6	15	6	6	6	6	7	7	7	15	8	7	5	143	
ABÓBRINHA VERDE -KG	12	6	12	6	6	12	6	6	6	6	7	7	7	12	8	7	5	131	
LIMÃO - KG	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	
LARANJA - KG	2	2	2	2	2	2	6	2	6	2	2	6	6	6	2	6	6	62	
POKAN - KG	30	25	25	30	30	40	30	25	25	25	25	15	25	40	30	20	15	455	

Semana: Alface, Beterraba, Cenoura, Cheiro Verde, Repolho Verde: 06/07, 13/07, 20/07, 27/07, 03/08, 10/08, 17/08, 24/08, 31/08 - 9 ENTREGAS

Semana 1: Cuka, Couve Flor, chicória, Abóbriha Verde: 06/07, 03/08, 31/08 - 3 entregas  
Semana 2: Brócolis, macarrão caseiro, Espinafre, Limão : 13/07, 10/08 - 2 entregas  
Semana 3 : Bolacha Caseira, Rúcula, Vagem, Batata Salssa: 20/07, 17/08 - 2 entregas  
Semana 4 : Mandioca, Couve Manteiga, Acelga: 27/07, 24/08 - 2 entregas

Batata Doce: 06/07, 20/07, 03/08, 24/08 - 4 entregas  
Pokan: 06/07, 20/07, 27/07, 03/08, 10/08 - 5 entregas  
Laranja: 20/07, 10/08 - 2 entregas

ESCOLAS																			
NOME DA ESCOLA	CHEIRO-VERDE KG	ALFACE KG	Bolacha Caseira	Macarrão Caseiro	CUCA Caseira	Mandioca	Brócolis	Ameirol/Chicória	Acelga	Vagem KG	MILHO VERDE	MELANCIA	Espinafre KG	RÚCULA KG	Couve Flor	Limão KG	Pokan KG	Laranja KG	Abóbriha Verde Kg
São Cristóvão	1	4	12	6	12	4	3	6	6	3	12	30	2	2	3	1	40	8	12
Prof. Pedro Algeri	1	6	16	8	16	6	5	10	8	5	16	32	2	2	5	1	40	2	16
Bom Pastor	1	4	18	14	24	6	4	6	8	4	14	28	2	2	4	1	35	2	14
Nª Sra. Do Sagrado Coração	1	15	35	20	45	15	17	20	20	17	30	80	4	4	10	2	80	2	40
Amarbem	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	1	20	0	0
Frei Deodato	1	6	10	8	10	4	5	10	8	5	10	30	2	2	5	1	40	2	10
Recanto Feliz - CAIC	2	15	40	20	35	20	13	20	20	13	40	100	8	8	13	3	100	2	40
Hilgino Antunes Pires Neto	1	15	22	15	20	10	13	10	20	13	22	50	5	5	8	2	80	2	20
Quinze de Outubro	1	3	15	8	17	4	4	6	5	4	8	20	2	2	2	1	30	2	10
Rubens A Bonatto	1	8	14	14	14	6	5	6	10	5	14	30	5	5	5	1	30	2	14
Madre Boaventura	1	17	30	15	30	15	13	15	15	13	30	50	6	6	13	2	80	2	40
Germano Meyer	1	5	5	10	10	5	5	6	10	5	10	25	3	3	5	1	30	2	15
Françisco Manoel da Silva	2	17	20	15	20	8	5	20	18	5	20	40	4	4	5	2	60	2	30
Profª Mª Helena Vaidresen	1	3	10	8	10	4	3	6	6	3	10	25	2	2	3	1	30	6	15
Profª Mª Basso Dellini	1	3	10	8	10	4	3	6	6	3	10	25	2	2	3	1	30	2	15
	17	125	257	169	273	111	98	147	160	98	246	565	61	51	84	21	725	38	291

Semanal INTEGRAL: Alface (SEG e QUA),Cheiro Verde: 22/07, 27/07, 03/08, 10/08, 17/08, 24/08, 31/08 - 7 ENTREGAS

Semana 1: Cheiro Verde, Cuca, Acelga, chicória, Abóbriha Verde, Beterraba: 03/08, 31/08 - 2 entregas  
 Semana 2: Brócolis, macarrão caseiro, Espinafre, Limão : 10/08 - 1 entregas  
 Semana 3 : Bolacha Caseira, Rúcula, Vagem, Cheiro Verde: 22/07, 17/08 - 2 entregas  
 Semana 4 : Alface, Mandioca, Couve Manteiga, Couve - Flor, Cenoura: 27/07, 24/08 - 2 entregas

Batata Doce: 22/07, 03/08, 24/08 - 3 entregas  
 Pokan: 22/07, 27/07, 03/08, 10/08 - 4 entregas  
 Laranja: 22/07, 10/08 - 2 entregas

Entrega no Depósito SMECE																			
NOME DA ESCOLA	CHEIRO-VERDE KG SEMAN	ALFACE KG	Bolacha Caseira	Macarrão Caseiro	CUCA Caseira	Mandioca	Brócolis	Almeirão/Chicória	Acelga	Vagem KG	MILHO VERDE	MELANCIA	Espinafre KG	RÚCULA KG	Couve Flor	Limão KG	Pokan KG	Laranja KG	Abóbriha Verde Kg
Parigot de Souza	2	6	7	7	7	4	3	0	3	6	10	20	2	2	3	1	8	2	8
Eplício Pessoa	2	4	7	7	8	5	3	0	2	4	10	20	2	2	3	1	8	2	8
Dani L. Schwartz	2	6	12	8	12	5	3	5	3	6	12	30	2	2	3	1	12	2	12
Basílio Tiecher	2	6	10	7	10	5	3	0	3	6	10	20	2	2	3	1	8	2	8
J. Kubitschek	2	4	10	7	10	4	3	0	4	4	10	20	2	2	3	1	8	6	8
Irmão Cirilo	2	6	10	7	10	5	3	0	3	6	10	20	2	2	3	1	8	2	8
Nª Sra. De Fátima	2	4	10	7	10	4	3	0	4	4	10	20	2	2	3	1	8	2	8
EJA Padre Ulrico	1	2	2	0	2	0	1	0	0	0	2	5	1	1	1	1	2	2	2
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15</b>	<b>38</b>	<b>68</b>	<b>60</b>	<b>69</b>	<b>32</b>	<b>22</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>36</b>	<b>74</b>	<b>165</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>22</b>	<b>8</b>	<b>62</b>	<b>20</b>	<b>62</b>

Semanal INTEGRAL: Alface (SEG e QUA),Cheiro Verde: 22/07, 27/07, 03/08, 10/08, 17/08, 24/08, 31/08 - 7 ENTREGAS

Semana 1: Cheiro Verde, Cuca, Acelga, chicória, Abóbriha Verde, Beteraba: 03/08, 31/08 - 2 entregas  
 Semana 2: Brócolis, macarrão caseiro, Espinafre, Limão: 10/08 - 1 entregas  
 Semana 3: Bolacha Caseira, Rúcula, Vagem, Cheiro Verde: 22/07, 17/08 - 2 entregas  
 Semana 4: Alface, Mandioca, Couve Manteiga, Couve - Flor, Cenoura: 27/07, 24/08 - 2 entregas

Batata Doce: 22/07, 03/08, 24/08 - 3 entregas  
 Pokan: 22/07, 27/07, 03/08, 10/08 - 4 entregas  
 Laranja: 22/07, 10/08 - 2 entregas

ENVIAR ENTREGA EXTRA MACARRÃO 22/07 NAS ESOLAS